

Banco Daycoval

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração do Banco Daycoval S.A. (“Daycoval” ou “Banco”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Os comentários aqui apresentados são relativos aos resultados consolidados do Daycoval para o respectivo exercício.

O ano de 2022 foi pautado por uma série de eventos que tornaram o cenário complexo. O fato de termos a volta à normalidade, após o início da pandemia de Covid-19, foi um deles. Também contribuíram para este cenário: eleições, polarização política, juros altos no Brasil e Exterior. Tudo isso contribuiu para que este fosse um ano único e desafiador. Diante dessa conjuntura, muitas empresas, sejam elas de grande, médio ou de pequeno porte, tiveram que encontrar soluções para os desafios que surgiram no âmbito econômico, empresarial, social e cultural.

Diante deste cenário e reforçando a experiência do Daycoval na concessão de crédito, encerramos o ano de 2022 com um total de R\$ 55.453,8 milhões de Carteira de Crédito Ampliada, representando aumento de 18,7% em relação ao ano de 2021. Esse crescimento não afetou a qualidade da carteira que encerrou o ano com Índice de Inadimplência de 1,5%, enquanto o saldo de PCLD (provisão para créditos de liquidação duvidosa) encerrou com R\$ 1.796,0 milhões, já abrangendo provisão adequada para eventual perda de crédito relacionada ao Fato Relevante divulgado em 11 de janeiro de 2023 por cliente do segmento Empresas.

Concluímos o exercício de 2022 com Lucro Líquido de R\$ 1.102,9 milhões, 22,0% menor na comparação com 2021. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) alcançou 20,3% no exercício de 2022, redução de 8,0 p.p. em relação ao ano anterior. O Patrimônio Líquido fechou 2022 em R\$ 5.738,5 milhões, com crescimento de 15,2% em 12 meses e Índice de Basileia de 12,9%, ao fim do exercício, o que reflete a alta base de capital do Banco.

No âmbito da Captação, encerramos com montante de R\$ 50.196,5 milhões, crescimento de 6,0% nos últimos 12 meses. Concluímos o ano com *gap* positivo de 254 dias entre os vencimentos do ativo e do passivo. Emitimos a décima segunda oferta pública de Letras Financeiras (LFs), um total de R\$ 1,0 bilhão, dividido em 3 séries, sendo a mais longa no prazo de 4 anos.

Continuamos evoluindo no quesito ESG (*Environmental, Social and Corporate Governance*) com critérios, práticas e métricas muito mais estruturados. Além disso, o Daycoval manteve investimentos na expansão dos compromissos sociais e concluiu a renovação de sua operação com a IFC, membro do Grupo Banco Mundial, que resultou em uma transação adicional de US\$ 100 milhões, pelo prazo de até 3 anos. Os recursos destinam-se ao estímulo do crédito ao empreendedorismo feminino de pequenas e médias empresas.

Nossa trajetória de mais de 50 anos é marcada por ultrapassar barreiras e criar alternativas para inovar e evoluir. Em 2022 chegamos à marca de 3.432 colaboradores localizados em todo o país, ajustando suas operações mesmo que remotamente e comprometidos em atender bem nossos clientes e dedicar esforços a alcançar resultados sustentáveis, o que é motivo de muito orgulho, pois o Daycoval é um Banco feito por pessoas e para pessoas. Inovações digitais e tecnológicas são outro foco importante, visando oferecer vantagens competitivas em relação ao mercado.

Sobre o Banco Daycoval

O Daycoval é especializado no segmento de empréstimos, financiamentos e leasing para empresas, com atuação relevante também no varejo, através de operações de crédito consignado, financiamento para veículos, câmbio turismo e investimentos.

No exercício findo em 2022, o Daycoval, que tem sede em São Paulo -SP e conta com uma equipe de 3.432 profissionais, atingiu R\$ 55.453,8 milhões de carteira de crédito ampliada, R\$ 69.704,9 milhões de ativos totais, R\$ 5.738,5 milhões de patrimônio líquido e R\$ 1.102,9 milhões de lucro líquido. Tais resultados, refletem o fruto de sua estratégia conservadora, obtendo destaque por sua baixa alavancagem, elevada liquidez e desempenho, que se traduzem pelo Índice de Basileia III de 12,9%.

Principais Indicadores 2022

Principais Indicadores	2022
Ativos Totais - R\$ milhões	69.704,9
Carteira de Crédito Ampliada - R\$ milhões	55.453,8
Captação Total - R\$ milhões	50.196,5
Lucro Líquido - R\$ milhões	1.102,9
Patrimônio Líquido - R\$ milhões	5.738,5
Retorno sobre PI Médio (ROAE) (% a.a.)	20,3%
Retorno s/ Ativos Médios (ROAA) (% a.a.)	1,7%
Margem Financeira Líquida (NIM) (% a.a.)	7,3%
Índice de Eficiência	37,8%
Índice de Basileia III	12,9%

Distribuição

Coerente com a proposta de crescer com diversificação, o Banco Daycoval possui atualmente 50 agências estabelecidas em 21 Estados, mais o Distrito Federal. O Daycoval conta ainda com uma agência nas Ilhas Cayman, que representa um instrumento essencial, tanto para a captação de recursos, quanto para a abertura de linhas comerciais e de relacionamento com bancos correspondentes.

No exercício findo em 2022, a IFP - Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda., empresa do Grupo Daycoval, voltada para o fomento das operações com crédito consignado, respondeu por aproximadamente 16,3% da originação total das operações do Banco. A IFP conta com 51 lojas em todo o país. Para melhorar sua produtividade, a IFP também presta serviços para outras instituições financeiras.

O Daycoval Câmbio encerrou o ano de 2022 com 159 pontos de atendimento. O Banco atua também por meio de parcerias com operadoras e agências de turismo, com o objetivo de facilitar o acesso aos clientes, oferecer maior flexibilidade para realizar suas operações e proporcionar atendimento rápido e seguro.

Rating

A classificação obtida pelo Banco Daycoval nos *ratings* comprova o baixo nível de risco e a solidez conquistada nas operações. As informações apuradas pelas respectivas agências são amplamente consideradas pelo mercado financeiro, mas não devem, para todos os efeitos, serem compreendidas como recomendação de investimento.

De acordo com os relatórios divulgados, os *ratings* refletem o entendimento das agências sobre o Banco Daycoval:

I) AA (bra), em escala Nacional pela Fitch Rating com perspectiva “estável”;

II) AA.br, em escala Nacional pela Moody’s com perspectiva “estável”;

III) brAA+, em escala Nacional pela Standard&Poor’s com perspectiva “estável”.

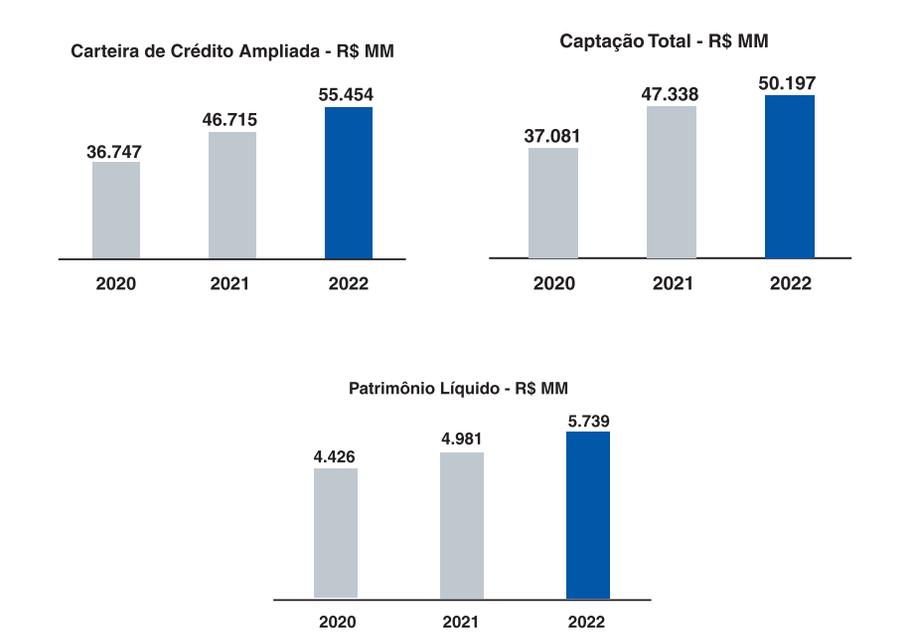
Desempenho Operacional e Financeiro

O Banco Daycoval adota a estratégia de diversificar suas captações, seja do ponto de vista de fonte como de instrumento, para assim estar alinhado com a esperada evolução da carteira de crédito, sempre buscando o casamento de ativos e passivos e a eficiência nos custos. Em 2022 a captação evoluiu em linha com o crescimento da carteira de crédito e somou R\$ 50.196,5 milhões ao final do ano, representando crescimento de 6,0%, se comparado com o mesmo período de 2021.

O Banco Daycoval finalizou a sua décima segunda oferta pública de Letras Financeiras (LFs), emitindo um total de R\$ 1,0 bilhão. O montante está dividido em três séries, sendo a primeira no valor de R\$ 406,0 milhões para 2 anos; a segunda de R\$ 340,5 milhões para 3 anos; e a terceira de R\$ 253,5 milhões para 4 anos.

A carteira de crédito ampliada encerrou 2022 com saldo de R\$ 55.453,8 milhões, 18,7% superior a 2021. O segmento de crédito para empresas, principal negócio do Banco, cresceu 14,8% no ano.

O lucro líquido alcançou R\$ 1.102,9 milhões em 2022, 22,0% inferior a 2021. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) atingiu 20,3% a.a., o Retorno sobre os Ativos Médios (ROAA) foi de 1,7% a.a., o Índice de Eficiência registrou 37,8% no ano e a Margem Financeira Líquida (NIM) foi de 7,3% a.a.



Governança Corporativa

O Banco Daycoval adota uma política de gestão corporativa alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) e com as melhores práticas de mercado. O Banco busca, frequentemente, aprimorar seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, do respeito, da responsabilidade na condução dos negócios e da equidade no relacionamento com todos os seus públicos.

Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria, constituído e instalado no primeiro semestre de 2009, nos termos da Resolução 3.198 de 27 de maio de 2004, atual Resolução 4.190 de 27 de maio de 2021, ambas do Conselho Monetário Nacional, é responsável pela avaliação da qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pela verificação do cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos, pela atuação e qualidade da auditoria interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Banco. A atual composição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 12 de setembro de 2022.

Gestão Integrada de Riscos e de Capital

O Banco entende a gestão de riscos como um instrumento essencial para a geração de valor ao Daycoval, aos acionistas, aos colaboradores e aos clientes, além de contribuir para o fortalecimento da governança corporativa e do ambiente de controle interno. Por isso, realiza investimentos constantes para aperfeiçoar processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, social, ambiental, climático e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações. O Daycoval adota medidas preventivas e atua de forma contínua no aprimoramento de suas políticas de riscos e sistemas de controles internos para evitar ou minimizar ao máximo a exposição aos riscos. O Banco conta com estrutura de gerenciamento contínuo e integrado de riscos alinhada aos objetivos estratégicos da instituição, por meio de sua Declaração de Apetite ao Risco (RAS) e com estrutura de gerenciamento de capital, capacitadas a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Conta, ainda com comitês e reportes periódicos das áreas envolvidas, de forma a garantir a adequada gestão de riscos e uma governança eficiente.

A estrutura de gerenciamento do Risco Operacional, do Risco de Conformidade, Risco Social, Ambiental e Climático, Risco de Mercado e Liquidez, Risco de Crédito e de Gerenciamento de Capital é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria Executiva, Diretoria de Riscos, Comitê Integrado de Riscos e Capital e seus respectivos Comitês.

Mais informações sobre Gestão de Riscos do Banco e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, nos termos da regulamentação vigente, podem ser obtidas no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br/ri.

Pessoas

Quando se fala no crescimento e desenvolvimento do Grupo Daycoval, uma força se destaca: as pessoas. Ter uma equipe engajada é fator decisivo para tornar o Daycoval uma das melhores empresas para se trabalhar, certificado desde 2018 pela *Great Place to Work*, sendo um dos nossos princípios acreditar que o capital humano é fundamental para um bom desempenho dos negócios. Desta forma, investe continuamente na capacitação e no bem-estar de seus colaboradores. Para estimulá-los, o Grupo proporciona oportunidades de aprendizado, adoção de práticas éticas e não discriminatórias, manutenção de um ambiente de trabalho agradável e de alta produtividade e com remuneração justa.

Em 31 de Dezembro de 2022, o Grupo dispunha de uma equipe talentosa e engajada de 3.432 profissionais. Estamos crescendo, bom para o negócio e bom para as pessoas, pois mais oportunidades e novos desafios são apresentados a todos.

Dentre as principais iniciativas voltadas ao desenvolvimento contínuo, destaca-se o Programa Daycoeduca, que oferece bolsas de estudo para Graduação, Pós-Graduação ou MBA. Em 2022 foram 154 colaboradores contemplados com esta estratégia de desenvolvimento.

No ano de 2022 foram realizadas 21.280 horas de treinamento envolvendo 3.941 participantes, abrangendo programas nas áreas de informática, prevenção à lavagem de dinheiro, sustentabilidade, custódia, processos internos, certificações e gerenciamento de riscos e cursos especiais para gestores sobre Liderança. Desenvolver nossos colaboradores para os desafios de hoje e prepará-los para o amanhã é uma das estratégias de gestão de pessoas adotada.

A Diretoria Executiva continua aproveitando a plataforma de comunicação e todo trimestre apresenta os resultados e perspectivas aos colaboradores. Esta é uma estratégia importante quando falamos de engajamento e alinhamento.

O Banco conta com equipe qualificada e busca sempre profissionais dispostos a enfrentar desafios. Reconhece o potencial dos profissionais, oferecendo desenvolvimento e crescimento profissional e pessoal. Nossos colaboradores estão distribuídos em diferentes gerações: 54% de geração Y, 30% de X, 12% de Z e aproximadamente 4% de *Baby Boomers*. O Programa de Estágio continua captando mais e mais jovens com potenciais, fechando o ano de 2022 com 73 estagiários, pois é preciso criar um *pipeline* de talentos.

O Grupo Daycoval também é integrante do programa Jovem Aprendiz por intermédio de convênio com a ESPRO (Ensino Social Profissionalizante) e com a CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola), além de oferecer programas de assistência social e ginástica laboral.

Sustentabilidade

O ano de 2022 reuniu diversos acontecimentos que contribuíram para que o ano fosse único e desafiador. O fato de termos a volta à normalidade, após o início da pandemia de covid-19, foi um deles. O Daycoval deu prosseguimento a seu planejamento estratégico, intensificando suas ações para expandir seu portfólio de clientes e buscar superar cada vez mais suas expectativas nos âmbitos econômico, empresarial, social e cultural.

No pilar ESG, o Daycoval manteve investimentos na expansão dos compromissos sociais e concluiu a renovação de sua operação com a IFC, membro do Grupo Banco Mundial, que resultou em uma transação adicional de US\$ 100 milhões, pelo prazo de até 3 anos. Os recursos destinam-se ao estímulo do crédito ao empreendedorismo feminino de pequenas e médias empresas.

Um ambiente acolhedor, ético e diverso permite atrair e reter os talentos alinhados com a cultura do Daycoval. Desta forma, o Banco investe fortemente na qualificação de seu quadro de colaboradores e atingiu, em 2022, a marca de 3.432 colaboradores em todo o país.

Na busca constante de gerar valor para a sociedade, ativamos ações de solidariedade com participação dos colaboradores, complementada por contrapartida do Daycoval. No ano de 2022 foram arrecadadas por colaboradores de todo o Brasil, por meio de mais uma edição da Campanha Conexão do Bem, 1.250 peças entre cobertores, agasalhos e calçados. Pelo lado do Banco, o valor estimado destas doações foi convertido em montante financeiro que foi destinado à distribuição de cestas básicas para comunidades carentes. É sempre uma corrente interligada, os colaboradores se engajam e o Banco faz a contrapartida.

Em 2022 iniciamos um grupo de afinidade com foco em pessoas com deficiência. O objetivo do grupo é oferecer um espaço seguro e inclusivo para que possamos compartilhar nossas experiências, apoiar uns aos outros e evoluir nossa jornada dentro do Grupo Daycoval. Também com foco na diversidade temos o projeto social Dando Asas, em parceria com a SER ESPECIAL, com a inclusão de trabalho apoiado de pessoas com deficiência intelectual.

Para o bem-estar dos colaboradores e seus familiares são realizadas campanhas de vacinação, cursos que envolvem ações de saúde, vida social e apoio pessoal. Adicionalmente, buscando maior incentivo à qualidade de vida, são promovidas aulas de música e treinamento de corrida.

Responsabilidade Social

Em 2022 foram apresentados avanços significativos em projetos e ações de responsabilidade social. Cerca de R\$ 13,3 milhões foram investidos por intermédio de leis de incentivo fiscal e R\$ 24,5 milhões em doações diretas, totalizando R\$ 37,8 milhões na promoção de iniciativas culturais, de educação, esportes e ações voltadas à saúde e qualidade de vida. Destaque para algumas instituições como: Graac, Gol de Letra, Verdescola, Hospital Pequeno Príncipe, Instituto Mano Down, Hospital do Câncer de Barretos.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Banco que não sejam o de auditoria externa.

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, em seu Artigo 27, a Diretoria do Banco declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao semestre e ano findos em 31 de dezembro de 2022.

Agradecimentos

A Administração do Banco Daycoval S.A. agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023.

A Administração.

Para mais informações sobre o desempenho do Banco Daycoval, acesse o endereço www.daycoval.com.br/ri.

Banco Daycoval

Balancos patrimoniais individuais e consolidados levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	ATIVO				PASSIVO					
	Referência nota explicativa	Banco		Consolidado		Referência nota explicativa	Banco		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Disponibilidades	4	829.952	311.805	830.204	312.094					
Reservas no Banco Central do Brasil	5	287.834	435.630	287.834	435.630					
Relações interfinanceiras		4.526	3.319	4.526	3.319					
Instrumentos financeiros		64.394.743	57.617.009	65.614.845	58.641.525					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	4.730.619	4.659.241	2.870.882	3.310.566					
Títulos e valores mobiliários	7	11.775.496	9.597.269	12.281.864	10.079.292					
Derivativos	8.a	413.784	933.080	414.421	935.598					
Carteira de crédito										
Operações de crédito	9	31.017.630	27.295.601	31.285.002	27.583.232					
Arrendamento mercantil financeiro	9.i	-	-	2.286.458	1.591.383					
Arrendamento mercantil operacional	9	-	-	208.202	218.144					
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil operacional	9	-	-	(207.600)	(217.893)					
Outros créditos com características de concessão de crédito	9	13.913.718	11.557.562	13.932.120	11.566.947					
Carteira de câmbio	10	2.543.496	3.574.256	2.543.496	3.574.256					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.e	(1.711.637)	(1.575.832)	(1.745.611)	(1.601.748)					
Operações de crédito		(1.276.842)	(1.416.314)	(1.283.611)	(1.425.902)					
Operações de arrendamento mercantil		-	-	(27.091)	(16.310)					
Outros créditos diversos		(434.795)	(159.518)	(434.909)	(159.536)					
Ativos fiscais correntes e diferidos	19.b	2.074.380	1.739.710	2.159.618	1.786.185					
Devedores por depósitos em garantias de contingências		1.794.437	1.581.364	1.798.718	1.585.388					
Fiscais	18.c	1.733.400	1.528.906	1.733.400	1.528.906					
Cíveis	18.c	45.749	38.773	45.772	38.856					
Trabalhistas	18.c	15.288	13.685	19.473	17.559					
Outros		-	-	73	67					
Outros créditos		300.045	257.060	284.209	265.210					
Rendas a receber		64.950	35.177	47.259	40.627					
Negociação e intermediação de valores		27.872	85.596	27.872	85.596					
Diversos	11	207.223	136.287	209.078	138.987					
Outros valores e bens	12	132.518	159.321	132.518	159.321					
Ativos não financeiros mantidos para venda		91.885	89.204	91.885	89.204					
(Provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda)		(5.175)	(3.270)	(5.175)	(3.270)					
Despesas pagas antecipadamente		45.808	73.387	45.808	73.387					
Investimentos		1.653.617	1.531.285	64.854	52.814					
Participações em controladas e coligadas	14	1.648.681	1.525.731	11.285	-					
Outros investimentos		4.936	5.554	53.669	52.814					
Imobilizado de uso	15.a	54.219	61.154	61.107	68.358					
Imobilizações de uso		124.890	119.541	136.856	130.994					
(Depreciações acumuladas)		(70.671)	(58.387)	(75.749)	(62.636)					
Imobilizado de arrendamento mercantil operacional	15.b	-	-	211.941	223.203					
Bens arrendados		-	-	462.568	409.213					
(Depreciações acumuladas)		-	-	(250.627)	(186.010)					
Intangível		-	-	163	257					
TOTAL DO ATIVO		69.814.634	62.121.825	69.704.926	61.931.556					

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre de 2022		Banco		Consolidado	
	Banco	Conso-	2022	2021	2022	2021
		olidado				
ATIVIDADES OPERACIONAIS						
LUCRO LÍQUIDO	634.858	634.858	1.102.927	1.414.199	1.102.927	1.414.199
AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO						
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Depreciações e amortizações	6.324	6.855	12.624	11.773	13.689	12.981
Impostos diferidos	25.627	75.070	(163.773)	86.948	(97.357)	107.325
Impostos correntes	228.779	230.147	629.944	831.280	660.344	886.605
Provisão para riscos	44.028	46.034	125.981	89.367	127.909	87.185
Provisão para avais e fianças concedidos	(16.061)	(16.061)	1.743	(1.908)	1.743	(1.908)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	116.508	116.106	386.818	404.762	385.089	410.444
Provisão para arrendamentos mercantis de liquidação duvidosa	-	7.976	-	-	12.195	3.872
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	301.676	301.718	291.431	35.863	291.527	35.553
Provisão para outros créditos diversos	(9.107)	(9.107)	(14.006)	(1.400)	(14.006)	(1.400)
Provisão para perdas em outros valores e bens	1.704	1.704	1.904	(5.294)	1.904	(5.294)
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa	22.933	22.933	94.514	(20.878)	94.514	(20.878)
Resultado na alienação de ativo permanente	10.100	(2.032)	9.696	3.180	(9.811)	(14.041)
Resultado de participações em controladas e coligadas	(73.796)	(883)	(132.954)	(93.639)	(1.473)	-
TOTAL DOS AJUSTES DE RECONCILIAÇÃO	658.715	780.460	1.243.922	1.340.054	1.466.267	1.500.444
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	1.293.573	1.415.318	2.346.849	2.754.253	2.569.194	2.914.643
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	(807.918)	(921.678)	1.045.023	(7.729.152)	836.225	(7.888.872)
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.163.658	1.480.673	658.640	(1.600.406)	1.169.703	(1.044.897)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(1.038.662)	(1.063.325)	(1.276.858)	(3.916.680)	(1.304.095)	(4.107.568)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras e Reservas no Banco Central	10.428	10.428	250.553	(231.369)	250.553	(231.369)
(Aumento) Redução da carteira de arrendamento mercantil	-	(450.267)	-	-	(692.453)	(638.615)
(Aumento) Redução em outros créditos	(2.207.710)	(2.189.765)	(1.661.841)	(7.321.678)	(1.641.681)	(7.286.753)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	27.864	15.296	37.475	(53.778)	45.599	(53.778)
Aumento (Redução) em depósitos	1.174.788	1.147.472	601.299	3.248.890	583.905	3.253.405
Aumento (Redução) em operações compromissadas	1.671.572	1.671.571	4.357.496	522.847	4.357.496	522.847
Aumento (Redução) em emissões de títulos	1.879.243	1.900.138	3.868.799	2.657.785	3.866.923	2.811.915
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	625.382	625.381	92.608	937.358	92.608	937.358
Aumento (Redução) em outras obrigações	(1.185.405)	(1.117.095)	(873.635)	817.777	(842.459)	883.143
Imposto de renda e contribuição social pagos	(172.604)	(188.222)	(760.895)	(649.262)	(820.424)	(697.165)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES OPERACIONAIS	485.655	493.640	3.391.872	(4.974.899)	3.405.419	(4.974.229)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Aquisição de imobilizado de uso	(2.914)	(2.940)	(5.349)	(11.126)	(5.863)	(11.655)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(2.914)	(2.940)	(5.349)	(11.126)	(5.863)	(11.655)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Aumento (Redução) em recursos de aceites cambiais e emissão de títulos	(224.342)	(232.204)	(934.676)	(575.419)	(947.746)	(575.419)
Aumento (Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(48.797)	(48.797)	(788.119)	3.299.040	(788.119)	3.299.040
Aumento (Redução) em dívidas subordinadas	16.203	16.203	50.440	531.381	50.440	531.381
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(86.695)	(86.695)	(371.488)	(827.481)	(371.488)	(827.481)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO EM) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(343.631)	(351.493)	(2.043.843)	2.427.521	(2.056.913)	2.427.521
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(22.933)	(22.933)	(94.514)	20.878	(94.514)	20.878
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	116.177	116.274	1.248.166	(2.537.626)	1.248.129	(2.537.485)
Caixa e equivalente de caixa no início do período	2.406.733	2.406.888	1.274.744	3.812.370	1.275.033	3.812.518
Caixa e equivalente de caixa no final do período	2.522.910	2.523.162	2.522.910	1.274.744	2.523.162	1.275.033
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	116.177	116.274	1.248.166	(2.537.626)	1.248.129	(2.537.485)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	2º Semestre de 2022		Banco		Consolidado	
		Banco	Consolidado	2022	2021	2022	2021
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		4.887.817	5.029.498	9.033.434	5.850.048	9.301.070	6.062.312
Carteira de crédito	21.a	3.878.034	4.086.053	6.938.430	5.197.954	7.311.192	5.407.598
Títulos e valores mobiliários	21.b	750.222	780.979	1.359.669	384.679	1.417.340	416.834
Aplicações interfinanceiras de liquidez	21.c	99.956	(17.599)	262.437	115.686	61.999	66.627
Câmbio	21.d	159.605	180.065	472.907	149.833	510.548	169.357
Venda ou transferência de ativos financeiros		-	-	(9)	1.896	(9)	1.896
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(2.734.850)	(2.703.398)	(5.157.063)	(1.800.566)	(5.101.179)	(1.776.457)
Depósitos interfinanceiros e a prazo	21.e	(830.610)	(826.885)	(1.552.680)	(625.838)	(1.546.864)	(624.377)
Emissões de títulos no Brasil	21.e	(1.384.613)	(1.357.455)	(2.533.859)	(893.964)	(2.483.929)	(874.540)
Emissões de títulos no exterior	21.e	(38.861)	(38.713)	206.546	(217.602)	206.804	(217.233)
Obrigações por empréstimos e repasses	21.f	(268.158)	(268.158)	234.347	(567.511)	234.347	(567.511)
Instrumentos financeiros derivativos	21.b	(212.608)	(212.187)	(1.511.417)	504.349	(1.511.537)	507.204
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		2.152.967	2.326.100	3.876.371	4.049.482	4.199.891	4.285.855
DESPESAS COM PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	9.e	(393.016)	(400.632)	(665.986)	(437.317)	(676.548)	(446.561)
Carteira de crédito		(116.508)	(124.082)	(386.818)	(404.942)	(397.284)	(414.316)
Outros créditos		(292.569)	(292.611)	(277.425)	(34.283)	(277.521)	(34.153)

Banco Daycoval

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido Consolidado
				Legal	Estatutárias					
SALDO EM 30 DE JUNHO DE 2022		3.557.260	2.125	153.244	1.293.196	284.015	(15.135)	5.274.705	19.181	5.293.886
Ajustes a valor justo -		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	4.773	4.773	-	4.773
Lucro líquido		-	-	-	-	634.858	-	634.858	-	634.858
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	31.743	-	(31.743)	-	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	711.253	(711.253)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	20.c.ii	-	-	-	-	(175.877)	-	(175.877)	-	(175.877)
Variação na participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	1.581	1.581
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		3.557.260	2.125	184.987	2.004.449	-	(10.362)	5.738.459	20.762	5.759.221
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		3.557.260	1.125	129.841	1.293.196	-	(144)	4.981.278	-	4.981.278
Ajustes de adoção de novas práticas contábeis		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em sociedades controladas e coligadas		-	-	-	-	-	-	-	1.056	1.056
Em fundo de investimento controlado		-	-	-	-	-	-	-	18.627	18.627
Saldo em 1º de janeiro de 2022		3.557.260	1.125	129.841	1.293.196	-	(144)	4.981.278	19.683	5.000.961
Ajustes a valor justo -		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Atualização de títulos patrimoniais		-	1.000	-	-	-	(10.218)	(10.218)	-	(10,218)
Lucro líquido		-	-	-	-	1.102.927	-	1.102.927	-	1.102.927
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	55.146	-	(55.146)	-	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	711.253	(711.253)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	20.c.ii	-	-	-	-	(336.528)	-	(336.528)	-	(336.528)
Variação na participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	1.079	1.079
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		3.557.260	2.125	184.987	2.004.449	-	(10.362)	5.738.459	20.762	5.759.221
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		3.557.260	279	59.131	816.582	-	(7.379)	4.425.873	-	4.425.873
Ajustes de adoção de novas práticas contábeis		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reclassificação de participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Em sociedades controladas e coligadas		-	-	-	-	-	-	-	1.030	1.030
Em fundo de investimento controlado		-	-	-	-	-	-	-	19.544	19.544
Saldo em 1º de janeiro de 2021		3.557.260	279	59.131	816.582	-	(7.379)	4.425.873	20.574	4.446.447
Ajustes a valor justo -		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		-	-	-	-	-	7.235	7.235	-	7.235
Atualização de títulos patrimoniais		-	846	-	-	-	-	846	-	846
Dividendos adicionais de exercícios anteriores	20.c.iv	-	-	-	(500.008)	-	-	(500.008)	-	(500.008)
Lucro líquido		-	-	-	-	1.414.199	-	1.414.199	-	1.414.199
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal		-	-	70.710	-	(70.710)	-	-	-	-
Reserva estatutária		-	-	-	976.622	(976.622)	-	-	-	-
Dividendos	20.c.iii	-	-	-	-	(160.235)	-	(160.235)	-	(160.235)
Juros sobre o capital próprio	20.c.ii	-	-	-	-	(206.632)	-	(206.632)	-	(206.632)
Variação na participação de acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	(891)	(891)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		3.557.260	1.125	129.841	1.293.196	-	(144)	4.981.278	19.683	5.000.961

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do valor adicionado para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre de 2022		Banco		Consolidado		VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR DISTRIBUIÇÃO DE VALOR ADICIONADO PESSOAL	2º semestre de 2022		Banco		Consolidado	
	Banco	Consolidado	2022	2021	2022	2021		Banco	Consolidado	2022	2021	2022	2021
RECEITAS	4.660.890	4.823.237	8.670.234	5.722.863	8.971.538	5.971.588		1.469.888	1.595.558	2.681.283	3.255.671	2.918.442	3.442.019
Receitas da intermediação financeira	4.887.817	5.029.498	9.033.434	5.850.048	9.301.070	6.062.312		1.469.888	1.595.558	2.681.283	3.255.671	2.918.442	3.442.019
Receitas de prestação de serviços	202.681	214.376	380.184	271.721	402.237	290.020		390.046	434.656	756.734	608.485	839.473	675.173
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(393.016)	(400.632)	(665.986)	(437.317)	(676.548)	(446.561)	Remuneração direta	323.307	356.567	633.427	509.897	695.220	560.841
Outras	(36.592)	(20.005)	(77.398)	38.411	(55.221)	65.817	Benefícios	53.859	62.981	98.988	79.026	115.908	91.590
DESPESAS	(2.734.850)	(2.703.398)	(5.157.063)	(1.800.566)	(5.101.179)	(1.776.457)	FGTS	12.880	15.108	24.319	19.562	28.345	22.742
Despesas da intermediação financeira	(2.734.850)	(2.703.398)	(5.157.063)	(1.800.566)	(5.101.179)	(1.776.457)	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	433.009	513.031	798.243	1.213.855	950.919	1.331.483
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(523.624)	(518.309)	(952.218)	(748.492)	(939.701)	(740.131)	Federais	419.689	489.033	771.626	1.192.678	903.658	1.295.999
Materiais, energia e outros insumos	(94.648)	(103.560)	(164.451)	(123.555)	(185.035)	(144.571)	Estaduais	2.222	2.227	4.422	3.193	4.483	3.257
Serviços de terceiros	(428.976)	(414.749)	(787.767)	(624.937)	(754.666)	(595.560)	Municipais	11.098	21.771	22.195	17.984	42.778	32.227
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.402.416	1.601.530	2.560.953	3.173.805	2.930.658	3.455.000	REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	11.975	13.013	23.379	19.132	25.123	21.164
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(6.324)	(6.855)	(12.624)	(11.773)	(13.689)	(12.981)	Aluguéis	11.975	13.013	23.379	19.132	25.123	21.164
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO							REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	634.858	634.858	1.102.927	1.414.199	1.102.927	1.414.199
PRODUZIDO PELO BANCO / CONSOLIDADO	1.396.092	1.594.675	2.548.329	3.162.032	2.916.969	3.442.019	Dividendos	-	-	-	160.235	-	160.235
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	73.796	883	132.954	93.639	1.473	-	Juros sobre o capital próprio	175.877	175.877	336.528	206.632	336.528	206.632
Resultado de equivalência patrimonial	73.796	883	132.954	93.639	1.473	-	Lucros retidos	458.981	460.637	766.399	1.047.332	768.561	1.047.355
							Participação de acionistas não controladores	-	(1.656)	-	-	(2.162)	(23)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Daycoval S.A. ("Banco" ou "Daycoval"), com sede na Avenida Paulista, 1.793, na cidade e estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, que está organizado sob a forma de Banco Múltiplo, autorizado a operar com as carteiras comerciais, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento e, por meio de suas controladas diretas e indiretas, atua também na carteira de arrendamento mercantil, administração de recursos de terceiros, seguro de vida e previdência e prestação de serviços. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Conglomerado Daycoval, atuando no mercado de forma integrada.

2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Apresentação

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, que incluem sua dependência no exterior, as entidades controladas direta e indiretamente e os fundos de investimento nos quais existe a retenção de riscos e benefícios, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e estão em conformidade com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20 que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular BACEN nº 3.959/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas foram aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023.

O Daycoval adota critérios de apresentação em suas Demonstrações Contábeis, com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações e observando os critérios de elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, e normativos complementares.

b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS")

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC

	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente	4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados	4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação	4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo	4.924/21
CPC 47 - Receita de contrato com cliente	4.924/21

Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas do Banco, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração do Banco na sua gestão.

c) Consolidação

No processo de consolidação das Demonstrações Contábeis, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco, sua dependência no exterior, suas controladas diretas e indiretas e fundos de investimento adquiridos com retenção substancial de riscos e benefícios, foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referente às participações de acionistas controladores e não controladores.

As Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas abrangem o Banco e as seguintes entidades:

	% de Participação	
	2022	2021
Arrendamento Mercantil		
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing")	100,00	100,00
Atividade Financeira - Dependência no Exterior		
Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch	100,00	100,00
Atividade de Seguros e Previdência Complementar		
Dayprev Vida e Previdência S.A. ("Dayprev")	97,00	97,00
Não Financeiras		
ACS Participações Ltda. ("ACS")	99,99	99,99
Daycoval Asset Management Administração de Recursos Ltda. ("Daycoval Asset")	99,99	99,99
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda. ("IFP")	99,99	99,99
SCC Agência de Turismo Ltda. ("SCC")	99,99	99,99
Treetop Investments Ltd. ("Treetop")	99,99	99,99
Fundo de Investimento		
Multigestão Renda Comercial Fundo de Investimento Imobiliário - FII ("Fundo") (1)	67,97	67,97

(1) O Fundo foi consolidado em razão do Daycoval assumir ou reter, substancialmente, riscos e benefícios.

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

d) **Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura:**

i. **Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021**

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) a serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiros por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso.

A adoção dos normativos anteriormente mencionados e dos potenciais normativos complementares relacionados ao tratamento contábil de instrumentos financeiros, incluindo a reestruturação do Plano Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil – COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Daycoval.

O Plano de Implementação, inicialmente, estabelecido com base nas definições contidas na Resolução CMN nº 4.966/21, adotado pelo Banco Daycoval prevê fases a serem executadas durante os exercícios de 2023 e 2024 para a efetiva implementação a partir de 1º janeiro de 2025 e a constituição de Comitê específico, compostos por diversas áreas que estarão dedicadas à identificação dos impactos da adoção dos normativos e do acompanhamento de sua implementação considerando, dentre outros aspectos, os impactos em processos e sistemas legados e revisão dos modelos e critérios utilizados na determinação de estimativas contábeis. Cabe ressaltar que, como serão publicados normativos complementares pelo CMN e/ou BCB, novos ajustes ao Plano de Implementação podem ser realizados.

A Administração do Daycoval está acompanhando o processo de adoção da Resolução nº 4.966/21 e os impactos nas Demonstrações Contábeis serão divulgados a partir da definição completa do arcabouço regulatório.

ii. **A Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021**

Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção.

iii. **Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022**

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração.

e) **Adoção de novas normas emitidas pelo BCB com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022:**

i. **Resoluções CMN nº 4.818, de 29 de maio de 2020, nº 4.966, de 25 de novembro de 2021, nº 4.967, de 25 de novembro de 2021**

Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, determina que, as instituições financeiras registradas na forma de companhia aberta ou que sejam líderes de Conglomerado Prudencial enquadrado no Segmento S1 a S3, devem elaborar Demonstrações Contábeis anuais ou relativas a períodos inferiores a um ano, adotando o padrão contábil internacional de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Resolução CMN nº 4.966/2021, em seu Art. nº 77, facultou às instituições financeiras a elaboração e a divulgação das Demonstrações Contábeis consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif), até o exercício de 2024, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução nº 4.818/20.

Desta forma, a Administração do Daycoval optou pela faculdade prevista no Art. nº 77, da Resolução CMN nº 4.966/21, em apresentar suas Demonstrações Contábeis Consolidadas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e, posteriormente, as Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board.

A Resolução CMN nº 4.967/21, facultou às instituições financeiras, até o final do exercício de 2022, a mensuração de propriedades para investimento e ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado que não possam ser mensurados no nível 1 da hierarquia de valor justo, conforme regulamentação vigente, pelo custo de aquisição deduzido de eventual perda por redução ao valor recuperável. A partir de 1º de janeiro de 2023, as propriedades para investimento destinadas ao uso por entidades controladas ou pela entidade controladora da instituição e as decorrentes de ativos não financeiros mantidos para venda, recebidos em liquidação de instrumentos financeiros de difícil ou duvidosa solução transferidos pelas instituições financeiras para entidade integrante do mesmo conglomerado prudencial devem ser avaliadas pelo método do custo. Também estabelece que os ativos não financeiros adquiridos com a finalidade de venda futura e de geração de lucros com base nas variações dos seus preços no mercado devem ser inicialmente reconhecidos pelo preço de aquisição à vista, acrescido dos custos de transação.

ii. **Resolução BCB nº 92, de 06 de maio de 2021**

Dispõe sobre a utilização do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) pelas administradoras de consórcio e instituições de pagamento e sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A adoção deste normativo, a partir de 1º de janeiro de 2022, implicou na reclassificação das rubricas de “Resultado de exercícios futuros” para o grupo de “Outras obrigações - Diversos” e, para fins de manter a comparabilidade das demonstrações contábeis, foram realizadas reclassificações conforme apresentadas no item iv.

iii. **Instrução Normativa BCB nº 206, de 13 de dezembro de 2021**

Cria subtítulos contábeis e altera a função de título no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif).

A adoção deste normativo, a partir de 1º de janeiro de 2022, implicou na reclassificação da rubrica de “Passivo - Obrigações por cotas de fundos de investimento” em “Outras obrigações - Diversas”, para a rubrica de “Patrimônio líquido - Participação de acionistas não controladores”, cuja função é a de registrar, nas Demonstrações Contábeis Consolidadas, pela instituição líder do Conglomerado Prudencial, a participação de acionistas não controladores, de forma separada do patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores e, para fins de manter a comparabilidade das informações anuais, foram realizadas reclassificações conforme apresentadas no item iv.

iv. **Ajustes de adoção das novas normas emitidas pelo BACEN para fins de comparabilidade das Demonstrações Contábeis:**

	1º/01/2021		
Consolidado	Valor divulgado	Reclassificações	Valor reapresentado
Patrimônio líquido	4.425.873	-	4.446.447
Patrimônio líquido de acionistas controladores	4.425.873	-	4.425.873
Patrimônio líquido de acionistas não controladores	-	-	20.574
Participação de acionistas não controladores	-	1.030	1.030
Outros fundos de investimento controlados	-	19.544	19.544
		2021	
	Valor divulgado	Reclassificações	Valor reapresentado
Banco			
Balanco patrimonial - Passivo			
Diversas	185.819	65.029	250.848
Resultado de exercícios futuros	65.029	(65.029)	-
Consolidado			
Balanco patrimonial - Passivo			
Diversas (1)	231.228	87.637	318.865
Resultado de exercícios futuros	106.264	(106.264)	-
Participação de acionistas não controladores	1.056	(1.056)	-
Patrimônio líquido	4.981.278	-	5.000.961
Patrimônio líquido de acionistas controladores	4.981.278	-	4.981.278
Patrimônio líquido de acionistas não controladores	-	-	19.683
Participação de acionistas não controladores	-	1.056	1.056
Outros fundos de investimento controlados (1)	-	18.627	18.627

(1) O montante de R\$18.627 foi reclassificado da rubrica “Diversas - Obrigações por cotas de fundos de investimento” para a rubrica de “Patrimônio líquido de acionistas não controladores - Outros fundos de investimento controlados”.

Estas reclassificações não resultaram em alterações no total de ativos, passivos e no lucro líquido do exercício.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) **Moeda funcional, de apresentação, transações em moedas estrangeiras e equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior:**

i. **Moeda funcional e de apresentação**

As Demonstrações Contábeis do Daycoval, estão apresentadas em Reais (R\$), sendo esta a sua moeda funcional e de apresentação. Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.524/16, o Daycoval definiu que a moeda funcional e de apresentação para cada uma de suas controladas direta e indiretamente, incluindo entidades sediadas no exterior, também será em Reais (R\$).

ii. **Conversão das transações em moeda estrangeira**

Caso as investidas no exterior realizem transações em moeda diferente de suas respectivas moedas funcionais, estas transações serão convertidas aplicando-se as taxas de câmbio, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, do respectivo balancete ou balanço para os itens monetários, ativos e passivos avaliados a valor justo e para os itens não classificados como monetários. Para os demais casos, aplica-se as taxas de câmbio na data da transação.

iii. **Equivalência patrimonial de entidades sediadas no exterior**

A equivalência patrimonial das entidades sediadas no exterior, cuja moeda funcional está definida no item “i” acima, é reconhecida diretamente nas demonstrações de resultado do Daycoval na rubrica de “Resultado de participação em controladas e coligadas”.

b) **Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor final, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “pro-rata” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado insignificante.

A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 4.

d) **Instrumentos financeiros**

i. **Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As operações compromissadas são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

A composição das aplicações interfinanceiras de liquidez está apresentada na Nota 6.

ii. **Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos sendo: (i) os títulos de renda fixa, atualizados com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos de seus respectivos vencimentos; (ii) as ações, atualizadas com base na cotação média informada pela Bolsa de Valores onde são mais negociadas; e (iii) as aplicações em fundos de investimento, atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores.

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados conforme disposto na Circular BACEN nº 3.068/01, sendo classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado.
- Títulos disponíveis para venda - são os títulos e valores mobiliários os quais não foram adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados e que a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento. Os ajustes ao valor justo (ganhos e perdas não realizados) são registrados em conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. Esses ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado quando efetivamente realizados.
- Títulos mantidos até o vencimento - são os títulos e valores mobiliários adquiridos com a intenção e capacidade financeira para manutenção em carteira até a data de seus respectivos vencimentos e são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado.

As bonificações oriundas das aplicações em ações de companhias abertas são registradas na carteira de títulos e valores mobiliários apenas pelas respectivas quantidades, sem modificação do valor dos investimentos, quando as ações correspondentes são consideradas “ex-direito” na bolsa de valores.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio, oriundos das aplicações em ações de companhias abertas, são contabilizados como receita quando as ações correspondentes são consideradas “ex-direito” na bolsa de valores.

A composição e a classificação dos Títulos e valores mobiliários, estão apresentadas na Nota 7.a e 7.b.

iii. **Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)**

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações com opções, a termo, de mercado futuro e de swap, e são contabilizados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02, que prevê a adoção dos seguintes critérios:

- Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados ao valor justo na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no ativo ou no passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizados como redução ou aumento do custo do ativo objeto das opções, pelo seu efetivo exercício, ou como receita ou despesa no caso de não exercício.
- Operações de futuro - os valores dos ajustes diários são registrados ao valor justo na rubrica de “Negociação e intermediação de valores” no ativo ou no passivo e apropriados diariamente ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações de swap e termo de moeda (“NDF”) - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado ao valor justo na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos” no ativo ou no passivo, respectivamente e apropriado ao resultado como receita (quando ganhos) ou despesa (quando perdas).
- Operações a termo de mercadorias - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, ajustado ao valor justo, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos. As operações com instrumentos financeiros derivativos são avaliadas a valor justo, contabilizando-se sua valorização ou desvalorização conforme segue:
- Instrumentos financeiros derivativos não considerados como hedge - em conta de receita ou despesa, no resultado.
- Instrumentos financeiros derivativos considerados como hedge - são classificados como hedge de risco de mercado ou hedge de fluxo de caixa.

Os hedges de risco de mercado são destinados a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de hedge e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa, no resultado.

Os hedges de fluxo de caixa são destinados a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado, sendo a parcela efetiva destinada a esta compensação contabilizada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzida dos efeitos tributários e qualquer outra variação em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado.

A composição dos Instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais de ativos e passivos e em contas de compensação, está apresentada na Nota 8.

iv. **Mensuração do valor justo**

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O modelo de mensuração do valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo os derivativos, desenvolvidos pela Administração, leva em consideração o cenário econômico, a coleta de indicadores e preços praticados no mercado, aplicáveis a estes instrumentos na data do balanço. O valor de liquidação destes instrumentos financeiros poderá ser diferente dos valores estimados.

e) **Operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil e provisão para perdas associadas ao risco de crédito destes instrumentos**

Operações de arrendamento mercantil financeiro são reclassificadas com o objetivo de refletir sua posição financeira em conformidade com o método financeiro.

As operações de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao seu nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo - perda). Em complemento aos níveis mínimos de provisão mencionados na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, o Daycoval constituiu também provisão para risco de crédito adicional, calculada com base em metodologia de avaliação e monitoramento de risco de crédito periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

As provisões para perdas associadas ao risco de crédito são constituídas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e está em conformidade com normas e instruções emanadas pelo CMN e Bacen.

Ainda conforme a Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores, as operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de classificação de risco, têm sua receita reconhecida somente quando efetivamente recebida e as operações classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação por 180 dias quando, então, são baixadas contra a provisão existente e passam a ser controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que se encontravam classificadas na data de sua renegociação. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes e observáveis justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, são mensuradas pelo seu custo amortizado.

A composição das operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil, bem como da provisão para perdas associadas ao risco de crédito destes instrumentos, está apresentada na Nota 9.

f) **Baixa de ativos financeiros**

A baixa de um ativo financeiro, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.533/08, se dá quando os direitos contratuais ao fluxo de caixa do ativo financeiro expiram ou quando ocorrer a venda ou a transferência deste ativo financeiro que deve ser classificada nas seguintes categorias:

- Operações com transferência substancial dos riscos e benefícios: o cedente transfere substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda incondicional do ativo financeiro; (ii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de recompra pelo valor justo desse ativo no momento da recompra; e (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja improvável de ocorrer;
- Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação, tais como: (i) venda do ativo financeiro em conjunto com compromisso de recompra do mesmo ativo a preço fixo ou o preço de venda adicionado de quaisquer rendimentos; (ii) contratos de empréstimo de títulos e valores mobiliários; (iii) venda do ativo financeiro em conjunto com contrato de swap de taxa de retorno total que transfira a exposição ao risco de mercado de volta ao cedente; (iv) venda do ativo financeiro em conjunto com opção de compra ou de venda cujo exercício seja provável de ocorrer; e (v) venda de recebíveis para os quais o vendedor ou o cedente garanta por qualquer forma compensar o comprador ou o cessionário pelas perdas de crédito que venham a ocorrer, ou cuja venda tenha ocorrido em conjunto com a aquisição de cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) comprador; e
- Operações sem transferência ou retenção substancial dos riscos e benefícios: devem ser classificadas as operações em que o cedente não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é efetuada, utilizando-se como metodologia a comparação da exposição do Daycoval, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada.

Banco Daycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

g) Operações de câmbio (ativas e passivas)

As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais auferidas em base “pro-rata” dia.

A composição das operações de câmbio (ativas e passivas) está apresentada na Nota 10.

h) Operações com seguros

As operações da Seguradora Líder são apresentadas em linha única do ativo, na rubrica “Outros créditos diversos”, proporcionalmente à participação na entidade, em consonância com as alterações normativas advindas da Circular SUSEP nº 595/19, que revogou os artigos 153 e 154 da Circular SUSEP nº 517/15, que previam a apresentação linha a linha dos ativos e passivos do Consórcio proporcionalmente à participação da consorciada. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há saldo de “Prêmios de seguros a receber”, conforme apresentado na Nota 11.

i) Despesas pagas antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente referentes às comissões pagas aos correspondentes bancários são controladas por contrato e foram reconhecidas como despesa na rubrica de “Outras despesas administrativas”.

As demais despesas pagas antecipadamente, referentes às despesas de emissão de títulos, no Brasil ou no exterior, bem como aquelas relacionadas às captações junto ao Inter-American Development Bank (IDB), são reconhecidas “pro-rata temporis” de acordo com o prazo de vigência destas captações.

As despesas pagas antecipadamente estão apresentadas na Nota 12.

j) Participações em controladas

As participações em empresas controladas e coligadas, que o Banco tenha influência significativa ou participação de 20% ou mais do capital votante, são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

A composição das participações em controladas e coligadas está apresentada na Nota 14.

k) Outros investimentos

São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda, quando aplicável.

l) Imobilizado de uso

É reconhecido com base em seu custo de aquisição, mensalmente ajustado por suas respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens, sendo: imóveis de uso - 4% a.a.; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10% a.a.; sistemas de transporte - 10% e 20% a.a.; e sistemas de processamento de dados - 20% a.a., e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição do imobilizado de uso está apresentada na Nota 15.a.

m) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional

Os bens arrendados são registrados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente.

A composição do imobilizado de arrendamento mercantil operacional está apresentada na Nota 15.b.

n) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, devem ser classificados como:

- Próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou
- Recebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio.

Os ativos não financeiros mantidos para venda estão apresentados na Nota 12.

o) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (*impairment*)

É reconhecida como perda, quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros, exceto aqueles registrados nas rubricas de “Outros valores e bens” e de “Ativos fiscais correntes e diferidos” são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos, conforme Nota 12.

p) Instrumentos de captação

Os depósitos, as emissões de títulos no Brasil e exterior e as obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas com base em seu valor inicial, acrescidos dos juros e encargos financeiros incorridos até a data do balanço, calculados em base “*pro rata temporis*”. Os aceites por emissão de títulos no exterior e as obrigações por empréstimos no exterior, também são acrescidas de variação cambial calculada com base na cotação da moeda estrangeira, divulgada pelo BACEN, na data do balanço.

As emissões e obrigações por empréstimos no exterior, objeto de proteção contábil (*hedge accounting*) de risco de mercado, são mensurados por seu valor justo na data do balanço e, os efeitos desta mensuração reconhecidos nas demonstrações de resultado.

A composição dos instrumentos de captação está apresentada na Nota 16.

q) Provisões, passivos contingentes, ativos contingentes e obrigações legais (fiscais e trabalhistas)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

i. Provisões

São reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de eventos passados, onde é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar uma obrigação e que pode ser estimada de modo confiável. O Daycoval, para a constituição das provisões, considera a opinião de seus assessores jurídicos e da Administração para o seu reconhecimento.

ii. Ativos contingentes

É um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos.

iii. Passivos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, pois a sua existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão no controle do Daycoval. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios para o seu reconhecimento, por serem considerados como perdas possíveis, sendo divulgados em notas explicativas. Os passivos contingentes classificados como perda remota não são reconhecidos e divulgados.

iv. Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

Referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, independentemente de sua probabilidade de perda.

A composição das provisões, dos passivos contingentes, dos ativos contingentes e das obrigações legais está apresentada na Nota 18.

r) Tributos

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica “Ativos fiscais correntes e diferidos”, e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica “Obrigações fiscais correntes e diferidas”, sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20 são atendidos.

Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 19.a.i e 19.d.

A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 19.e.

s) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20.

O lucro por ação está apresentado na Nota 20.e.

t) Remuneração do capital próprio

A Resolução CMN nº 4.872/20, que passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022, determina procedimentos para o registro contábil de remuneração do capital próprio, que deve ser reconhecida a partir do momento em que seja declarada ou proposta e se configure em uma obrigação presente na data do balanço.

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio declarados são reconhecidos no passivo circulante na rubrica de “Sociais e Estatutárias” e, os dividendos propostos e ainda não aprovados, são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de “Reservas Especiais de Lucros”.

A remuneração do capital próprio está apresentada na Nota 20.c.

u) Uso de estimativas contábeis

A preparação das Demonstrações Contábeis do Daycoval exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como:

- As taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento;
- Amortizações de ativos diferidos;
- Provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa;
- Avaliação de instrumentos financeiros; e
- Provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes.

Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

v) Resultado não recorrente

São classificados como “Resultado não recorrente” aqueles que são:

- Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas;
- Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e
- Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros.

A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 21.k.

4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Disponibilidades	829.952	311.805	830.204	312.094
Aplicações no mercado aberto (1)	1.282.908	675.884	1.282.908	675.884
Aplicações em moedas estrangeiras (2)	410.050	287.055	410.050	287.055
Total	2.522.910	1.274.744	2.523.162	1.275.033

(1) As aplicações no mercado aberto consideradas para compor o total de “Caixa e equivalentes de caixa”, possuem vencimento em até 90 dias e não contemplam as posições das aplicações interfinanceiras - posição financiada (Nota 6), para o Banco e Consolidado.

(2) Referem-se às aplicações em moedas estrangeiras (Nota 6) com vencimento em até 90 dias da data da aplicação.

5 RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL

	Banco e Consolidado	
	2022	2021
Reservas em conta de pagamento instantâneo	54.222	3.369
Reservas compulsórias em espécie sobre Depósitos à vista	222.064	181.074
Recolhimentos obrigatórios Compulsório sobre depósitos a prazo Outros recolhimentos obrigatórios	-	235.956
	11.548	15.231
Total	287.834	435.630

6 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Banco				
	2022			2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	1.635.967	-	-	1.635.967	1.954.989
Posição bancada	1.282.908	-	-	1.282.908	675.884
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100.712	-	-	100.712	420.492
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35.006	-	-	35.006	155.860
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.147.190	-	-	1.147.190	99.532
Posição financiada	353.059	-	-	353.059	1.279.105
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	29.501
Letras do Tesouro Nacional - LTN	300.050	-	-	300.050	265.198
Notas do Tesouro Nacional - NTN	53.009	-	-	53.009	984.406
Depósitos interfinanceiros	-	2.559.952	124.650	2.684.602	2.417.197
Aplicações em moedas estrangeiras (1)	410.050	-	-	410.050	287.055
Total	2.046.017	2.559.952	124.650	4.730.619	4.659.241

	Consolidado				
	2022			2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	1.635.967	-	-	1.635.967	1.954.989
Posição bancada	1.282.908	-	-	1.282.908	675.884
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	100.712	-	-	100.712	420.492
Letras do Tesouro Nacional - LTN	35.006	-	-	35.006	155.860
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.147.190	-	-	1.147.190	99.532
Posição financiada	353.059	-	-	353.059	1.279.105
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	29.501
Letras do Tesouro Nacional - LTN	300.050	-	-	300.050	265.198
Notas do Tesouro Nacional - NTN	53.009	-	-	53.009	984.406
Depósitos interfinanceiros	-	700.215	124.650	824.865	1.068.522
Aplicações em moedas estrangeiras (1)	410.050	-	-	410.050	287.055
Total	2.046.017	700.215	124.650	2.870.882	3.310.566

(1) Referem-se às aplicações em moedas estrangeiras com vencimento em até 90 dias da data da aplicação.

7 TÍTULO E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição por categoria e tipo

	Banco					
	2022			2021		
	Valor de curva	Resultado	Patrimônio líquido	Valor justo (1)	Valor de curva	Valor justo (1)
Valor de curva	5.517.676	30.512	-	5.548.188	78.824	78.198
Carteira própria	862.861	4.877	-	867.738	38	38
Letras financeiras do tesouro - LFT	860.269	4.885	-	865.154	-	-
Debêntures (4)	2.592	(8)	-	2.584	38	38
Vinculados a compromisso de recompra	4.613.728	25.316	-	4.639.044	78.786	78.160
Letras financeiras do tesouro - LFT	4.565.101	25.513	-	4.590.614	-	-
Debêntures (4)	48.627	(197)	-	48.430	78.786	78.160
Vinculados à prestação de garantias (2)	41.087	319	-	41.406	-	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	41.087	319	-	41.406	-	-
Disponíveis para venda	5.954.812	-	(8.132)	5.946.680	9.504.399	9.502.228
Carteira própria	3.332.031	-	(11.153)	3.320.878	8.086.841	8.081.183
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.502.142	-	1.190	1.503.332	7.120.803	7.125.719
Letras do tesouro nacional - LTN	1.006	-	(25)	981	2.135	2.071
Notas do tesouro nacional - NTN	373	-	1	374	338	329
Cotas de fundo de investimento	1.091.047	-	(11.594)	1.079.453	887.977	877.583
Cêdulas de produto rural - CPR (4)	544.619	-	-	544.619	33.945	33.945
Notas comerciais (4)	133.916	-	(17)	133.899	-	-
Debêntures (4)	58.809	-	(708)	58.101	2.029	2.003
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (4)	116	-	-	116	30.020	29.908
Certificados de depósitos a prazo - CDB	3	-	-	3	-	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	-	-	-	8.627	8.660
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (4)	-	-	-	-	967	965
Vinculados a compromisso de recompra	1.857.734	-	2.363	1.860.097	1.115.308	1.119.026
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.541.083	-	1.721	1.542.804	964.109	967.236
Notas do tesouro nacional - NTN	190	-	(6)	184	-	-
Debêntures (4)	285.110	-	653	285.763	151.199	151.790
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	29.954	-	(5)	29.949	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (4)	1.397	-	-	1.397	-	-
Vinculados à prestação de garantias (2)	765.047	-	658	765.705	302.250	302.019
Letras financeiras do tesouro - LFT	765.047	-	658	765.705	275.796	275.510
Debêntures (4)	-	-	-	-	26.454	26.509
Mantidos até o vencimento (3)	280.628	-	-	280.628	16.843	16.843
Carteira própria	280.628	-	-	280.628	16.843	16.843
Títulos públicos de outros países	280.628	-	-	280.628	16.843	16.843
Total	11.753.116	30.512	(8.132)	11.775.496	9.600.066	9.597.269

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado					
	2022			2021		
	Ajuste a valor justo no:			Valor		
Valor de curva	Resultado	Patrimônio líquido	Valor justo (1)	Valor de curva	Valor justo (1)	Valor justo (1)
Libre negociação	5.517.737	30.512	-	5.548.249	79.149	78.523
Carteira própria	862.922	4.877	-	867.799	363	363
Letras financeiras do tesouro - LFT	860.330	4.885	-	865.215	325	325
Debêntures (4)	2.592	(8)	-	2.584	38	38
Vinculados a compromisso de recompra	4.613.728	25.316	-	4.639.044	78.786	78.160
Letras financeiras do tesouro - LFT	4.565.101	25.513	-	4.590.614	-	-
Debêntures (4)	48.627	(197)	-	48.430	78.786	78.160
Vinculados à prestação de garantias (2)	41.087	319	-	41.406	-	-
Letras financeiras do tesouro - LFT	41.087	319	-	41.406	-	-
Disponíveis para venda	6.455.876	-	(2.889)	6.452.987	9.975.880	9.983.926
Carteira própria	3.833.095	-	(5.910)	3.827.185	8.558.322	8.562.881
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.540.399	-	1.190	1.541.589	7.155.817	7.160.689
Letras do tesouro nacional - LTN	1.006	-	(25)	981	2.135	2.071
Notas do tesouro nacional - NTN	373	-	1	374	338	329
Cotas de fundo de investimento	1.479.617	-	(1.471)	1.478.146	1.229.572	1.228.543
Cédulas de produto rural - CPR (4)	544.619	-	-	544.619	33.945	33.945
Notas comerciais (4)	133.916	-	(17)	133.899	-	-
Debêntures (4)	58.809	-	(708)	58.101	2.029	2.003
Títulos privados no exterior	56.016	-	(2.846)	53.170	75.455	77.124
Títulos públicos no exterior	15.683	-	(2.034)	13.649	25.723	24.984
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (4)	2.250	-	-	2.250	3.095	3.092
Certificados de depósitos a prazo - CDB	181	-	-	181	162	162
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (4)	116	-	-	116	30.020	29.908
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	89	-	-	89	-	-
Letras de câmbio - LC	21	-	-	21	31	31
Vinculados a compromisso de recompra	1.857.734	-	2.363	1.860.097	1.115.308	1.119.026
Letras financeiras do tesouro - LFT	1.541.083	-	1.721	1.542.804	964.109	967.236
Notas do tesouro nacional - NTN	190	-	(6)	184	-	-
Debêntures (4)	285.110	-	653	285.763	151.199	151.790
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI (4)	29.54	-	(5)	29.949	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA (4)	1.397	-	-	1.397	-	-
Vinculados à prestação de garantias (2)	765.047	-	658	765.705	302.250	302.019
Letras financeiras do tesouro - LFT	765.047	-	658	765.705	275.796	275.510
Debêntures (4)	-	-	-	-	26.454	26.509
Mantidos até o vencimento (3)	280.628	-	-	280.628	16.843	16.843
Carteira própria	280.628	-	-	280.628	16.843	16.843
Títulos públicos de outros países	280.628	-	-	280.628	16.843	16.843
Total	12.254.241	30.512	(2.889)	12.281.864	10.071.872	10.079.292

- (1) O valor justo dos títulos e valores mobiliários foi apurado com base em preços e taxas praticados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, divulgados pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, pelos administradores dos fundos de investimento nos quais o Banco mantém aplicações, pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por outros agentes formadores de preços no caso dos títulos e valores mobiliários adquiridos no exterior e, quando aplicável com base em modelos de fluxo de caixa descontado.
- (2) Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos e valores mobiliários vinculados às operações realizadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.
- (3) Para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento, o valor justo refere-se ao seu valor inicial ajustado pelos juros reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.
- (4) Cédulas de produto rural, debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários e notas comerciais estão apresentados líquidos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisão é de R\$5.747 conforme Nota 9.e (R\$2.990 em 2021).

b) Composição por prazo

	Banco						
	2022						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor justo
Títulos públicos federais	122.237	5.508.425	664.609	3.015.255	28	9.310.554	8.370.865
Letras financeiras do tesouro - LFT (1)	122.237	5.507.145	664.382	3.015.251	-	9.309.015	8.368.465
Letras do tesouro nacional - LTN	-	754	227	-	-	981	2.071
Notas do tesouro nacional - NTN	-	526	-	4	28	558	329
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	97	264.880	-	15.651	280.628	25.503
Títulos públicos de outros países	-	97	264.880	-	15.651	280.628	16.843
Eurobonds e assemelhados	-	-	-	-	-	8.660	-
Títulos privados	16.876	227.103	464.644	395.730	508	1.104.861	323.318
Cédulas de produto rural - CPR	16.876	98.182	356.847	72.714	-	544.619	33.945
Debêntures (1)	-	128.918	76.335	189.117	508	394.878	258.500
Notas comerciais	-	-	-	133.899	-	133.899	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	-	-	30.065	-	30.065	29.908
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	-	-	1.397	-	1.397	965
Certificados de depósitos a prazo	-	3	-	-	-	3	-
Cotas de fundos de investimento	40.396	-	-	-	1.039.057	1.079.453	877.583
Fundos de investimento imobiliário	34.998	-	-	-	-	34.998	34.154
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	-	-	1.039.057	1.039.057	841.160
Outros fundos de investimento	5.398	-	-	-	-	5.398	2.269
Total	179.509	5.735.625	1.394.133	3.410.985	1.055.244	11.775.496	9.597.269

	Consolidado						
	2022						
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor justo	Valor justo
Títulos públicos federais	122.237	5.508.487	702.866	3.015.254	28	9.348.872	8.406.160
Letras financeiras do tesouro - LFT (1)	122.237	5.507.207	702.639	3.015.250	-	9.347.333	8.403.760
Letras do tesouro nacional - LTN	-	754	227	-	-	981	2.071
Notas do tesouro nacional - NTN	-	526	-	4	28	558	329
Títulos e valores mobiliários no exterior	6.716	2.004	285.369	5.271	48.087	347.447	118.951
Títulos públicos de outros países	-	97	264.880	-	15.651	280.628	16.843
Títulos privados no exterior	6.716	1.877	20.489	5.271	18.817	53.170	77.124
Títulos públicos no exterior	-	30	-	-	13.619	13.649	24.984
Títulos privados	16.876	227.201	464.813	395.751	2.758	1.107.399	325.638
Cédulas de produto rural - CPR	16.876	98.182	356.847	72.714	-	544.619	33.945
Debêntures (1)	-	128.918	76.335	189.117	508	394.878	258.500
Notas comerciais	-	-	-	133.899	-	133.899	-
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	-	-	-	30.065	-	30.065	29.908
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	-	-	-	1.397	-	1.397	3.092
Certificados de depósitos a prazo - CDB	-	101	80	-	-	181	162
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	-	-	89	-	89	-
Letras de câmbio - LC	-	-	-	21	-	21	31
Cotas de fundos de investimento	192.187	-	-	-	1.285.959	1.478.146	1.228.543
Fundos de investimento em direitos creditórios	-	-	-	-	1.285.959	1.285.959	1.061.838
Fundos de investimento em renda fixa	129.359	-	-	-	-	129.359	110.645
Fundos de investimento multimercado	35.042	-	-	-	-	35.042	31.676
Fundos de investimento de ações	12.355	-	-	-	-	12.355	11.608
Fundos de investimento imobiliário	10.033	-	-	-	-	10.033	10.507
Outros fundos de investimento	5.398	-	-	-	-	5.398	2.269
Total	338.016	5.737.692	1.453.048	3.416.276	1.336.832	12.281.864	10.079.292

- (1) Conforme previsto no parágrafo único do Artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos para Negociação", estão sendo apresentados com prazo de realização de até 12 meses, independentemente do prazo de seus respectivos vencimentos.

c) Reclassificação de títulos e valores mobiliários

Conforme previsto na Circular BCB nº 3.068/01, em seu Artigo 5º, a reavaliação da classificação dos títulos e valores mobiliários, inicialmente classificados nas categorias: (i) títulos para negociação; (ii) títulos disponíveis para venda; e (iii) títulos mantidos até o vencimento, somente pode ser realizada por ocasião da elaboração dos balanços semestrais da instituição e, a eventual transferência entre as categorias mencionadas, deve levar em conta a intenção e a capacidade financeira da instituição e ser efetuada pelo valor de mercado do título ou valor mobiliário. Desta forma, em 30 de junho de 2022, o Daycoval optou por reclassificar títulos e valores mobiliários inicialmente classificados na categoria "Títulos disponíveis para venda", para a categoria "Títulos para negociação" reconhecendo, no resultado do período, os ganhos não realizados anteriormente registrados em conta destacada do patrimônio líquido, conforme demonstrado a seguir:

Títulos e valores mobiliários reclassificados	Categoria		Montante reclassificado	Efeito no resultado
	De	Para		
Títulos públicos federais				
Letras financeiras do tesouro - LFT	Disponível para venda	Negociação	5.165.898	37.304

A reclassificação dos títulos e valores mobiliários, acima apresentados, foi motivada pela intenção da Administração do Daycoval em aumentar a sua liquidez de caixa, visando a originação de novas operações no curso normal de seus negócios. Durante o segundo semestre de 2022 não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários.

8 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de atender às necessidades próprias e de seus clientes, cujos registros são efetuados em contas patrimoniais, de resultado e de compensação. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são devidamente aprovados dentro da política de utilização destes produtos. Esta política determina que, previamente à implementação de cada produto, todos os aspectos devem ser analisados, tais como: objetivos, formas de utilização, riscos envolvidos e infraestrutura adequada para o suporte operacional dos instrumentos financeiros derivativos.

Os componentes de riscos de crédito e mercado dos instrumentos financeiros derivativos são monitorados diariamente. São definidos limites específicos para operações com estes instrumentos, para os clientes e também para as câmaras de registro e liquidação. Este limite é gerenciado através de sistema que consolida as exposições por contraparte. Eventuais irregularidades são prontamente apontadas e encaminhadas para solução imediata.

O gerenciamento de risco de mercado dos instrumentos financeiros derivativos segue política de riscos em vigor, que estabelece que os riscos potenciais decorrentes de flutuações de preços nos mercados financeiros sejam centralizados na área de Tesouraria, sendo esta provedora de hedge para as demais áreas.

Os principais instrumentos financeiros derivativos contratados pelo Daycoval, em 31 de dezembro de 2022, são:

- Contratos de mercado futuro - compromissos para comprar ou vender, taxa de juros e de moedas estrangeiras em uma data futura a um preço ou rentabilidade determinados, e podem ser liquidados em dinheiro ou por entrega física do ativo objeto do contrato. O valor de referência ("notional") representa o valor de referência do contrato. Diariamente são liquidados os ajustes referentes às variações no preço dos ativos objeto dos contratos.
- Contratos a termo - contratos a termo de câmbio representam contratos para a troca da moeda, por um preço contratado em uma data de liquidação futura acordada, podendo haver entrega física ou apenas a liquidação financeira da diferença entre os preços das moedas objeto do contrato ("Non deliverable forwards - NDF").
- Contratos de troca de indexadores ("Swaps") - são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras (quando possuem mais de um fluxo de pagamento), o diferencial entre dois indicadores financeiros estipulados e distintos (taxas de juros, moeda estrangeira, índices de inflação, entre outros) sobre um valor de referência ("Notional") de principal.
- Opções - Contratos de opção dão ao comprador o direito, mediante o pagamento de um prêmio, e ao vendedor (lançador) a obrigação, mediante o recebimento de um prêmio, de comprar ou vender um ativo financeiro (índices de juros, ações, moedas, dentre outros) por um prazo limitado a um preço contratado.

Não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos entre as empresas integrantes do Consolidado.

i Operações de hedge

A estratégia de hedge é determinada com base nos limites de exposição aos diversos riscos inerentes às operações do Banco. Sempre que estas operações gerarem exposições acima dos limites estabelecidos, o que poderia resultar em relevantes flutuações no resultado do Banco, a cobertura do risco é efetuada utilizando-se instrumentos financeiros derivativos, contratados em mercado organizado ou de balcão, observadas as regras legais para a qualificação de hedge, conforme estabelecido pela Circular nº 3.082/02 do BACEN.

Os instrumentos de proteção buscam a mitigação dos riscos de mercado, variação cambial e juros. Observada a liquidez que o mercado apresentar, as datas de vencimento dos instrumentos de hedge são o mais próximo possível das datas dos fluxos financeiros da operação objeto, garantindo a efetividade desejada da cobertura do risco.

O Banco possui estruturas de hedge contábil de risco de mercado, como segue:

- Objetivo de viabilizar a compra e venda de veículos leves e pesados, das operações de crédito na modalidade de financiamento de veículos (item objeto de hedge), registradas na rubrica de "Financiamento de veículos" (Nota 9.b). A estrutura de hedge desta operação foi constituída associando-se operações de mercado futuro de taxa de juros (Futuros de DI) para cada um dos fluxos do objeto de hedge, seja de juros ou de principal e juros, com objetivo de mitigar as oscilações da curva de juros, que impactam as captações de recursos destinados à formação da carteira de operações de crédito, protegendo a margem destas operações apuradas nas datas de suas concessões;
- Objetivo de compensar riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado referentes à flutuação de moeda estrangeira (variação do dólar norte-americano e do euro) e da taxa de juros Libor de suas captações realizadas no exterior (itens objeto de hedge) registradas na rubrica de "Obrigações por títulos emitidos no exterior" e "Obrigações por empréstimos no exterior" (Nota 16.b). A estrutura de hedge contábil destas operações foi constituída associando-se a um contrato de Swap do tipo Fluxo de Caixa, para cada fluxo de pagamento das captações, seja de juros ou de principal e juros, sendo a posição ativa do Banco idêntica à remuneração dos contratos de captação.

O quadro a seguir apresenta resumo da estrutura de hedge de risco de mercado:

2022	Item objeto de hedge	Vencimento	Valor do principal	Instrumento de hedge	Variação no valor justo do		
					Objeto de hedge	Instrumento de hedge	Efetividade
	Financiamento de veículos	22/12/2027	R\$ 870.808	Futuros de DI	(6.151)	6.839	111,19%
	Emissão no exterior	13/12/2024	USD 350.000	Swap	(310.581)	304.470	98,03%
	Emissão no exterior	13/12/2024	USD 100.000	Swap	55.611	(55.295)	99,43%
	Captação IFC	15/06/2023	USD 100.000	Swap	(6.816)	6.835	100,28%
	Captação IFC	16/09/2024	USD 130.000	Swap	31.201	(30.876)	98,96%
	Captação IFC	15/03/2023	USD 254.000	Swap	53.591	(53.470)	99,77%
	Captação IFC	15/03/2023	USD 16.000	Swap	(842)	834	99,05%
	Captação IFC	15/09/2023	USD 135.000	Swap	8.416	(9.401)	111,70%
	Captação IDB - A/B Loan	15/12/2023	USD 150.000	Swap	212.506	(213.058)	100,26%
	Captação IDB - A/B Loan	15/12/2023	USD 300.000	Swap	117.718	(119.252)	101,30%
					154.653	(162.374)	

2021	Item objeto de hedge	Vencimento	Valor do principal	Instrument
------	----------------------	------------	--------------------	------------

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

...continuação	2022					2021					
	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Custo amortizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Prêmios recebidos por venda de opções de compra	24.433	(5.392)	19.041	580	14.997	3.464	-	-	2.631	1.207	3.838
Futuros de cupom cambial (DDI)	7.407	-	7.407	7.407	-	-	-	-	44.085	-	44.085
Futuros de dólar (DOL)	6.433	-	6.433	6.433	-	-	-	-	5.858	-	5.858
Futuros de juros (DI)	5.597	-	5.597	5.597	-	-	-	-	4.685	-	4.685
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	27	-	27	27	-	-	-	-	245	-	245

b) Segregação por tipo de contrato e de contraparte ao valor justo (Banco e Consolidado):

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Banco				
Futuros	28.221	19.464	13.480	54.873
B3 S.A. - Bolsa, Brasil, Balcão	28.221	19.464	13.480	54.873
Swap	345.873	486.775	864.266	129.984
Instituições financeiras	300.464	486.531	813.687	128.771
Pessoas jurídicas	45.118	244	50.429	1.213
Pessoas físicas	291	-	150	-
Termo ("NDF")	20.713	24.449	51.496	18.893
Pessoas jurídicas	20.700	24.371	51.267	18.753
Pessoas físicas	13	78	229	140
Opções	18.977	19.041	3.838	3.838
Instituições financeiras	1.431	19.041	-	3.838
Pessoas jurídicas	8.915	-	596	-
Pessoas físicas	8.631	-	3.242	-
Entidade controlada				
Swap	637	-	2.518	-
Instituições financeiras	637	-	2.518	-

c) Composição dos valores de referência ("Notional") registrados em contas de compensação, por tipo de estratégia, de contrato e de indexadores de referência (Banco e Consolidado):

	2022					2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Banco							
Swap							
Ativo	22.058	980.035	1.581.043	29.109	-	2.612.245	3.607.103
Estratégia de proteção patrimonial ("hedge accounting")	-	827.745	1.442.055	-	-	2.269.800	3.314.150
Dólar x CDI	-	827.745	1.442.055	-	-	2.269.800	2.781.500
Dólar x Taxa pré-fixada	-	-	-	-	-	-	532.650
Estratégia de negociação ("trading")	22.058	152.290	138.988	29.109	-	342.445	292.953
CDI x Dólar	2.477	110.342	-	-	-	112.819	11.003
CDI x Taxa pré-fixada	5.961	17.496	104.017	1.232	-	128.706	141.232
Dólar x CDI	4.861	9.046	21.774	19.540	-	55.221	21.633
Dólar x Taxa pré-fixada	6.440	-	-	-	-	6.440	68.300
Taxa pré-fixada x Dólar	2.319	15.406	13.197	-	-	30.922	50.785
Taxa pré-fixada x CDI	-	-	-	8.337	-	8.337	-
Passivo							
Estratégia de proteção patrimonial ("hedge accounting")	1.502.028	2.442.239	1.253.556	-	-	5.197.823	4.585.408
Dólar x CDI	1.502.028	2.442.239	1.253.556	-	-	5.197.823	4.585.408
Estratégia de negociação ("trading")	3.014	1.356	-	-	-	4.370	28.136
CDI x Dólar	-	1.001	-	-	-	1.001	16.935
CDI x Taxa pré-fixada	2.514	-	-	-	-	2.514	923
Taxa pré-fixada x Dólar	500	355	-	-	-	855	10.278
Termo ("NDF")	3.689.841	571.129	102.760	-	-	4.363.730	2.692.054
Posição comprada	690.915	434.311	102.698	-	-	1.227.924	1.170.162
Posição vendida	2.998.926	136.818	62	-	-	3.135.806	1.521.892
Futuros	8.401.885	3.547.817	9.800.346	824.721	292.523	22.867.292	12.610.692
Posição comprada	4.770.494	581.979	909.104	395.960	269.232	6.926.769	3.668.596
Futuros de cupom cambial (DDI)	1.811.887	82.147	4.912	-	-	1.898.946	2.140.441
Futuros de dólar (DOL)	2.868.702	-	-	-	-	2.868.702	-
Futuros de juros (DI)	-	49.302	-	227.414	193.320	470.036	1.004.986
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	89.905	450.530	904.192	168.546	75.912	1.689.085	523.169
Posição vendida	3.631.391	2.965.838	8.891.242	428.761	23.291	15.940.523	8.942.096
Futuros de cupom cambial (DDI)	1.805.583	455.974	395.818	47.563	13.831	2.718.769	530.587
Futuros de dólar (DOL)	-	-	-	-	-	-	435.660
Futuros de juros (DI)	1.825.808	2.509.864	8.495.424	380.948	1.108	13.213.152	7.973.514
Futuros de cupom de IPC-A (DAP)	-	-	-	250	8.352	8.602	2.335
Opções	75.173	380.853	82.273	-	-	538.299	60.388
Posição comprada	35.710	172.421	38.286	-	-	246.417	29.392
Moeda estrangeira	35.710	172.421	38.286	-	-	246.417	29.392
Posição vendida	39.463	208.432	43.987	-	-	291.882	30.996
Moeda estrangeira	39.463	208.432	43.987	-	-	291.882	30.996
Entidade controlada							
Swap							
Ativo							
Estratégia de negociação ("trading")	-	-	-	-	-	16.410	16.410
Reais x Dólar	-	-	-	-	-	16.410	16.410

9 CARTEIRA DE CRÉDITO

a) Resumo da carteira de crédito e da carteira de crédito ampliada

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Operações de crédito (1)	31.017.630	27.295.601	31.285.002	27.583.232
Arrendamento mercantil (2)	-	-	2.463.780	1.779.303
Outros créditos com características de concessão de crédito	13.913.718	11.557.562	13.932.120	11.566.947
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 10 - Câmbio Ativo)	21.014	18.091	21.014	18.091
Importação financiada (Nota 10 - Câmbio Passivo)	36.820	26.091	36.820	26.091
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 10 - Câmbio Passivo)	835.678	1.035.288	835.678	1.035.288
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos (Nota 10 - Câmbio Passivo)	(1.107)	(1.446)	(1.107)	(1.446)
Total da carteira de crédito	45.823.753	39.931.187	48.573.307	42.007.506
Títulos privados (Nota 7.a) (3)	1.110.605	326.308	1.110.605	326.308
Garantias financeiras prestadas	5.763.769	4.381.471	5.763.769	4.381.471
Total da carteira de crédito ampliada (1)	52.698.127	44.638.966	55.447.681	46.715.285

(1) Em 31 de dezembro de 2022, inclui perdas de R\$6.151 referentes ao ajuste a valor justo de operações de financiamento de veículos, objeto de hedge contábil, tanto para o Banco quanto para o Consolidado. Este montante não está sendo incluído no total das operações de crédito apresentadas nas notas subsequentes.

(2) A carteira de arrendamento mercantil está composta pelas operações de arrendamento mercantil financeiro e operacional a valor presente.

(3) Os títulos privados estão compostos por cédulas de produto rural, debêntures, certificados de recebíveis do agronegócio, certificados de recebíveis imobiliários e notas comerciais

b) Composição da carteira com características de concessão de crédito

i. Por segmento, tipo de operação e nível de risco

2022	Banco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	8.730.807	18.765.236	3.180.491	884.385	250.897	100.940	730.482	96.770	246.480	32.986.488
Empréstimos	321.709	5.906.444	1.025.107	380.417	147.521	51.669	126.455	84.957	155.984	8.200.263
FGI PEAC	13.513	3.095.873	172.742	66.303	35.711	21.889	84.674	9.964	50.539	3.551.208
FGI PEAC II (3)	-	1.308.812	22.046	6.455	611	947	-	-	-	1.338.871
PRONAMPE (4)	-	5.716	720	680	298	79	-	-	-	7.493
Títulos descontados	1.447.819	317.693	42.039	20.232	8.355	948	529	403	9.770	1.847.788
Financiamentos	112.774	1.685.135	227.551	65.561	11.353	3.337	1.890	-	7.841	2.115.442
Financiamentos rurais e agroindustriais	15.544	311.980	-	-	-	-	-	-	2.184	329.708
Devedores por compra de valores e bens	-	25.881	6.464	6.783	-	-	-	-	-	39.128
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	5.914.267	5.203.083	1.576.320	329.338	47.048	13.447	516.032	1.446	20.162	13.621.143
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	117.813	612.191	107.439	8.616	-	8.624	902	-	-	855.585
Financiamentos a importação	592.854	292.428	63	-	-	-	-	-	-	885.345
Financiamento à exportação	194.514	-	-	-	-	-	-	-	-	194.514
Segmento varejo	7.994.764	2.876.625	1.257.081	181.131	83.658	49.960	44.942	355.255	12.843.416	
Empréstimos consignados	7.994.753	1.477.854	692.218	42.918	32.047	25.919	28.357	285.098	10.579.164	
Empréstimos com garantia de imóveis	-	144.933	4.964	3.018	292	104	108	-	-	153.419
Títulos descontados	-	11	-	-	-	-	-	-	-	3
Financiamento de veículos	-	1.244.407	559.899	135.195	51.319	23.937	16.477	70.154	2.101.388	
Financiamentos imobiliários	-	-	9.431	-	-	-	-	-	-	9.431
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	8.730.807	26.760.000	6.057.116	2.141.466	432.028	184.598	780.442	141.712	601.735	45.829.904
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	205.499	872.138	2.433	29.960	-	-	-	575	-	1.110.605
Total de títulos privados	205.499	872.138	2.433	29.960	-	-	-	575	-	1.110.605
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	2.676.313	2.482.711	495.266	41.052	61.696	1.825	4.317	175	414	5.763.769
Total de garantias financeiras prestadas	2.676.313	2.482.711	495.266	41.052	61.696	1.825	4.317	175	414	5.763.769
Total da carteira de crédito ampliada	11.612.619	30.114.849	6.554.815	2.212.478	493.724	186.423	784.759	142.462	602.149	52.704.278

2021	Banco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	7.816.252	7.480.514	12.985.916	696.633	260.641	100.044	112.477	32.036	197.012	29.681.525
Empréstimos	454.914	1.552.702	4.712.774							

Banco Daycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

.....continuação 2022	Consolidado									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	9.308.266	27.796.283	7.009.289	2.281.302	458.932	188.131	784.489	141.769	610.997	48.579.458
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	205.499	872.138	2.433	29.960	-	-	-	575	-	1.110.605
Total de títulos privados	205.499	872.138	2.433	29.960	-	-	-	575	-	1.110.605
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	2.676.313	2.482.711	495.266	41.052	61.696	1.825	4.317	175	414	5.763.769
Total de garantias financeiras prestadas	2.676.313	2.482.711	495.266	41.052	61.696	1.825	4.317	175	414	5.763.769
Total da carteira de crédito ampliada	12.190.078	31.151.132	7.506.988	2.352.314	520.628	189.956	788.806	142.519	611.411	55.453.832
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal (1)	9.308.266	26.955.692	6.209.804	1.727.828	280.610	57.277	617.326	47.851	84.851	45.289.505
Operações em curso anormal (2)	-	840.591	799.485	553.474	178.322	130.854	167.163	93.918	526.146	3.289.953
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	9.308.266	27.796.283	7.009.289	2.281.302	458.932	188.131	784.489	141.769	610.997	48.579.458

2021	Consolidado									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Segmento empresas	8.371.263	8.162.178	13.703.679	772.996	288.321	109.241	114.655	32.169	203.342	31.757.844
Empréstimos	494.108	1.563.991	4.714.747	401.094	168.525	56.947	60.496	14.987	136.262	7.611.157
FGI PEAC	24.400	1.574.574	4.414.679	79.818	49.761	39.197	45.856	15.086	43.423	6.286.794
Títulos descontados	115.694	50.665	297.363	24.460	3.066	416	424	322	5.368	497.778
Financiamentos	141.418	748.795	1.007.574	22.125	17.665	8.026	4.595	-	11.265	1.961.463
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	235.204	47.233	-	-	-	-	-	-	282.437
Devedores por compra de valores e bens	-	17.847	-	-	-	-	-	-	200	18.047
Compra de direitos creditórios sem direito de regresso	6.482.015	2.730.768	1.924.548	158.860	30.535	671	1.788	1.641	5.240	11.336.066
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	384.138	649.535	18.259	-	-	-	-	-	1.051.932
Arrendamento mercantil	501.479	610.626	573.863	67.369	18.769	3.984	1.496	133	1.584	1.779.303
Financiamentos a importação	612.149	245.570	74.137	1.011	-	-	-	-	-	932.867
Segmento varejo	-	5.471.227	2.582.263	1.402.628	191.884	89.336	50.437	58.223	403.664	10.249.662
Empréstimos consignados	-	5.470.709	1.776.344	911.361	62.374	50.736	32.775	45.206	359.787	8.709.292
Empréstimos com garantia de imóveis	-	-	94.196	1.243	211	306	176	921	329	97.382
Empréstimos cedidos com retenção substancial de riscos e benefícios	-	479	55	14	2	-	-	-	-	550
Títulos descontados	-	39	-	3	3	2	4	28	79	79
Financiamento de veículos	-	707.393	489.821	129.294	37.597	17.484	12.092	43.520	1.437.201	414.307
Financiamentos imobiliários	-	4.275	189	-	694	-	-	-	-	5.158
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	8.371.263	13.633.405	16.285.942	2.175.624	480.205	198.577	165.092	90.392	607.006	42.007.506
Segmento empresas										
Títulos privados (Nota 7.a)	78.964	152.647	79.453	14.352	892	-	-	-	-	326.308
Total de títulos privados	78.964	152.647	79.453	14.352	892	-	-	-	-	326.308
Segmento empresas										
Garantias financeiras prestadas	2.303.462	992.893	995.303	70.351	17.790	1.258	-	-	414	4.381.471
Total de garantias financeiras prestadas	2.303.462	992.893	995.303	70.351	17.790	1.258	-	-	414	4.381.471
Total da carteira de crédito ampliada	10.753.689	14.778.945	17.360.698	2.260.327	498.887	199.835	165.092	90.392	607.420	46.715.285
Segregação da carteira de operações com características de concessão de crédito em curso normal e curso anormal										
Operações em curso normal (1)	8.371.263	13.133.768	15.528.159	1.772.053	293.605	90.361	71.215	4.597	163.478	39.428.499
Operações em curso anormal (2)	-	499.637	757.783	403.571	186.600	108.216	93.877	85.795	443.528	2.579.007
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	8.371.263	13.633.405	16.285.942	2.175.624	480.205	198.577	165.092	90.392	607.006	42.007.506

- (1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.
(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.
(3) Nova fase de empréstimos realizados, a partir de agosto de 2022, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), prevista na MP nº 1.114/22, instituído por meio da Lei nº 14.042/20, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).
(4) Empréstimos realizados, a partir de julho de 2022, no âmbito do programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (PRONAMPE), instituído por meio da Lei nº 13.999/20, garantidos pelo Fundo Garantidor de Operações (FGO).

ii. Por faixa de vencimento, nível de risco e distribuição da provisão associada ao risco de crédito

2022	Banco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	8.730.807	25.919.890	5.265.052	1.590.661	253.972	54.540	616.786	47.794	81.994	42.561.496
Parcelas vincendas	8.730.807	25.791.983	5.235.736	1.575.977	251.059	54.299	616.554	47.265	81.586	42.385.266
Até 3 meses	7.388.405	9.022.334	1.832.340	436.016	89.100	16.217	64.863	15.554	12.576	18.877.205
De 3 a 12 meses	955.940	7.585.154	1.416.474	518.976	82.313	22.714	515.549	28.526	24.292	11.149.938
De 1 a 3 anos	379.430	6.608.297	1.398.944	437.414	70.267	13.527	33.801	2.612	30.368	8.974.660
De 3 a 5 anos	7.032	1.900.328	388.748	123.880	7.685	1.795	2.541	559	9.105	2.441.673
Acima de 5 anos	-	675.870	199.230	59.691	1.694	46	-	14	5.245	941.790
Vencidas até 14 dias	-	127.907	29.316	14.684	2.913	241	232	529	408	176.230
Operações em curso anormal (2)	-	840.110	792.064	550.805	178.056	130.058	163.656	93.918	519.741	3.268.408
Parcelas vincendas	-	830.106	740.164	503.973	144.673	93.166	103.052	38.351	263.669	2.717.154
Até 3 meses	-	299.735	202.705	63.582	22.398	18.349	16.597	5.674	28.966	658.006
De 3 a 12 meses	-	198.891	159.211	147.686	51.395	29.710	40.995	12.240	76.193	716.321
De 1 a 3 anos	-	204.648	227.851	207.994	56.463	36.711	39.478	15.742	105.491	894.378
De 3 a 5 anos	-	91.397	99.921	54.914	10.333	6.257	4.476	3.807	42.133	313.238
Acima de 5 anos	-	35.435	50.476	29.797	4.084	2.139	1.506	888	10.886	135.211
Parcelas vencidas	-	10.004	51.900	46.832	33.383	36.892	60.604	55.567	256.072	551.254
Até 60 dias	-	10.004	51.900	43.064	15.986	13.713	24.934	7.612	44.320	211.533
De 61 a 90 dias	-	-	-	2.802	10.867	4.663	11.477	2.197	21.968	53.974
De 91 a 180 dias	-	-	-	966	3.303	16.388	21.111	43.023	45.138	129.929
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	3.227	2.128	3.082	2.735	144.646	155.818
Total da carteira de operações com características de concessão de crédito	8.730.807	26.760.000	6.057.116	2.141.466	432.028	184.598	780.442	141.712	601.735	45.829.904
Prazo (3)										
Até 3 meses	17.526	25.521	1.300	-	-	-	-	-	-	44.347
De 3 a 12 meses	19.247	249.010	648	-	-	-	-	-	-	268.905
De 1 a 3 anos	47.342	381.489	406	-	-	-	-	-	-	429.237
De 3 a 5 anos	120.876	209.801	-	29.960	-	-	-	-	-	360.637
Acima de 5 anos	508	6.317	-	-	-	-	-	-	-	6.825
Vencidas até 14 dias	-	-	79	-	-	-	-	-	-	79
Vencidas de 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	-	-	575	-	575
Total de títulos privados (Nota 7.a)	205.499	872.138	2.433	29.960	-	-	-	575	-	1.110.605
Garantias financeiras prestadas	2.676.313	2.482.711	495.266	41.052	61.696	1.825	4.317	175	414	5.763.769
Total de garantias financeiras prestadas	2.676.313	2.482.711	495.266	41.052	61.696	1.825	4.317	175	414	5.763.769
Total da carteira de crédito ampliada	11.612.619	30.114.849	6.554.815	2.212.478	493.724	186.423	784.759	142.462	602.149	52.704.278
Provisão associada a risco de crédito										
Mínima requerida (4)	-	133.800	60.571	64.244	43.203	55.379	390.221	99.198	601.735	1.448.351
Adicional (5)	-	-	115.085	79.234	37.586	31.381	-	-	-	263.286

.....continuação 2022	Banco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Total de provisão associada a risco de crédito sobre a carteira de operações com características de concessão de crédito	-	133.800	175.656	143.478	80.789	86.760	390.221	99.198	601.735	1.711.637
Mínima requerida (4)	-	4.363	24	912	-	-	-	-	402	5.701
Adicional (5)	-	-	46	-	-	-	-	-	-	46

Banco Daycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

i) Conciliação da composição da carteira de arrendamento mercantil financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis:

Na sistemática de contabilização adotada pelo plano de contas COSIF, as operações de arrendamento mercantil financeiro, são contabilizadas de acordo com sua natureza, os quais são sumarizados a seguir:

	2022	2021
Ativo		
Operações de arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro a receber	2.323.631	1.589.455
(-) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil financeiro a receber	(2.289.409)	(1.557.946)
Total	34.222	31.509
Valores residuais		
Valores residuais a realizar	938.867	638.801
Valores residuais a balancear	(938.867)	(638.801)
Total	-	-
Diversos		
Taxa de compromisso	2.847	1.171
Total	2.847	1.171
Imobilizado de arrendamento mercantil financeiro		
Bens arrendados	3.391.359	2.339.887
Superveniência de depreciação	577.510	403.645
(-) Insuficiência de depreciação	(45.384)	(80.244)
(-) Depreciação acumulada sobre bens de arrendamento mercantil financeiro	(1.184.939)	(826.724)
Perdas em arrendamento a amortizar	18.104	24.533
Total	2.756.650	1.861.097
Passivo		
Outras obrigações		
(-) Valor residual garantido antecipado (VRGA)	(507.261)	(302.394)
Total	(507.261)	(302.394)
Total de arrendamento mercantil financeiro a valor presente	2.286.458	1.591.383

10 CARTEIRA DE CÂMBIO (BANCO E CONSOLIDADO)

	2022			2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Valor	Valor
Ativo					
Câmbio comprado a liquidar	741.426	427.902	31.303	1.200.631	1.627.341
Direitos sobre vendas de câmbio	1.347.844	11.298	-	1.359.142	1.956.692
(-) Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(37.291)	-	-	(37.291)	(27.868)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (Nota 9.a)	10.681	9.876	457	21.014	18.091
Total	2.062.660	449.076	31.760	2.543.496	3.574.256
Passivo					
Câmbio vendido a liquidar	1.333.304	11.023	-	1.344.327	2.012.487
(-) Importação financiada (Nota 9.a)	(36.820)	-	-	(36.820)	(26.091)
Obrigações por compras de câmbio	736.234	420.360	30.060	1.186.654	1.588.439
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio (Nota 9.a)	(431.994)	(373.624)	(30.060)	(835.678)	(1.035.288)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	16	-	-	16	1.219
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos (Nota 9.a)	520	587	-	1.107	1.446
Total	1.601.260	58.346	-	1.659.606	2.542.212

11 OUTROS CRÉDITOS DIVERSOS

	Banco			Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	2021	2021
	Circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Circulante	Não circulante
Adiantamentos salariais	1.783	1.514	-	1.823	1.648	-
Adiantamentos para pagamentos da nossa conta	24.288	20.868	-	25.274	21.405	-
Pagamentos a ressarcir	933	905	-	933	1.264	-
Participações pagas antecipadamente	65.766	54.042	-	66.033	54.342	-
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (1)	6.104	3.513	2.451	6.104	3.513	2.451
Devedores diversos (2)	108.349	52.994	-	108.911	54.364	-
Total	207.223	133.836	2.451	209.078	136.536	2.451

(1) Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, refere-se aos prêmios pagos na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a serem reconhecidos nas demonstrações de resultado do Banco, na rubrica de "Operações de crédito", em razão da fluência do prazo das operações.

(2) Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Devedores diversos" está composta, substancialmente, por: (i) valores de depositantes de conta garantida no montante de R\$84.412 para o Banco e para o Consolidado (R\$40.703 para o Banco e para o Consolidado em 2021).

12 OUTROS VALORES E BENS (Banco e Consolidado)

	2022						2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor	Valor	
Despesas pagas antecipadamente	8.951	15.853	10.937	6.764	3.303	45.808	73.387	
Total de despesas pagas antecipadamente	8.951	15.853	10.937	6.764	3.303	45.808	73.387	
Ativos não financeiros mantidos para venda								

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos não financeiros mantidos para venda totalizam R\$91.885 (R\$89.204 em 2021) com ajuste por redução ao valor recuperável no montante de R\$5.175 (R\$3.270 em 2021), tanto para o Banco quanto para o Consolidado.

13 DEPENDÊNCIA NO EXTERIOR

Os saldos das operações praticadas com terceiros pelo Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch (dependência no exterior), incluídas nas Demonstrações Contábeis do Banco, estão apresentados a seguir:

	2022		2021	
	US\$ mil	R\$ mil (1)	US\$ mil	R\$ mil (1)
Ativos				
Disponibilidades	450	2.348	402	2.245
Aplicações interfinanceiras de liquidez	63.750	332.628	45.450	253.634
Títulos e valores mobiliários	9.163	47.810	1.552	8.661
Operações de crédito	434.391	2.266.524	253.446	1.414.356
Outros créditos	11.855	61.854	18.170	101.396
Outros valores e bens	49	255	-	-
Total de ativos	519.658	2.711.419	319.020	1.780.292
Passivos				
Depósito à vista	865	4.512	2.635	14.706
Depósito a prazo	279.722	1.459.505	92.787	517.798
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	1.866	9.734	8.403	46.892
Obrigações por empréstimos e repasses	202.771	1.058.000	183.156	1.022.999
Instrumentos financeiros derivativos	279	1.454	-	-
Outras obrigações diversas	1.409	7.352	1	5
Resultado de exercícios futuros	-	-	46	259
Total de passivos	486.912	2.540.557	287.028	1.601.759

(1) Os montantes em dólares norte-americanos foram convertidos para reais - R\$, com base nas cotações desta moeda de R\$/US\$5,2177 e de R\$/US\$5,5805 divulgadas pelo BACEN, respectivamente para as datas de 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

Em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido no resultado do Banco, despesa de variação cambial no montante de R\$11.761 (receita de R\$12.689 em 2021) sobre o investimento no Banco Daycoval S.A. - Cayman Branch.

14 PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

a) Controladas diretamente

Empresas	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações / Cotas	% Participação	Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor do Investimento Ajustado		Resultado de Equivalência	
					2022	2021	2022	2021	2022	2021
Daycoval Leasing (1)	692.551	343.781	5.780.078.463	100,0	82.498	71.861	652.827	583.019	82.498	71.861
Dayprev	37.366	25.000	19.591.614	97,0	2.259	901	36.036	34.028	2.190	874
ACS	875.423	623.597	54.225.800	99,9	34.747	13.688	875.899	848.098	34.747	13.688
Daycoval Asset	72.633	1.554	36.875	99,9	12.046	7.216	72.634	60.586	12.046	7.216
Total							1.637.396	1.525.731	131.481	93.639

(1) O deságio na aquisição de outra instituição financeira, em 2015, está sendo amortizado integralmente por um período igual a dez anos, bem como o reconhecimento da obrigação fiscal diferida constituída às alíquotas vigentes à época da amortização. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$20.131 (R\$27.034 em 31 de dezembro de 2021).

b) Controladas indiretamente

Empresas	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações / Cotas	% Participação	Lucro Líquido (Prejuízo)		Valor do Investimento Ajustado		Resultado de Equivalência	
					2022	2021	2022	2021	2022	2021
IFP	246.514	260.020	260.020.000	99,9	8.926	(1.434)	246.514	237.588	8.926	(1.434)
SCC	15.134	10.020	10.020.000	99,9	826	573	15.134	14.308	826	573
Treetop	83.706	13.924	2.668.585	99,9	(7.970)	(5.481)	83.706	104.678	(8.347)	(1.774)
Total							345.354	356.574	1.405	(2.635)

(1) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a anterior, despesa de variação cambial no montante de R\$377 (receita de variação cambial no montante de R\$3.707 em 31 de dezembro de 2022) sobre o investimento na Treetop.

(2) Em 31 de dezembro de 2022, o resultado de equivalência patrimonial monta receita de R\$1.405 (despesa de R\$2.635 em 2021) que foi reconhecido no resultado da ACS Participações (controladora direta), mencionada no quadro 14.a.

c) Coligada

Empresa	Patrimônio Líquido	Capital Social	Quantidade de Ações / Cotas	% Participação	Valor do Investimento Ajustado		Resultado de Equivalência			
					2022	2021	2022	2021		
CIP S.A. (1)					2.222.489	959.982	250.002	0,49%	11.285	1.473
Total									11.285	1.473

(1) Em março de 2022, ocorreu a desmutualização da Câmara Interbancária de Pagamentos – CIP. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporado em uma nova CIP S.A., com fins lucrativos.

15 IMOBILIZADO DE USO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

a) Imobilizado de uso

	Banco				2021	
	2022	2021	2022	2021	Valor líquido	Valor líquido
Aeronave	10%	75.865	(39.829)	36.036	43.623	
Computadores e periféricos	20%	31.966	(20.216)	11.750	10.837	
Equipamentos de comunicação	20%	758	(658)	100	140	
Equipamentos de segurança	10%	1.459	(1.238)	221	325	
Imóveis de uso	4%	1.500	(300)	1.200	1.260	
Instalações	10%	939	(718)	221	251	
Móveis e equipamentos de uso	10%	8.899	(5.821)	3.078	3.107	
Veículos	20%	3.504	(1.891)	1.613	1.611	
Total		124.890	(70.671)	54.219	61.154	

	Consolidado				2021	
	2022	2021	2022	2021	Valor líquido	Valor líquido
Aeronave	10%	75.865	(39.829)	36.036	43.623	
Computadores e periféricos	20%	33.170	(21.330)	11.840	10.940	
Equipamentos de comunicação	20%	1.100	(811)	289	329	
Equipamentos de segurança	10%	1.459	(1.238)	221	325	
Imóveis de uso	4%	4.142	(737)	3.405	3.583	
Instalações	10%	5.039	(1.988)	3.051	3.476	
Móveis e equipamentos de uso	10%	11.074	(6.911)	4.163	4.139	
Veículos	20%	5.007	(2.905)	2.102	1.943	
Total		136.856	(75.749)	61.107	68.358	

b) Imobilizado de arrendamento mercantil operacional (Consolidado)

	2022					2021	
	Depreciação anual	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Provisão para desvalorização	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Instalações	10%	60	(30)	-	30	47	
Máquinas e equipamentos	10%	461.564	(247.288)	(3.043)	211.233	222.580	
Móveis	10%	17	(8)	-	9	14	
Veículos	20%	927	(258)	-	669	562	
Total		462.568	(247.584)	(3.043)	211.941	223.203	

16 OPERAÇÕES COMPROMISSADAS E INSTRUMENTOS DE CAPTAÇÃO

a) Segregação das operações compromissadas por prazo (Banco e Consolidado)

	2022	2021
	Até 3 meses	Até 3 meses
	3 meses	3 meses
Obrigações por operações compromissadas	6.448.013	1.195.541

Carteira própria	2022	2021
	Até 3 meses	Até 3 meses
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	6.111.395	963.474
Letras do Tesouro Nacional - LTN	183	-
Debêntures	336.435	232.067
Carteira de terceiros	384.002	1.278.978
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	29.453
Letras do Tesouro Nacional - LTN	300.050	265.194
Notas do Tesouro Nacional - NTN	53.009	984.331
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	30.943	-
Total	6.832.015	2.474.519

b) Resumo dos instrumentos de captação

O quadro a seguir, apresenta o resumo dos instrumentos de captação utilizados pelo Daycoval:

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos	17.932.740	17.331.		

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

c) Segregação dos instrumentos de captação por prazo

	Banco						2021	
	2022					Total		Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Depósitos	4.988.738	5.675.413	6.597.271	649.206	22.112	17.932.740	17.331.441	
À vista	1.765.296	-	-	-	-	1.765.296	1.539.909	
Interfinanceiros	11.033	1.820.723	28.601	2.043	-	1.862.400	988.220	
A prazo	3.201.216	3.854.690	6.568.670	647.163	22.112	14.293.851	14.791.000	
Outros depósitos	11.193	-	-	-	-	11.193	12.312	
Emissões de títulos	2.654.569	3.348.881	14.414.731	2.480.473	578.295	23.476.949	20.542.824	
Letras de crédito imobiliário	188.066	512.479	1.033.883	12.993	6.848	1.754.269	1.465.309	
Letras de crédito do agronegócio e financeiras	369.225	966.246	1.071.066	282	-	2.406.819	2.392.038	
Letras financeiras (1) (5)	2.086.230	1.856.184	10.111.500	2.467.198	571.447	17.102.559	14.071.202	
Emissões no exterior	1.048	13.972	2.198.282	-	-	2.213.302	2.614.275	
Obrigações por empréstimos e repasses	2.730.738	4.766.589	643.699	63.423	5.188	8.209.637	8.905.148	
Empréstimos no exterior	2.695.872	4.666.092	458.287	-	-	7.820.251	8.709.577	
Obrigações em moedas estrangeiras (2)	1.022.376	761.175	-	-	-	1.783.551	1.884.758	
Obrigações por empréstimos no exterior (3) (4)	1.673.496	3.904.917	458.287	-	-	6.036.700	6.824.819	
Repasses de instituições oficiais	34.866	100.497	185.412	63.423	5.188	389.386	195.571	
BNDES	15.702	20.953	14.910	1.219	-	52.784	71.921	
FINAME	19.164	79.544	170.502	62.204	5.188	336.602	123.650	
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	-	-	-	-	1.042.478	1.042.478	992.038	
Letras financeiras	-	-	-	-	1.042.478	1.042.478	992.038	
Total	10.374.045	13.790.883	21.655.701	3.193.102	1.648.073	50.661.804	47.771.451	

	Consolidado						2021	
	2022					Total		Total
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos			
Depósitos	4.983.926	5.675.413	6.560.410	623.051	22.112	17.864.912	17.281.007	
À vista	1.760.552	-	-	-	-	1.760.552	1.535.027	
Interfinanceiros	11.033	1.820.723	28.601	2.043	-	1.862.400	988.220	
A prazo	3.201.148	3.854.690	6.531.809	621.008	22.112	14.230.767	14.745.448	
Outros depósitos	11.193	-	-	-	-	11.193	12.312	
Emissões de títulos	2.654.543	3.348.881	14.017.263	2.480.473	578.295	23.079.455	20.160.278	
Letras de crédito imobiliário	188.066	512.479	1.033.883	12.993	6.848	1.754.269	1.465.309	
Letras de crédito do agronegócio e financeiras	369.225	966.246	1.071.066	282	-	2.406.819	2.392.038	
Letras financeiras (1) (5)	2.086.230	1.856.184	9.727.077	2.467.198	571.447	16.718.136	13.688.656	
Emissões no exterior	1.022	13.972	2.185.237	-	-	2.200.231	2.614.275	
Obrigações por empréstimos e repasses	2.730.738	4.766.589	643.699	63.423	5.188	8.209.637	8.905.148	
Empréstimos no exterior	2.695.872	4.666.092	458.287	-	-	7.820.251	8.709.577	
Obrigações em moedas estrangeiras (2)	1.022.376	761.175	-	-	-	1.783.551	1.884.758	
Obrigações por empréstimos no exterior (3) (4)	1.673.496	3.904.917	458.287	-	-	6.036.700	6.824.819	
Repasses de instituições oficiais	34.866	100.497	185.412	63.423	5.188	389.386	195.571	
BNDES	15.702	20.953	14.910	1.219	-	52.784	71.921	
FINAME	19.164	79.544	170.502	62.204	5.188	336.602	123.650	
Dívidas subordinadas (Nota 16.d)	-	-	-	-	1.042.478	1,042.478	992.038	
Letras financeiras	-	-	-	-	1.042.478	1,042.478	992.038	
Total	10.369.207	13.790.883	21.221.372	3.166.947	1.648.073	50.196.482	47.338.471	

- (1) Conforme Comunicado ao Mercado, publicado em 03 de maio de 2022, o Daycoval concluiu a sua décima segunda emissão de Letras Financeiras, totalizando R\$1 bilhão. As Letras Financeiras foram emitidas em três séries, sendo a primeira no valor de R\$406,0 milhões para 2 anos; a segunda, para 3 anos, de R\$340,5 milhões; e a terceira, de R\$253,5 milhões, em 4 anos.
- (2) O saldo de "Obrigações em moedas estrangeiras", refere-se às captações para operações comerciais de câmbio, relativas a financiamentos à exportação e importação.
- (3) Em 31 de dezembro de 2022, inclui operações de empréstimos no exterior, no montante de US\$1,5 bilhão (US\$613 milhões e €25 milhões em 31 de dezembro de 2021), objeto de hedge contábil de risco de mercado (Nota 8), cujo valor contábil e valor justo montam, respectivamente, R\$5.326.667 e R\$5.389.898 (R\$6.294.123 e R\$6.306.997 em 31 de dezembro de 2021).
- (4) Em 15 de junho de 2022, o Daycoval captou junto ao International Finance Corporation - IFC, o montante de US\$100 milhões, objeto de hedge contábil.
- (5) Em 04 de julho de 2022, foram liquidadas antecipadamente Letras Financeiras Garantidas, no âmbito da Resolução CMN nº 4.795/20, no montante de R\$1.048.641.

Financial covenants

Não houve descumprimento das cláusulas de covenants atrelados aos contratos de empréstimos com o International Finance Corporation - IFC e com o Inter-American Development Bank – IDB, reconhecidos na rubrica de "Obrigações por empréstimos", que poderiam acarretar em liquidação antecipada dos contratos firmados entre o Banco e estas instituições.

d) Dívidas subordinadas (Banco e Consolidado)

Nível de Capital	Instrumento de captação	Datas de		Valor da emissão	% do Indexador	Data de autorização do BACEN (1)
		emissão				
		emissão	vencimento			
Complementar - Nível I	Letra financeira	15/10/2021	Perpétuo	500.000	140% CDI	15/10/2021
Complementar - Nível I	Letra financeira	11/02/2021	Perpétuo	163.875	150% CDI	05/03/2021
Complementar - Nível I	Letra financeira	15/04/2020	Perpétuo	240.000	150% CDI	10/06/2020
Complementar - Nível I	Letra financeira	19/02/2020	Perpétuo	50.000	135% CDI	15/04/2020

- (1) As captações foram autorizadas pelo BACEN a compor o Patrimônio de Referência do Banco, nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21. Não houve mudanças na composição de dívidas subordinadas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

17 OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Sociais e estatutárias

	Banco		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	2022	2021	2022	2021
Dividendos e/ou juros sobre capital próprio a pagar	75.806	205.104	75.806	205.104
Programa de participação nos resultados	198.942	163.676	201.777	166.346
Gratificações e participações a pagar	-	120	-	120
Total	274.748	368.900	277.583	371.570

b) Diversas

	Banco		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	2022	2021	2022	2021
Cheques administrativos	800	-	800	-
Credores por recursos a liberar	11.459	3.841	11.459	3.841
Valores a pagar a sociedade ligada	1.739	1.322	-	-
Valores a devolver a clientes	5.287	-	5.287	-
Obrigações por operações de venda e transferência de ativos financeiros (Nota 9.h)	-	576	-	576
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	119.527	85.345	131.231	96.760
Títulos descontados recebidos parcialmente	9.221	34.715	9.221	34.715
Cobranças a liberar	29.116	28.735	29.116	28.735
Seguros a pagar	6.574	5.051	6.574	5.051
Rendas de títulos recebíveis	21.146	32.184	21.146	32.184
Comissões de fianças	37.615	26.993	37.615	26.993
Descontos vinculados às operações de arrendamento mercantil	-	-	15.646	13.458
Deságio da aquisição do Daycoval Leasing	-	-	20.130	27.034
Obrigações por devolução de tarifas	41	-	41	-
Outros credores diversos	66.293	32.086	72.869	46.003
Total	308.818	250.848	419.792	318.865

- (1) Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Provisão para pagamentos a efetuar" (Banco e Consolidado) está composta, substancialmente, pelos seguintes itens: (i) despesas de pessoal no montante de R\$55.938 para o Banco e de R\$65.809 para o Consolidado (R\$38.316 para o Banco e de R\$46.030 para o Consolidado em 2021); (ii) despesas com fornecedores no montante de R\$42.444 para o Banco e de R\$45.645 para o Consolidado (R\$25.098 para o Banco e de R\$27.533 para o Consolidado em 2021); e (iii) comissões a pagar no montante de R\$16.827 para o Banco e Consolidado (R\$16.233 em 2021 para o Banco e Consolidado).

18 PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Ativos contingentes

O Daycoval e suas controladas, não possuem ativos contingentes em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

b) Provisões para processos judiciais e obrigações legais

O Banco é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.q. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas eventuais decorrentes dos respectivos processos.

Os saldos de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas constituídos e as respectivas movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão apresentados a seguir:

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Obrigações legais - Riscos fiscais	1.918.896	1.812.691	1.920.734	1.813.790
Riscos cíveis	138.177	115.688	138.960	116.382
Riscos trabalhistas	44.393	47.105	55.924	57.537
Total	2.101.466	1.975.484	2.115.618	1.987.709

Riscos	Exercício findo em 31 de dezembro de 2022				Exercício findo em 31 de dezembro de 2021			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final
Fiscais	1.812.691	114.540	(8.335)	1.918.896	1.813.790	114.540	(7.596)	1.920.734
Cíveis	115.688	-	22.489	138.177	116.382	-	22.578	138.960
Trabalhistas	47.105	-	(2.712)	44.393	57.537	-	(1.613)	55.924
Total	1.975.484	114.540	11.442	2.101.466	1.987.709	114.540	13.369	2.115.618

Riscos	Exercício findo em 31 de dezembro de 2021				Exercício findo em 31 de dezembro de 2021			
	Banco		Consolidado		Banco		Consolidado	
	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final	Saldo inicial	Atualização monetária	Constituição (reversão)	Saldo final
Fiscais	1.656.548	41.146	114.997	1.812.691	1.657.360	41.146	115.284	1.813.790
Cíveis	166.760	-	(51.072)	115.688	167.308	-	(50.926)	116.382
Trabalhistas	62.809	-	(15.704)	47.105	75.856	-	(18.319)	57.537
Total	1.886.117	41.146	48.221	1.975.484	1.900.524	41.146	46.039	1.987.709

c) Valores depositados em garantias para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
	Fiscais	1.733.400	1.528.906	1.733.400
Cíveis	45.749	38.773	45.772	38.856
Trabalhistas	15.288	13.685	19.473	17.559
Total	1.794.437	1.581.364	1.798.645	1.585.321

d) O Banco vem contestando judicialmente a legalidade da exigência de alguns impostos e contribuições e os valores envolvidos estão integralmente provisionados e atualizados: IRPJ

Questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço e a dedução do PAT em dobro, sendo o valor provisionado de R\$15.084 (R\$60.311 em 2021). O total dos depósitos judiciais para estes questionamentos, monta R\$15.227 (R\$22.878 em 2021).

CSLL Questiona o efeito da extinção da correção monetária de balanço, contesta a exigência de alíquota diferenciada e questiona a majoração da alíquota de 9% para 15%, determinada pela Medida Provisória nº 413/08, convertida na Lei nº 11.727/08 e de 15% para 20%, determinada pela Lei nº 13.169/15. O valor provisionado monta R\$1.048.913 (R\$945.087 em 2021) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R\$1.054.331 (R\$882.641 em 2021).

COFINS

Questiona a constitucionalidade da Lei nº 9.718/98. O valor provisionado monta R\$739.253 (R\$698.034 em 2021) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R\$544.121 (R\$510.734 em 2021).

PIS

Questiona a aplicação da Lei nº 9.718/98 e a exigência pela fiscalização de apuração da base de cálculo do PIS em desacordo com as Emendas Constitucionais nº 01/94, nº 10/96 e nº 17/97. O valor provisionado monta R\$111.599 (R\$105.437 em 2021) e o total dos depósitos judiciais para este questionamento, monta R\$114.137 (R\$107.705 em 2021).

A provisão para outras obrigações legais monta R\$4.046 (R\$3.82

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Ativos e obrigações fiscais

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos fiscais				
Correntes	294.092	242.367	339.153	274.295
Impostos e contribuições a compensar (1)	294.092	242.367	339.134	274.276
Imposto de renda a recuperar	-	-	19	19
Diferidos	1.780.288	1.497.343	1.820.465	1.511.890
Créditos tributários (nota 19.d)	1.780.288	1.497.343	1.820.465	1.511.890
Total	2.074.380	1.739.710	2.159.618	1.786.185
Obrigações fiscais				
Correntes	680.824	760.530	714.733	819.638
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	340.412	425.885	359.644	444.905
Provisão para contribuição social sobre o lucro	270.569	283.824	277.740	317.692
Impostos e contribuições a recolher	69.843	50.821	77.349	57.041
Diferidos	586.982	470.478	759.895	551.328
Obrigações fiscais (nota 19.d)	586.982	470.478	759.895	551.328
Total	1.267.806	1.231.008	1.474.628	1.370.966

(1) Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de "Impostos e contribuições a compensar" está composto, substancialmente, por antecipações de imposto de renda e de contribuição social no montante de R\$290.637 (R\$239.605 em 2021), para o Banco, e R\$320.603 (R\$262.881 em 2021), para o Consolidado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo)

Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

Em 31 de dezembro de 2022, o Banco não possuía créditos tributários não ativados. No consolidado, o saldo de créditos tributários não ativados é de R\$7.460 (R\$9.520 em 2021).

d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	Banco		Consolidado			
	2021	Constituição (Realização)	2022	2021	Constituição (Realização)	2022
Créditos tributários						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Provisões para riscos fiscais	181.760	-	181.760	182.470	380	182.850
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	772.584	89.491	862.075	785.390	92.732	878.122
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	176.898	134.812	311.710	176.915	134.794	311.709
Atualização monetária de riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	278.286	53.874	332.160	278.286	53.874	332.160
Outras adições temporárias, incluindo provisões cíveis e trabalhistas	87.815	4.768	92.583	88.829	26.795	115.624
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.497.343	282.945	1.780.288	1.511.890	308.575	1.820.465
	2021	Constituição (Realização)	2022	2021	Constituição (Realização)	2022
Obrigações fiscais diferidas						
IR e CSLL diferidos originados por:						
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	227.363	61.364	288.727	227.363	61.365	288.728
Imposto de Renda diferido sobre a superveniência de depreciação	-	-	-	80.850	52.034	132.884
Amortização do deságio na aquisição do Daycoval Leasing	18.957	3.106	22.063	18.957	3.106	22.063
Atualização monetária de depósitos judiciais	224.158	52.034	276.192	224.158	92.062	316.220
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	470.478	116.504	586.982	551.328	208.567	759.895

Obrigações fiscais diferidas

IR e CSLL diferidos originados por:

	Banco	Consolidado
	2020	2021
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	227.363	61.364
Imposto de Renda diferido sobre a superveniência de depreciação	-	-
Amortização do deságio na aquisição do Daycoval Leasing	18.957	3.106
Atualização monetária de depósitos judiciais	224.158	52.034
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	470.478	116.504

Obrigações fiscais diferidas

IR e CSLL diferidos originados por:

	Banco	Consolidado
	2020	2021
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	227.363	61.364
Imposto de Renda diferido sobre a superveniência de depreciação	-	-
Amortização do deságio na aquisição do Daycoval Leasing	18.957	3.106
Atualização monetária de depósitos judiciais	224.158	52.034
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	470.478	116.504

Obrigações fiscais diferidas

IR e CSLL diferidos originados por:

	Banco	Consolidado
	2020	2021
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	227.363	61.364
Imposto de Renda diferido sobre a superveniência de depreciação	-	-
Amortização do deságio na aquisição do Daycoval Leasing	18.957	3.106
Atualização monetária de depósitos judiciais	224.158	52.034
Total de obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	470.478	116.504

e) Previsão de realização e valor presente dos créditos tributários

	Banco					
	2022			2021		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Até 1 ano	169.469	135.577	305.046	119.794	95.837	215.631
Até 2 anos	145.793	116.636	262.429	118.161	94.531	212.692
Até 3 anos	175.677	140.544	316.221	131.857	105.487	237.344
Até 4 anos	133.319	106.657	239.976	126.290	101.034	227.324
Até 5 anos	15.670	12.536	28.206	11.854	9.483	21.337
Acima de 5 anos	350.880	277.530	628.410	325.661	257.354	583.015
Total	990.808	789.480	1.780.288	833.617	663.726	1.497.343

	Consolidado					
	2022			2021		
	IR	CSLL	Total	IR	CSLL	Total
Até 1 ano	171.698	137.360	309.058	123.904	99.125	223.029
Até 2 anos	148.783	119.028	267.811	120.538	96.433	216.971
Até 3 anos	177.906	142.327	320.233	132.962	106.369	239.331
Até 4 anos	135.548	108.440	243.988	126.675	101.342	228.017
Até 5 anos	27.710	22.168	49.878	11.960	9.568	21.528
Acima de 5 anos	351.484	278.013	629.497	325.661	257.353	583.014
Total	1.013.129	807.336	1.820.465	841.700	670.190	1.511.890

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$1.396.274 para o Banco (R\$1.207.691 em 2021) e de R\$1.426.603 para o Consolidado (R\$1.220.734 em 2021), e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Banco e do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes.

As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)

a) Capital social

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o capital social do Banco monta R\$3.557.260, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.890.672.918 ações nominativas, composto por 1.323.471.042 ações ordinárias e 567.201.876 ações preferenciais.

b) Composição e movimentação do capital social em ações

	2022	2021
Ações ordinárias	1.323.471.042	1.323.471.042
Ações preferenciais	567.201.876	567.201.876
Total de ações	1.890.672.918	1.890.672.918

Não houve movimentação de quantidade de ações durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

c) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos e juros sobre o capital próprio que somados, correspondam, no mínimo, a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação da taxa de juros de longo prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros.

i. Demonstração do cálculo dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios:

	2022	% (1)	2021	% (1)
Lucro líquido	1.102.927		1.414.199	
(-) Constituição de reserva legal	(55.146)		(70.710)	
Lucro líquido ajustado	1.047.781		1.343.489	
Valor dos juros sobre o capital próprio	336.528		206.632	
(-) Imposto de renda retido na fonte relativo aos juros sobre o capital próprio	(50.479)		(30.995)	
Valor dos dividendos obrigatórios	-		160.235	
Valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos obrigatórios	286.049	27,30	335.872	25,00

(1) Refere-se ao percentual relativo à soma do valor líquido dos juros sobre o capital próprio e dividendos sobre o lucro líquido ajustado.

ii. Juros sobre o capital próprio declarados e/ou pagos:

Foram declarados e/ou pagos juros sobre o capital próprio ("JCP") que, líquidos do imposto de renda na fonte, serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, conforme demonstrado a seguir:

Data da RCA	2022		Valor bruto	Valor IRRF	Valor líquido
	Data da disponibilização	Valor por ação			
30/12/2022	16/01/2023	0,04717	89.183	(13.377)	75.806
30/09/2022	17/10/2022	0,04585	86.694	(13.004)	73.690
30/06/2022	15/07/2022	0,04701	88.881	(13.332)	75.549
31/03/2022	18/04/2022	0,03796	71.770	(10.766)	61.004
	Total		336.528	(50.479)	286.049

Data da RCA	2021		Valor bruto	Valor IRRF	Valor líquido
	Data da disponibilização	Valor por ação			
30/12/2021	17/01/2022	0,0279	52.788	(7.918)	44.870
30/09/2021	15/10/2021	0,0814	153.844	(23.077)	130.767
	Total		206.632	(30.995)	175.637

iii. Dividendos:

	2021
Data da RCA	08/02/2022
Data de disponibilização	09/02/2022
Valor em R\$ por ação - ON	0,0848
Valor em R\$ por ação - PN	0,0848
Valor total de dividendos - R\$ mil	160.235
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram propostos dividendos aos acionistas.	

iv. Dividendos adicionais de exercícios anteriores:

Foram distribuídos dividendos adicionais no montante de R\$500.008, aprovados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 14 de outubro de 2021, sendo disponibilizados aos acionistas em 15 de outubro de 2021, relativo a exercícios anteriores.

d) Reserva de lucros

	2022	2021
Reserva legal (1)	184.987	129.841
Reservas estatutárias (2)	2.004.449	1.293.196
Total	2.189.436	1.423.037

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

(2) Reserva constituída conforme disposição estatutária.

e) Lucro líquido por ação (Controlador)

	2022	2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	1.102.927	1.414.199
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações		
Ações ordinárias	772.049	989.939
Ações preferenciais	330.878	424.260
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social (1)		
Ações ordinárias	1.323.471.042	1.323.471.042
Ações preferenciais	567.201.876	567.201.876

Lucro líquido por ação - Básico

Ações ordinárias	0,5834	0,7480
Ações preferenciais	0,5834	0,7480

Lucro líquido por ação - Diluído

Ações ordinárias	0,5834	0,7480
Ações preferenciais	0,5834	0,7480

(1) A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 e, também, seguindo os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado por Ação, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução CMN nº 4.818/20.

21 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA

a) Carteira de crédito

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Operações de crédito	5.285.314	4.371.620	5.324.567	4.396.238
Adiantamento a depositantes	8.832	5.688	8.832	5.688
Conta-garantida / cheque especial	671.911	379.995	672.094	380.013
Títulos descontados	74.013	113.820	74	

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Títulos e valores mobiliários				
Títulos de renda fixa	1.155.945	347.467	1.165.159	355.398
Títulos de renda variável	37	26	784	493
Aplicações em cotas de fundos de investimento	152.692	26.261	200.403	50.936
Resultado na alienação de títulos e valores mobiliários	14.718	1.607	14.718	1.607
Ajuste a valor de mercado	31.073	2.535	31.072	1.616
Aplicações no exterior	5.216	6.783	5.216	6.784
Perdas permanentes com títulos e valores mobiliários	(12)	-	(12)	-
Total	1.359.669	384.679	1.417.340	416.834
Instrumentos financeiros derivativos				
Ganhos				
Swap	4.548.840	9.271.219	4.557.283	9.274.074
Termo ("NDF")	1.409.675	979.809	1.409.675	979.809
Futuro	1.206.315	953.472	1.206.315	953.472
Opções	29.620	10.879	29.620	10.879
Perdas				
Swap	(6.111.787)	(9.173.329)	(6.120.350)	(9.173.329)
Termo ("NDF")	(1.240.918)	(960.289)	(1.240.918)	(960.289)
Futuro	(1.336.684)	(568.811)	(1.336.684)	(568.811)
Opções	(16.478)	(8.601)	(16.478)	(8.601)
Total (1)	(1.511.417)	504.349	(1.511.537)	507.204

(1) Em 31 de dezembro de 2022, o resultado com instrumentos financeiros derivativos, inclui perdas líquidas de marcação a mercado no montante de R\$17.946 para o Banco e R\$19.907 para o Consolidado (perdas líquidas de marcação a mercado no montante de R\$24.268 em 31 de dezembro de 2021).

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Operações compromissadas ativas	523.547	159.086	523.547	159.086
Posição bancada	245.016	83.596	245.016	83.596
Posição financiada	278.531	75.463	278.531	75.463
Posição vendida	-	27	-	27
Operações compromissadas passivas	(558.630)	(124.034)	(558.630)	(124.034)
Carteira própria	(280.513)	(48.757)	(280.513)	(48.757)
Carteira de terceiros	(278.117)	(75.251)	(278.117)	(75.251)
Carteira de livre movimentação	-	(26)	-	(26)
Resultado de operações compromissadas	(35.083)	35.052	(35.083)	35.052
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Pré-fixados	64.044	24.860	64.044	24.860
Pós-fixados	233.476	55.774	33.038	6.715
Total	297.520	80.634	97.082	31.575
Total	262.437	115.686	61.999	66.627

d) Operações de câmbio

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Rendas de operações de câmbio	258.323	126.911	258.323	126.911
Despesas de operações de câmbio	(201.287)	(99.333)	(163.646)	(79.809)
Variações cambiais	415.871	122.255	415.871	122.255
Total	472.907	149.833	510.548	169.357

DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

e) Depósitos interfinanceiros e a prazo e emissões de títulos no Brasil e no exterior

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Depósitos interfinanceiros	(63.364)	(27.964)	(63.364)	(27.964)
Pré-fixados	(2.912)	-	(2.912)	-
Pós-fixados	(60.452)	(27.964)	(60.452)	(27.964)
Depósitos a prazo	(1.489.316)	(597.874)	(1.483.500)	(596.413)
Pré-fixados	(111.593)	(18.911)	(105.777)	(18.911)
Pós-fixados	(1.444.155)	(553.192)	(1.444.155)	(551.731)
Vinculados à operações ativas (Resolução CMN n° 2.921/02) (Nota 9.g)	(4.756)	(2.762)	(4.756)	(2.762)
Variação cambial	94.560	-	94.560	-
Despesas de contribuição ao FGC	(23.372)	(23.009)	(23.372)	(23.009)
Total	(1.552.680)	(625.838)	(1.546.864)	(624.377)
Emissões no Brasil				
Letras de crédito imobiliário	(182.254)	(69.769)	(182.254)	(69.769)
Pré-fixados	(36.338)	(19.021)	(36.338)	(19.021)
Pós-fixados	(145.916)	(50.748)	(145.916)	(50.748)
Letras de crédito do agronegócio	(251.645)	(104.267)	(251.645)	(104.267)
Pré-fixados	(85.513)	(46.041)	(85.513)	(46.041)
Pós-fixados	(166.132)	(58.226)	(166.132)	(58.226)
Letras financeiras	(2.099.960)	(719.928)	(2.050.030)	(700.504)
Pré-fixados	(143.137)	(90.666)	(143.137)	(90.666)
Pós-fixados	(1.956.823)	(629.262)	(1.906.893)	(609.838)
Total	(2.533.859)	(893.964)	(2.483.929)	(874.540)
Emissões no exterior				
Encargos	(114.200)	(119.669)	(113.942)	(119.300)
Variação cambial	170.539	(117.555)	170.539	(117.555)
Ajuste a valor justo de emissões objeto de hedge	150.207	19.622	150.207	19.622
Total	206.546	(217.602)	206.804	(217.233)

f) Obrigações por empréstimos e repasses (Banco e Consolidado)

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Empréstimos no exterior			280.282	(401.092)
Encargos			(248.494)	(129.573)
Variação cambial			569.133	(238.609)
Ajuste a valor justo de empréstimos objeto de hedge			(40.357)	(32.910)
Obrigações com bancos no exterior			(14.660)	(150.784)
Encargos			(39.226)	(23.603)
Variação cambial			24.566	(127.181)
Operações de repasses - instituições oficiais			(31.275)	(15.635)
BNDES			(5.727)	(3.933)
FINAME			(25.548)	(11.702)
Total			234.347	(567.511)

OUTRAS RECEITAS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS E OPERACIONAIS

g) Receitas de prestação de serviços

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Tarifas bancárias	191.502	126.942	191.502	126.942
Rendas de garantias financeiras prestadas	54.715	49.348	54.715	49.348
Administração de recursos (1)	43.515	24.149	64.783	41.899
Outros serviços (2)	90.452	71.282	91.237	71.831
Total	380.184	271.721	402.237	290.020

(1) Inclui as rendas de serviços de administração, gestão, controladoria, escrituração e custódia de fundos e clubes de investimento.

(2) Substancialmente composto por receitas de cobrança no montante de R\$67.818 (R\$48.783 em 2021), para o Banco e para o Consolidado.

h) Despesas de pessoal

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Honorários da diretoria e Conselho de Administração	(92.080)	(80.842)	(95.897)	(84.163)
Benefícios	(98.910)	(78.920)	(115.900)	(91.495)
Encargos sociais	(127.485)	(104.568)	(145.698)	(119.156)
Proventos	(340.472)	(264.663)	(395.507)	(309.060)
Treinamento	(78)	(103)	(107)	(104)
Remuneração de estagiários	(1.849)	(1.296)	(1.905)	(1.380)
Total	(660.874)	(530.392)	(754.914)	(605.348)

i) Outras despesas administrativas

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas de água, energia e gás	(3.348)	(2.884)	(4.474)	(3.796)
Despesas de alugueis e seguros	(26.147)	(20.593)	(27.927)	(22.652)
Despesas de comunicações	(20.652)	(12.518)	(22.827)	(14.532)
Despesas de contribuições filantrópicas	(24.515)	(17.514)	(37.168)	(31.465)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(4.901)	(11.557)	(7.603)	(13.379)
Despesas com materiais	(1.735)	(1.364)	(2.176)	(1.501)
Despesas de processamento de dados	(148.959)	(117.510)	(151.800)	(120.409)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(47.978)	(31.616)	(50.357)	(33.414)
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados (1)	(619.572)	(482.202)	(580.503)	(447.614)
Outras despesas administrativas	(77.790)	(69.865)	(79.989)	(72.531)
Total	(975.597)	(767.623)	(964.824)	(761.293)

(1) Inclui o reconhecimento das despesas de comissão pagas antecipadamente a terceiros, por originação de operações de crédito.

j) Outras receitas e despesas operacionais

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Variação cambial (1)	165	36.094	17.927	58.731
Atualização de depósitos judiciais	132.367	41.066	132.679	41.311
Outras receitas operacionais	61.189	10.341	70.385	16.265
Total	193.721	87.501	220.991	116.307
Variação cambial (1)	-	(23.405)	(24.509)	(38.238)
Outras despesas operacionais (2)	(126.153)	(73.876)	(126.254)	(78.139)
Despesas com juros	(2.197)	(1.198)	(2.197)	(1.201)
Total	(128.350)	(98.479)	(152.960)	(117.578)
Total	65.371	(10.978)	68.031	(1.271)

(1) Refere-se à reclassificação da variação cambial sobre investimentos no exterior, não eliminadas no processo de consolidação das Demonstrações Contábeis.

(2) As outras despesas operacionais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão compostas, substancialmente, da seguinte forma: (i) descontos e ressarcimentos em operações de crédito - R\$38.601 para o Banco e para o Consolidado (R\$36.175 para o Banco e para o Consolidado em 31 de dezembro de 2021); e (ii) liquidação de processos judiciais - R\$31.747, respectivamente, para o Banco e para o Consolidado (R\$16.835 para o Banco e para o Consolidado em 31 de dezembro de 2021).

k) Resultado não recorrente regulatório

	Banco		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do período	1.102.927	1.414.199	1.102.927	1.414.199
Resultado não recorrente regulatório				
Amortização do desajuste na aquisição de outra instituição financeira (líquido dos efeitos fiscais)	(3.767)	(3.624)	(3.767)	(3.624)
Desmutualização - CIP (1)	(1.812)	-	(1.812)	-
Lucro líquido recorrente regulatório	1.097.348	1.410.575	1.097.348	1.410.575

(1) Resultado não operacional na desmutualização da sociedade CIP S.A em 2022. A associação sem fins lucrativos passou por uma cisão cuja parte do patrimônio foi incorporado em uma nova CIP S.A, com fins lucrativos.

22 PARTES RELACIONADAS

a) As empresas controladas, direta e indiretamente, e os acionistas do Banco, realizam transações, com o próprio Banco, em condições usuais de mercado vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações, e estão apresentadas em atendimento às Resoluções CMN n°s 4.693/18 e 4.818/20.

O quadro a seguir apresenta o saldo das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas:

	Banco			
	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2022	2021	2022	2021
Transações				
Operações com derivativos	291	(28)	141	(26)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	291	(28)	141	(26)
Depósitos interfinanceiros	1.859.737	1.348.675	200.438	38.007
Controladas diretas	1.859.737	1.348.675	200.438	38.007
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	1.859.737	1.348.675	200.438	38.007
Operações de crédito (1)	14.815	15.154	1.961	1.090
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	14.815	15.154	1.961	1.090
Danuri Importação e Exportação Ltda	14.815	15.154	1.961	1.090
Depósitos à vista	(7.590)	(8.973)	-	-
Controladas diretas	(945)	(292)	-	-
ACS Participações Ltda.	(30)	(25)	-	-
Daycoval Asset Management Ltda.	(28)	(59)	-	-
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	(782)	(86)	-	-
Dayprev Vida e Previdência S.A.	(22)	(6)	-	-
Multigestão Renda Corporativa FI. Imobiliário FI	(83)	(116)	-	-
Controladas indiretas	(3.798)	(4.591)	-	-
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(3.496)	(659)	-	-
SCC Agência de Turismo Ltda.	(10)	(14)	-	-
Treetop Investments Ltd.	(292)	(3.918)	-	-
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas	(328)	(69)	-	-
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(2.519)	(4.021)		

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	Banco			
	Ativo (passivo)		Receita (despesa)	
	2022	2021	2022	2021
Transações				
Letras financeiras	(623.376)	(594.000)	(75.198)	(51.472)
Controladas diretas	(364.819)	(320.552)	(44.266)	(20.174)
ACS Participações Ltda.	(364.819)	(320.552)	(44.266)	(20.174)
Controladas indiretas	(19.605)	(61.994)	(5.664)	(5.892)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(7.350)	(50.757)	(4.646)	(4.506)
SCC Agência de Turismo Ltda.	(12.255)	(11.237)	(1.018)	(1.386)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(238.952)	(211.454)	(25.268)	(25.400)
Letras de crédito do agronegócio	(38.884)	(28.361)	(3.777)	(5.480)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(38.884)	(28.361)	(3.777)	(5.480)
Letras de crédito imobiliário	(38.762)	(34.642)	(4.288)	(7.643)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	(38.762)	(34.642)	(4.288)	(7.643)
Comissões	(1.739)	-	(30.425)	(37.234)
Controladas indiretas	(1.739)	-	(30.425)	(37.234)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	(1.739)	-	(30.425)	(37.234)
Taxas de administração	13	14	144	77
Controladas diretas	13	14	144	77
Multigestão Renda Corporativa F.I. Imobiliário FII	13	14	144	77
Taxas de escrituração	3	3	29	15
Controladas diretas	3	3	29	15
Multigestão Renda Corporativa F.I. Imobiliário FII	3	3	29	15

(1) O Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da publicação pelo Banco Central do Brasil (BACEN) da Resolução CMN nº 4.693/18, disciplinou as condições e os limites para a realização de operações de crédito com partes relacionadas por instituições financeiras e por sociedades de arrendamento mercantil, definindo o conceito de participação qualificada como a participação, direta ou indireta, em outra sociedade, equivalente ou superior a 15% (quinze por cento) das ações ou quotas representativas. A Resolução também estabeleceu que o somatório dos saldos das operações de crédito contratadas com partes relacionadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido ajustado (PLA), observados os limites individuais de 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural e 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica, conforme previsto no artigo 7º da Resolução. Esses limites devem ser apurados na data da concessão da operação de crédito.

b) O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Banco com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022, quais sejam:

Transações	Taxa de remuneração (1)	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total ativo (passivo)
Operações com derivativos		25	63	131	72	-	291
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	CDI x Pré	25	63	131	72	-	291
Depósitos interfinanceiros		-	1.859.737	-	-	-	1.859.737
Controladas diretas		-	1.859.737	-	-	-	1.859.737
Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.	Pós	-	1.859.737	-	-	-	1.859.737
Operações de crédito		14.815	-	-	-	-	14.815
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas		14.815	-	-	-	-	14.815
Danuri Importação e Exportação Ltda	Pós	14.815	-	-	-	-	14.815
Depósitos a prazo		(953)	(19.292)	(83.579)	(93.355)	(6.625)	(203.804)
Controladas diretas		-	-	(21.641)	(340)	-	(21.981)
ACS Participações Ltda.	Pós	-	-	(21.040)	-	-	(21.040)
Daycoval Asset Management Ltda.	Pós	-	-	(601)	(340)	-	(941)
Controladas indiretas		-	-	(15.289)	(25.814)	-	(41.103)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	-	-	(8.156)	(25.814)	-	(33.970)
SCC Agência de Turismo Ltda.	Pós	-	-	(2.552)	-	-	(2.552)
Treetop Investments Ltd.	Pré	-	-	(4.581)	-	-	(4.581)
Outras partes relacionadas - pessoas jurídicas		-	-	(7.132)	(2.228)	-	(9.360)
Daycoval Metais Ltda.	Pós	-	-	(69)	(11)	-	(80)
Shtar Empreendimentos e Participações S.A.	Pós	-	-	(212)	-	-	(212)
Valco Adm. Part. e Representações Ltda.	Pós	-	-	(6.851)	(2.217)	-	(9.068)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas		(953)	(19.292)	(39.517)	(64.973)	(6.625)	(131.360)
Letras financeiras		-	(10.456)	(592.780)	(17.899)	(2.241)	(623.376)
Controladas diretas		-	-	(364.819)	-	-	(364.819)
ACS Participações Ltda.	Pré / Pós	-	-	(364.819)	-	-	(364.819)
Controladas indiretas		-	-	(19.605)	-	-	(19.605)
IFP Promotora de Serviços de Consultoria e Cadastro Ltda.	Pós	-	-	(7.350)	-	-	(7.350)
SCC Agência de Turismo Ltda.	Pós	-	-	(12.255)	-	-	(12.255)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas		-	(10.456)	(208.356)	(17.899)	(2.241)	(238.952)
Letras de crédito do agronegócio		(4.714)	(11.770)	(22.118)	(282)	-	(38.884)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(4.714)	(11.770)	(22.118)	(282)	-	(38.884)
Letras de crédito imobiliário		(1.474)	(4.863)	(15.450)	(10.742)	(6.233)	(38.762)
Outras partes relacionadas - pessoas físicas	Pré / Pós	(1.474)	(4.863)	(15.450)	(10.742)	(6.233)	(38.762)

(1) As taxas de remuneração variam de: (i) Prefixadas de 1,1% a 15% a.a.; e (ii) Pós-fixadas de 90% a 120% do CDI.

c) Remuneração do pessoal-chave da administração do Banco

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social do Banco.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi fixado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2022, o montante global de remuneração de até R\$100 milhões (R\$85 milhões para o exercício findo em 2021).

	2022	2021
Remuneração (pró-labore)	92.080	80.842
Benefícios diretos e indiretos (assistência médica)	1.394	1.264
Total de remuneração	93.474	82.106

O Banco não possui outros benefícios de curto e longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho para o pessoal-chave de sua Administração.

d) Participação acionária

A totalidade das ações ordinárias e preferenciais são detidas pelos administradores, conforme apresentado a seguir:

	2022	2021
Ações ordinárias (ON)	100,00%	100,00%
Ações preferenciais (PN)	100,00%	100,00%

23 VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Determinação e hierarquia do valor justo

O Daycoval utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para o mesmo instrumento;
- Nível 2: preços cotados em mercado ativo para ativos ou passivos similares ou baseado em outro método de valorização, principalmente o método de "Fluxo de caixa descontado", nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado; e
- Nível 3: técnicas de valorização nas quais os inputs significativos não são baseados em dados observáveis do mercado.

	Banco	
	2022	2021
Classificação contábil		
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:		
Por meio do resultado (livre negociação)		
Títulos e valores mobiliários		
Títulos privados	51.014	-
Títulos públicos federais	5.497.174	-
Derivativos		
Operações de swap, termo e opções	-	385.563
Mercado futuro	28.221	-
Operações de crédito		
Financiamento de veículos (objeto de <i>hedge</i> contábil)	-	864.457
Por meio de outros resultados abrangentes - PL (disponíveis para venda)		
Títulos e valores mobiliários		
Títulos públicos federais	3.813.380	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	-
Títulos privados	343.864	709.993
Cotas de fundos de investimento	1.079.453	-
Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:		
Por meio do resultado (livre negociação)		
Emissões no exterior		
Emissões no exterior (Bonds)	-	2.213.302
Obrigações por empréstimos		
Empréstimos no exterior	-	5.530.632
Derivativos		
Operações de swap, termo e opções	-	530.265
Mercado futuro	19.464	-

	Consolidado			
	2022		2021	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Classificação contábil				
Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:				
Por meio do resultado (livre negociação)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos privados	5.455.829	-	78.198	-
Títulos públicos federais	92.420	-	325	-
Derivativos				
Operações de swap, termo e opções	-	385.563	-	919.600
Mercado futuro	28.221	-	13.480	-
Operações de crédito				
Financiamento de veículos	-	864.457	-	-
Por meio de outros resultados abrangentes - PL (disponíveis para venda)				
Títulos e valores mobiliários				
Títulos públicos federais	3.851.637	-	8.405.835	-
Títulos e valores mobiliários no exterior	-	66.819	-	102.108
Títulos privados	343.864	712.521	180.302	67.138
Cotas de fundos de investimento	1.478.146	-	1.228.543	-

Classificação contábil

Ativos financeiros avaliados por seu valor justo:

Por meio do resultado (livre negociação)

Títulos e valores mobiliários

Títulos privados 5.455.829 - 78.198 -

Títulos públicos federais 92.420 - 325 -

Derivativos

Operações de swap, termo e opções - 385.563 - 919.600

Mercado futuro 28.221 - 13.480 -

Operações de crédito

Financiamento de veículos - 864.457 - -

Por meio de outros resultados abrangentes - PL (disponíveis para venda)

Títulos e valores mobiliários

Títulos públicos federais 3.851.637 - 8.405.835 -

Títulos e valores mobiliários no exterior - 66.819 - 102.108

Títulos privados 343.864 712.521 180.302 67.138

Cotas de fundos de investimento 1.478.146 - 1.228.543 -

Passivos financeiros avaliados por seu valor justo:

Por meio do resultado (livre negociação)

Emissões de títulos

Emissões no exterior (Bonds) - 2.213.302 - 2.614.275

Obrigações por empréstimos

Empréstimos no exterior - 5.530.632 - 6.054.043

Derivativos

Operações de swap, termo e opções - 530.265 - 152.715

Mercado futuro 19.464 - 54.873 -

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o Daycoval não possuía nenhum instrumento financeiro classificado na categoria Nível 3.

b) Método de apuração do valor justo

Descrição do método de apuração do valor justo de instrumentos financeiros, consideram técnicas de valorização que incorporam estimativas do Daycoval sobre as premissas que um participante utilizaria para valorizar os instrumentos.

Títulos e valores mobiliários

Os preços dos títulos e valores mobiliários cotados a mercado, são os melhores indicadores de seus respectivos valores justos. Cabe ressaltar que, para determinados instrumentos financeiros, não há liquidez de transações e/ou cotações disponíveis e, desta forma, é necessária a adoção de estimativas de valor presente e outras técnicas para definição do valor justo. Na ausência de preço cotado na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas ou preços fornecidos por outros agentes de mercado que transacionam tais títulos. Os valores justos de títulos de dívida de empresas, quando não disponíveis no mercado ativo, são calculados, descontando-se os fluxos de caixa estimados, com base em taxas de juros praticadas no mercado e aplicáveis para cada fluxo de pagamento ou vencimento destas dívidas. Os valores justos das cotas referentes às aplicações em fundos de investimento, são disponibilizados por seus respectivos administradores.

Derivativos

Swaps: os fluxos de caixa são descontados a valor presente com base em curvas de juros ou outros indexadores que refletem os fatores de risco, com base nos preços de derivativos cotados na B3, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior. Essas curvas de juros são utilizadas para se obter o valor justo de swaps.

Futuros e Termo ("NDF") cotações em bolsas ou com base nos mesmos critérios de avaliação a valor justo dos contratos de swaps.

Opções: apurados com base em modelos matemáticos, utilizando-se de dados de mercado como volatilidade implícita, curva de juros e o valor justo do ativo objeto.

Operações de crédito, emissões no exterior e obrigações por empréstimos

São calculados descontando-se os fluxos de caixa estimados por taxas de juros de mercado.

c) Valor justo de ativos e passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados pelo custo amortizado é estimado por comparação da taxa de juros do mercado corrente de instrumentos financeiros semelhantes. O valor justo estimado é baseado em fluxos de caixa descontados a valor presente, utilizando-se taxa de juros observáveis de mercado para instrumentos financeiros com risco de crédito e maturidade semelhantes. Para instrumentos de dívida cotados, o valor é determinado com base nos preços praticados pelo mercado. Para os títulos emitidos nos quais o preço de mercado não está disponível, um modelo de fluxo de caixa descontado é usado com base na curva da taxa de juros futuro adequada para o restante do prazo até seu vencimento. Para outros instrumentos com taxa variável, um ajuste é feito para refletir mudanças no spread de crédito requerido desde a data em que o instrumento foi inicialmente reconhecido.

Comparação do valor dos instrumentos financeiros contabilizados por seu custo amortizado e a respectiva estimativa de seu valor justo:

	Banco			
	2022		2021	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Classificação contábil				
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4.730.619	6.274.698	4.659.241	4.990.196
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	44.959.296	47.660.721	39.931.187	40.472.177
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	280.628	276.109	16.843	18.891
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Captações locais (depósitos interfinanceiros, a prazo e emissões de títulos no Brasil)	38.462.376	40.005.966	34.699.807	34.506.485
Obrigações por empréstimos e repasses	2.679.005	2.202.813	2.851.105	1.749.563

	Consolidado			
	2022		2021	
	Custo amortizado	Valor justo	Custo amortizado	Valor justo
Classificação contábil				
Ativos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	2.870.882	3.333.696	3.310.566	3.628.844
Operações de crédito e com característica de concessão de crédito	45.245.070	47.966.283	40.228.203	40.786.373
Operações de arrendamento mercantil	2.463.780	2.635.439	1.779.303	1.870.618
Títulos e valores mobiliários emitidos por governos de outros países	280.628	276.109	16.843	18.891
Passivos financeiros avaliados por seu custo amortizado:				

BancoDaycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

As Gerências de Risco têm como atribuição identificar, mensurar, controlar, avaliar e administrar os riscos, assegurando a consistência entre os riscos assumidos e o nível aceitável do risco definido pela Instituição e, informar a exposição à Administração, às áreas de negócio e aos órgãos reguladores. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e, a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Daycoval investe no desenvolvimento de processos de gerenciamento de riscos apoiados pelos valores corporativos (agilidade, segurança, integridade, austeridade, relacionamento e sustentabilidade) que reforçam a responsabilidade dos colaboradores com a sustentabilidade dos negócios.

a) Gerenciamento de capital

O Conselho de Administração, órgão máximo no gerenciamento de capital do Daycoval, é o responsável por aprovar a Política de Gerenciamento de Capital, o nível aceitável de capital, o plano de capital e de contingência de capital e determinar quando o plano de contingência deve ser acionado, além de revisar as políticas e as estratégias para o gerenciamento de capital, bem como o plano de capital e de contingência de capital, no mínimo anualmente, de forma a determinar sua compatibilidade com o planejamento estratégico da instituição e com as condições de mercado. As notas explicativas de capital foram preparadas de acordo com exigências regulatórias do BACEN, para avaliar sua suficiência de capital, anualmente, e são apresentadas a seguir:

i. Requerimento de capital (Basileia)

Os requerimentos mínimos de capital do Banco Daycoval estão apresentados na forma do Indicador de Basileia, que resulta da divisão do Patrimônio de Referência (PR) pelo Patrimônio Mínimo Exigido, compostos pela somatória das parcelas dos ativos ponderados pelo risco ("Risk weighted assets" ou RWA), multiplicado pelo percentual de exigência mínima de capital que, atualmente, é de 8,00%. Estes requerimentos mínimos fazem parte de um conjunto de normativos divulgados pelo BACEN, com o objetivo de implantar padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III e, são expressos na forma de índices que relacionam o capital disponível e os ativos ponderados pelo risco (RWA).

As regras de Basileia III buscam melhorar a qualidade do capital das instituições financeiras, restringindo a utilização de instrumentos financeiros que não apresentam capacidade de absorver perdas e pela dedução de ativos que podem comprometer o valor do capital devido à sua baixa liquidez, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração do seu valor. Dentre estes instrumentos, destacam-se os créditos tributários, os ativos intangíveis e os investimentos em empresas não controladas, especialmente àquelas que atuam no ramo segurador.

O Patrimônio de Referência ("PR") é definido como a soma do Nível I (capital principal e capital complementar) e do Nível II, sendo estes calculados de forma consolidada, considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial que, para o Banco Daycoval, incluem as operações do Banco, de sua dependência no exterior e do Daycoval Leasing.

As Resoluções CMN nº 4.955/21 e 4.958/21, estabelecem os critérios e procedimentos para apuração dos requerimentos mínimos do Patrimônio de Referência ("PR"), do Nível I, do Capital Principal e do Adicional de Capital Principal considerando os seguintes percentuais:

	% mínimo de Capital	
	2022	2021
Patrimônio de Referência ("PR") - mínimo exigido	8,00%	8,00%
Nível I	6,00%	6,00%
Capital principal	4,50%	4,50%
Capital complementar	1,50%	1,50%
Nível II	2,00%	2,00%
Adicional de capital principal ("ACP")	2,50%	2,00%
ACP - Conservação (1)	2,50%	2,00%
ACP - Contracíclico (2)	0,00%	0,00%
ACP - Sistêmico (3)	0,00%	0,00%
Exigência total de capital (PR + ACP)	10,50%	10,00%

- (1) *A Resolução CMN nº 4.958/21, estabeleceu a alíquota de 2% para o Adicional de Capital Principal de Conservação (ACP Conservação), de 1º de outubro de 2021 a 31 de março de 2022 e de 2,5% a partir de 1º de abril de 2022.*
- (2) *Conforme estabelecido pela Circular Bacen nº 3.769/15, no Art. 3º, o percentual do ACP Contracíclico é igual a 0%.*
- (3) *O Adicional de Importância Sistêmica (ACP Sistêmico) é apurado com base em critérios estabelecidos na Circular BACEN nº 3.768/15. O percentual do ACP Sistêmico é de até 2%, desde que a razão entre Exposição total, apurada conforme Art. 2º, inciso II, da Circular BACEN nº 3.748/15, relativo a 31 de dezembro do penúltimo ano em relação à data-base de apuração, e o PIB brasileiro, seja superior a 10%, caso contrário o percentual de ACP Sistêmico é igual a 0%.*

A composição do Patrimônio de Referência, do Patrimônio Mínimo Exigido, dos ativos ponderados pelo risco ("RWA") e do indicador de Basileia, estão demonstrados a seguir:

	2022	2021
Patrimônio de referência	6.752.551	5.958.513
Patrimônio de referência - Nível I	6.752.551	5.958.513
Capital principal	5.710.073	4.966.475
Patrimônio líquido	5.738.459	4.981.278
Ajustes prudenciais - Resolução CMN nº 4.955/21	(28.386)	(14.803)
Capital complementar	1.042.478	992.038
Letras financeiras perpétuas (Nota 16.d)	1.042.478	992.038
Patrimônio de referência mínimo exigido (RWA x 8%)	4.199.357	3.670.434
Ativos ponderados pelo risco ("RWA")	52.491.957	45.880.423
Risco de crédito	47.254.922	40.863.566
Risco de mercado	1.896.129	2.582.403
Exposição cambial - RWAcam	1.289.501	971.726
Exposição à taxa de juros prefixada - RWAjur1	397.365	1.514.641
Exposição ao cupom cambial - RWAjur2	208.047	93.077
Exposição à inflação - RWAjur3	1.216	2.959
Risco operacional - RWAopad	3.340.906	2.434.454
Indicador de Basileia	12,9%	13,0%
Indicador de Basileia - Capital Nível I	12,9%	13,0%
Exposição de ativos à taxa de juros na carteira bancária (IRRB)	503.520	661.122
Excedente do Patrimônio de referência		
Sobre a exigência mínima	60,8%	62,3%
Sobre a exigência total	22,5%	29,9%

b) Risco de mercado

É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

i. Principais riscos de mercado aos quais o Daycoval está exposto:

Risco de preço de taxa de juros

Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em:

- Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos;
- Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva.

Risco de preço de tipo de câmbio

Definido como a sensibilidade do valor das posições em moedas estrangeiras às mudanças no tipo de câmbio.

Risco de preço de valores

Definido como a sensibilidade do valor das posições abertas em títulos perante movimentos adversos dos preços de mercado dos mesmos. Podem ser classificados em:

- Risco genérico ou sistemático: sensibilidade do valor de uma posição a mudanças no nível de preços geral;
- Risco específico: sensibilidade do valor não explicada por mudanças no nível de preços geral e relacionada com as características próprias do emissor.

ii. Metodologias de gestão de Risco de Mercado

Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco ou VaR (Value-at-Risk) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de Trading (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos.

Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval entende que a metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação.

Metodologia Paramétrica

Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições.

Carteira bancária (Banking Book)

A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas:

- ΔEVE (Delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros;
- ΔNII (Delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros.

iii. Teste de Estresse

É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado.

iv. Análise de Cenários

O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocariam no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco.

Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo.

Na definição dos cenários, são considerados:

- A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas;
- O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na análise e dificuldade na interpretação dos resultados.

Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval e suas controladas, possuem um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras:

- Carteira Trading: refere-se às operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com a intenção de serem ativamente negociadas ou destinadas a hedge de outros instrumentos financeiros integrantes da carteira de negociação. Estas operações mantidas para negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios das oscilações de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.
- Carteira Banking: refere-se às operações que não são classificadas na carteira Trading e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco.

A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira Trading e Banking, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval.

O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Trading e Banking para as datas-bases de 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Fatores de risco	2022			2021		
	Cenários			Cenários		
	1	2	3	1	2	3
Prefixado	(17.550)	(39.964)	(59.022)	(61.365)	(134.732)	(199.949)
Moedas estrangeiras	(4.077)	(13.243)	(17.158)	2.941	8.056	14.365
Índices de preços	(9)	(18)	(25)	4	10	15
Total carteira de negociação (Trading Book)	(21.636)	(53.225)	(76.205)	(58.420)	(126.666)	(185.569)
Total carteira bancária (Banking Book)	(148.266)	(327.355)	(489.303)	(510.477)	(1.093.680)	(1.646.240)
Total geral	(169.902)	(380.580)	(565.508)	(568.897)	(1.220.346)	(1.831.809)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários:

- Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$6,01 (R\$/US\$6,34 em 2021); (ii) taxa de juros prefixada de 16,13%a.a. (14,50%a.a. em 2021); (iii) Ibovespa de 89.982 pontos (85.954 pontos em 2021); (iv) cupom cambial de 8,78% a.a. (3,63%a.a. em 2021); e (v) cupom de índice de preços de 7,57% a.a. (7,21% a.a. em 2021).
- Cenário 2: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$7,52 (R\$/US\$7,92 em 2021); (ii) taxa de juros prefixada de 20,16%a.a. (18,13%a.a. em 2021); (iii) Ibovespa de 67.486 pontos (64.466 pontos em 2021); (iv) cupom cambial de 10,98%a.a. (4,54%a.a. em 2021); e (v) cupom de índice de preços de 9,46% a.a. (9,01% a.a. em 2021).
- Cenário 3: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) cotação R\$/US\$9,02 (R\$/US\$9,51 em 2021); (ii) taxa de juros prefixada de 24,20%a.a. (21,75%a.a. em 2021); (iii) Ibovespa de 44.990 pontos (42.977 pontos em 2021); (iv) cupom cambial de 13,17%a.a. (5,45%a.a. em 2021); e (v) cupom de índice de preços de 11,36% a.a. (10,82% a.a. em 2021).

É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 31 de dezembro de 2022 e de 2021. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente refleta a posição na data de divulgação destas Informações Demonstrações Contábeis Intermediárias. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Trading e Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Banco.

v. Backtesting

A análise de Backtesting fornece a comparação entre uma estimativa de perda/ganho ex-ante e a perda/ganho efetivos. O intuito é avaliar a adequação e eficiência do modelo de risco implementado. Para efeitos de backtesting, utilizam-se perdas/ganhos efetivos para cada unidade de negócio.

c) Risco de liquidez

Define-se Risco de Liquidez a possibilidade de decorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas, localidade e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Os principais fatores de risco de liquidez podem ser de origem externa ou interna:

i. Principais Fatores de Riscos Externos:

- Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais;
- Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador;
- Situações do comprometimento de confiança e consequentemente da liquidez do sistema;
- Avaliações de agências de ratings: risco soberano e risco da Instituição;
- Escassez de recursos no mercado.

ii. Principais Fatores de Riscos Internos:

- Apetite de risco do Banco e definição do nível aceitável de liquidez;
- Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados;
- Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito;
- Covenants assumidos pela Instituição: financeiro, econômico e referentes a gestão ambiental;
- Aumento no nível de resgates antecipados das captações ou de operações com cláusula de liquidez imediata ou com carência;
- Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez;
- Alavancagem.

Nas instituições financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos de prazos entre recebimentos e compromissos; tanto no curto, quanto no médio e longo prazos.

Os controles de risco de liquidez são realizados com alta periodicidade no portfólio, neste sentido, é avaliado o equilíbrio entre as obrigações e recebimentos dos books da instituição. Além de uma minuciosa análise dos fluxos de caixa, cenários extremos de risco de liquidez são considerados, assim como triggers de atuação.

d) Risco de crédito

É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados; a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

i. Classificação das Operações:

Para classificação das operações de crédito, o Daycoval utiliza-se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecerão o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, do Banco Central do Brasil.

ii. Modelos de Credit Scoring Daycoval:

São modelos desenvolvidos com abordagem estatística e utilizados para classificação de risco no processo de concessão de crédito, após a aplicação das políticas de crédito pré-analisadas e aprovadas com dados do cliente, bem como operações confirmadas e procedentes. Destaca-se ainda, que os bens objetos de financiamentos, para efeito de desenvolvimento do modelo de score são categorizados e obtida uma classificação do risco para cada produto.

iii. Tesouraria – Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras:

Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, através de análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas a bancos de grande porte no trato de posições alocadas.

e) Risco operacional

É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Na gestão de riscos operacionais, o Daycoval conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Nestes processos, a área de GRC - Governança, Riscos e Compliance trabalha, em sinergia com os gestores das áreas executivas, na aplicação das metodologias e ferramentas de análise corporativas dos seguintes fatores:

- Mensuração do impacto do risco;
- Avaliação de frequência de ocorrência do risco;
- Cálculo da severidade do risco (impacto x probabilidade);
- Mensuração da efetividade do controle.

Banco Daycoval

Notas explicativas às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Entendemos que esta atividade permeia os processos realizados por todas as áreas e, o resultado é construção de uma Matriz de Riscos e Controles, que apresenta uma visão detalhada da exposição ao risco operacional, sendo possível analisar os riscos que possuem maior nível de exposição para, se necessário, alinhar plano de ações de mitigação.

Para fins de continuidade dos negócios, a estratégia definida é manter em funcionamento todas as áreas e linhas de negócios, incluindo serviços relevantes prestados por terceiros, em contingência. Objetivando cumprimento da deliberação da alta administração, a gestão de continuidade de negócio deve ser implantada visando assegurar as condições de continuidade das atividades e limitando perdas decorrentes de possível interrupção dos processos críticos de negócio.

f) Risco de conformidade

Definimos como risco associado a sanções legais ou regulamentares, de perdas financeiras ou mesmo de perdas reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares e códigos de conduta.

No Daycoval, o acompanhamento das atividades para atendimento às leis e regulamentos é realizada pela área de GRC – Governança, Riscos e Compliance, com o objetivo de assegurar a conformidade no atendimento dos prazos e dos objetivos da Instituição e do Conglomerado, bem como gerenciar, de maneira integrada, este risco em conjunto com os demais, garantindo a efetividade das atividades relacionadas à função de conformidade para o cumprimento das normas regulamentares, legais e internas.

g) Responsabilidade social, ambiental e climática

É a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a risco social, ambiental e climático, em cada entidade individualmente, pertencentes ao Conglomerado Daycoval, respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade.

A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) estabelece diretrizes que norteiam o Conglomerado Daycoval em aspectos sociais, ambientais e climáticos, proporcionais ao seu modelo de negócio, a natureza das operações e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição, bem como, na relação com as partes interessadas e prever a estrutura de governança para garantir a avaliação e o gerenciamento contínuo do risco social, ambiental e climático, considerando os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência.

As ações de mitigação do risco social, ambiental e climático são efetuadas por meio de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e, na gestão do risco social, ambiental e climático efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com suporte, conforme o caso, das áreas GRC e da área jurídica.

A estrutura de governança conta ainda com o Comitê Executivo de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais que norteiem as ações de natureza social, ambiental e climática nos negócios e na relação com as partes interessadas, visando assegurar adequada integração com a PRSAC.

25 BENEFÍCIOS A COLABORADORES

Programas de incentivo à educação e de participação nos resultados

Para alcançar o objetivo de posicionar-se entre as melhores empresas do país para se trabalhar, o Banco investe na capacitação e no bem estar de seus funcionários, através de programas que envolvem estudantes do ensino superior e programas de MBAs e Pós Graduação, participa do programa Jovem Aprendiz do Governo Federal e dá andamento a programas próprios de estagiários.

O Banco adota Programa de Participação nos Resultados (PPR) para todos os funcionários. Este programa é elaborado em parceria com o Sindicato dos Bancários, e baseia-se em metas de desempenho avaliadas anualmente, utilizando critérios de acordo com o programa de Avaliação de Desempenho.

26 OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Administração e gestão de recursos de terceiros

O Banco Daycoval S.A. e a Daycoval Asset Management são responsáveis pela administração, gestão, controladoria, escrituração e custódia de recursos de terceiros por meio de fundos de investimento, clubes de investimento e carteiras administradas cujos patrimônios líquidos, em 31 de dezembro de 2022, totalizavam R\$78,5 bilhões (R\$49,6 bilhões em 2021).

b) Cobertura contra sinistros

O Banco e suas controladas, mesmo submetidos a reduzido grau de risco em função da não concentração física de seus ativos, têm como política segurar seus valores e bens, em montantes considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

c) Relacionamento com auditores

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente.

A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

d) Comitê de Auditoria

Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.198/04, vigente até 1º de janeiro de 2022, sendo revogada pela Resolução CMN nº 4.190, de 27 de maio de 2021, que passou a vigor a partir daquela data, e visando à adoção das Melhores Práticas de Mercado na condução de seus negócios, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 2009, foi deliberada e aprovada a constituição do Comitê de Auditoria, composto por 3 membros independentes, nos termos da legislação em vigor. A atual constituição deste comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 12 de setembro de 2022.

e) Impactos da Pandemia COVID-19

O Daycoval monitora os efeitos da Pandemia COVID-19 que possam afetar adversamente seus resultados e observa os protocolos adotados pelo Ministério da Saúde e pelas demais Autoridades para mitigar os efeitos da COVID-19, o que garante a manutenção de nossas atividades operacionais e administrativas.

Desde a decretação do estado de Pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em março de 2020, estruturamos Comitê de Crise formado pelos Diretores Executivos, Recursos Humanos e Gestão de Riscos Operacionais, que reporta periodicamente as avaliações sobre a evolução da COVID-19 e seus reflexos nas operações do Daycoval ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores.

A mensuração dos impactos relacionados à Pandemia sobre as condições econômicas continuará sendo apurada e monitorada pela Administração. Todas as projeções econômicas têm abrangido o efeito e o controle desta Pandemia, tendo em vista que sua duração ou agravamento não podem ser estimados com segurança, impactando de forma adversa as economias ao redor do mundo por tempo indeterminado, o que pode afetar negativamente o resultado e o desempenho das operações.

A ADMINISTRAÇÃO	LUIZ ALEXANDRE CADORIN – Contador – CRC 1SP243564/O-2
-----------------	---

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) do Banco Daycoval S.A. (“Banco”) foi instalado por deliberação do Conselho de Administração, visando a adoção das Melhores Práticas de Mercado, em conformidade com a Resolução nº 3.198/04, do Conselho Monetário Nacional, atual Resolução nº 4.910, de 27 de maio de 2021, sendo composto por três membros, nos termos da legislação em vigor. A constituição deste Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 26 de maio de 2009, tendo dentre suas atribuições, assessorar o Conselho de Administração na avaliação da qualidade das Demonstrações Contábeis, acompanhar o cumprimento das exigências legais e regulamentares e monitorar e avaliar a independência do auditor independente. A atual composição do Comitê foi homologada pelo Banco Central do Brasil em 12 de setembro de 2022.

No âmbito de suas atividades, o Comitê: (i) se reuniu com os Auditores Independentes responsáveis pelo exame destas Demonstrações Contábeis e pela emissão de relatório sobre sua adequação em todos os aspectos relevantes de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e do Plano Contábil das Instituições Financeiras, da Comissão de Valores Mobiliários e da Superintendência de Seguros Privados e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis. O Comitê também avaliou aspectos relacionados à contratação dos auditores, suas certificações e qualificações; (ii) acompanhou o planejamento e o cronograma dos trabalhos dos Auditores Internos e revisou os apontamentos e as conclusões dos trabalhos realizados no período, sempre avaliando o grau de risco dos apontamentos, bem como o *follow-up* destes apontamentos; (iii) avaliou os trabalhos desenvolvidos pela área de Gestão de Riscos, Controles e Compliance para o aprimoramento dos principais processos e sistemas, bem como os relatórios existentes para a gestão dos riscos e apoio à governança; (iv) avaliou o processo de emissão e apresentação das Demonstrações Contábeis para assegurar a sua

qualidade, transparência e integridade; (v) avaliou a eficácia dos controles internos do Banco e o sistema de gestão de risco, bem como dos relatórios emitidos; (vi) abordou com a Administração do Banco temas relacionados às atividades, à gestão interna, ao aprimoramento do gerenciamento de riscos e de governança e eventuais apontamentos levantados pelos órgãos reguladores; (vii) revisou as atas do Comitê de Riscos; (viii) se reuniu para revisar o plano de trabalho anual e elaborar as atas das reuniões. Como resultado das atividades realizadas, foi elaborado o Relatório Detalhado do Comitê de Auditoria que contém o resultado dos trabalhos e os apontamentos que o Comitê julgou apropriado submeter à Administração. Com base nos relatórios apresentados pelos Auditores Independentes, no acompanhamento da execução dos trabalhos da Auditoria Interna, nas atividades executadas pelas áreas responsáveis pela gestão de Riscos, Controles e Compliance e pelas informações recebidas da Administração do Banco e, consideradas as limitações naturais decorrentes do escopo de atuação, o Comitê recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Contábeis referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023.

O Comitê de Auditoria

Eduardo Mormino – Coordenador do Comitê de Auditoria

Rony Dayan - Membro do Comitê de Auditoria

José Ferreira da Silva - Membro do Comitê de Auditoria

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

Banco Daycoval S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco Daycoval S.A. (“Banco”), identificadas como Banco e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Daycoval S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria - PAA são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito

As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de “ratings” de crédito.

A estimativa da provisão para créditos de liquidação duvidosa envolve modelos internos na determinação do “rating” do tomador do crédito que levam em consideração dados econômico-financeiros, de mercado e cadastrais, garantias vinculadas, nível de inadimplência, entre outros. O “rating” do tomador do crédito também é revisado pela Administração do Banco quando há alteração da situação econômico-financeira de um determinado tomador ou de um determinado setor de atividade econômica. Pelo fato de envolver julgamento na estimativa de perda por parte da Administração, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros: (i) entendimento do modelo interno utilizado na determinação do “rating”; (ii) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco; (iii) leitura da política de provisionamento do Banco; (iv) testes do desenho, implementação e efetividade dos controles internos; (v) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do “rating” de crédito; (vi) recálculo, com base em amostra, dos valores provisionados; e (vii) análise da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco e a política para determinar a provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações de crédito são apropriados no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado - DVA referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Vanderlei Minoru Yamashita

Contador - CRC nº 1 SP 201506/O-5

Deloitte.

Daycoval Leasing

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentação

Senhores Acionistas,
A Administração do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas do relatório dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Destaque Financeiros

O Daycoval Leasing apresentou no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 lucro líquido de R\$ 82,5 milhões (R\$ 71,9 milhões em dezembro de 2021). As carteiras de arrendamento mercantil e de operações de crédito encerraram 31 de dezembro de 2022 em R\$ 2,7 bilhões (R\$ 2,1 bilhões em 2021). As captações de recursos em dezembro de 2022 são mantidas junto ao Banco Daycoval no montante de R\$ 1,9 bilhões (R\$ 1,3 bilhões em 2021).

Governança Corporativa

O Daycoval Leasing adota política de gestão corporativa e de riscos integrada à gestão do Banco Daycoval (Controlador) que está alinhada com os princípios defendidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com as normas emanadas do Banco Central do Brasil e com as melhores práticas de mercado. O Daycoval Leasing busca frequentemente aprimorar seu modelo de gestão, guiado pelas diretrizes da sustentabilidade e pelos princípios da ética, da transparência, do respeito, da responsabilidade na condução dos negócios e da equidade no relacionamento com todos os seus públicos. Mais informações relativas à gestão de riscos do Daycoval Leasing e sobre o Patrimônio de Referência Exigido, podem ser obtidas no endereço eletrônico: www.daycoval.com.br/ri - Governança Corporativa.

Relacionamento com os Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para auditoria das demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi contratada para a prestação de outros serviços ao Daycoval Leasing que não sejam os de auditoria independente.

Balanços patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO				PASSIVO			
	Referência nota explicativa	2022	2021		Referência nota explicativa	2022	2021
Disponibilidades	5	903	251				
Instrumentos financeiros		2.572.834	1.888.650				
Carteira de crédito		2.572.834	1.888.650	Instrumentos financeiros	11	1.859.737	1.348.675
Operações de crédito	6	267.372	287.631	Depósitos interfinanceiros		1.859.737	1.348.675
Operações de arrendamento mercantil financeiro	6.e	2.286.458	1.591.933	Provisões para riscos	14	2.582	1.743
Operações de arrendamento mercantil operacional		208.202	218.144	Fiscais		1.839	1.098
(-) Rendas a apropriar de arrendamento operacional		(207.600)	(217.893)	Cíveis		728	645
Outros créditos com características de concessão de crédito	6	18.402	9.385	Trabalhistas		15	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(33.974)	(25.916)	Obrigações fiscais correntes e diferidas	13.b	176.363	128.902
Operações de crédito		(6.769)	(9.588)	Outras obrigações		104.595	34.673
Operações de arrendamento mercantil		(27.091)	(16.310)	Sociais e estatutárias	12.a	20.198	690
Operações de outros créditos com características de concessão de crédito		(114)	(18)	Diversas	12.b	84.397	33.983
Ativos fiscais correntes e diferidos	13.b	62.929	36.097	Patrimônio líquido	15	672.958	610.053
Outros créditos		707	861	Capital social		343.781	343.781
Diversos	8	707	861	Reservas de capital		350	350
Outros valores e bens		1	1	Reservas de lucros		328.827	265.922
Ativos não financeiros mantidos para venda		1	1				
Imobilizado de uso	9	893	899	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.816.235	2.124.046
Imobilizações de uso		3.304	3.140				
(Depreciações acumuladas)		(2.411)	(2.241)				
Imobilizado de arrendamento operacional	10	211.942	223.203				
Bens arrendados		462.569	409.213				
(Depreciações acumuladas)		(250.627)	(186.010)				
Total do Ativo		2.816.235	2.124.046				

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Patrimônio líquido
				Legal	Estatutárias		
Saldo em 30 de Junho de 2022		343.781	350	9.135	258.723	36.793	648.782
Lucro líquido		-	-	-	-	43.770	43.770
Destinações:							
Reserva legal	15.b	-	-	2.189	-	(2.189)	-
Reserva estatutária	15.b	-	-	-	58.780	(58.780)	-
Dividendos	15.c	-	-	-	(19.594)	(19.594)	(19.594)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		343.781	350	11.324	317.503	-	672.958
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		343.781	350	7.199	258.723	-	610.053
Lucro líquido		-	-	-	-	82.499	82.499
Destinações:							
Reserva legal	15.b	-	-	4.125	-	(4.125)	-
Reserva estatutária	15.b	-	-	-	58.780	(58.780)	-
Dividendos	15.c	-	-	-	(19.594)	(19.594)	(19.594)
Saldo em 31 de Dezembro de 2022		343.781	350	11.324	317.503	-	672.958
Saldo em 31 de Dezembro de 2020		343.781	350	3.606	190.455	-	538.192
Lucro líquido		-	-	-	-	71.861	71.861
Destinações:							
Reserva legal	15.b	-	-	3.593	-	(3.593)	-
Reserva estatutária	15.b	-	-	-	68.268	(68.268)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2021		343.781	350	7.199	258.723	-	610.053

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

O Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. ("Daycoval Leasing"), com sede na Avenida Paulista, 1.842, na cidade e estado de São Paulo, controlado pelo Banco Daycoval S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pelo Banco Daycoval S.A., que está organizada sob a forma de Banco Múltiplo, autorizada a operar as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições integrantes do Conglomerado Daycoval, que atuam integradamente no mercado financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade que lhe forem atribuídos.

2 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Apresentação: As Demonstrações Contábeis do Daycoval Leasing, aprovadas pela Administração em 08 de fevereiro de 2023, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para o registro contábil das operações, associadas, quando aplicável, às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional - CMN, do Banco Central do Brasil - BACEN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.818/20 e na Resolução BCB nº 2/20 que revogaram, respectivamente, a Resolução CMN nº 4.720/19 e na Circular BACEN nº 3.959/19, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devem preparar suas Demonstrações Contábeis seguindo critérios e procedimentos mencionados nestes normativos, que tratam da divulgação de Demonstrações Contábeis intermediárias, semestrais e anuais, bem como de seu conteúdo que inclui os balanços patrimoniais e as demonstrações de resultado, de resultado abrangente, dos fluxos de caixa e das mutações do patrimônio líquido, as notas explicativas e a divulgação de informações sobre os resultados não recorrentes. O Daycoval Leasing adota critérios de apresentação em suas Demonstrações Contábeis, com o objetivo de representar a essência econômica de suas operações e observando os critérios de elaboração e divulgação de Demonstrações Contábeis estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20, e normativas complementares para os quais destacamos: **b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"):** Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Daycoval Leasing, na elaboração das Demonstrações Contábeis, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN, quais sejam:

Pronunciamentos emitidos pelo CPC	Resolução CMN
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	4.924/21
CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos	4.924/21
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	4.818/20
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas	4.818/20
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações	3.989/11

..continuação - Pronunciamentos emitidos pelo CPC

Resolução CMN
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro 4.924/21
CPC 24 - Evento Subsequente 4.818/20
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes 3.823/09
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados 4.877/20
CPC 41 - Resultado por Ação 4.818/20
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo 4.924/21
CPC 47 - Receita de contrato com cliente 4.924/21
c) Novas normas emitidas pelo BACEN com vigência futura: i. Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021: Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, estabelece novos critérios aplicáveis a instrumentos financeiros, incluindo a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e serem adotados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, dentre os quais destacam-se: (i) classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de instrumentos financeiros; (ii) reconhecimento de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito; (iii) atualização dos instrumentos financeiro por meio da taxa efetiva de juros contratual; e (iv) reconhecimento de juros para instrumentos financeiros ativos em atraso. A adoção dos normativos anteriormente mencionados e dos potenciais normativos complementares relacionados ao tratamento contábil de instrumentos financeiros, incluindo a reestruturação do Plano Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Daycoval Leasing. O Plano de Implementação, inicialmente, estabelecido com base nas definições contidas na Resolução CMN nº 4.966/21, adotado pelo Daycoval Leasing prevê fases a serem executadas durante os exercícios de 2023 e 2024 para a efetiva implementação a partir de 1º de janeiro de 2025 e a constituição de Comitê específico, compostos por diversas áreas que estarão dedicadas à identificação dos impactos da adoção dos normativos e do acompanhamento de sua implementação considerando, dentre outros aspectos, os impactos em processos e sistemas legados e revisão dos modelos e critérios utilizados na determinação de estimativas contábeis. Cabe ressaltar que, como serão publicados normativos complementares pelo CMN e/ou BCB, novos ajustes ao Plano de Implementação podem ser realizados. A Administração do Daycoval Leasing está acompanhando o processo de adoção da Resolução nº 4.966/21 e os impactos nas Demonstrações Contábeis serão divulgados a partir da definição completa do arcabouço regulatório. **ii. Resolução CMN nº 4.975, de 16 de dezembro de 2021:** Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025 e a Administração realizará avaliação para determinar os impactos de sua adoção. **iii. Lei nº 14.467, de 16 de novembro de 2022:** Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, altera o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas com operações com características de concessão de crédito decorrentes das atividades das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, sendo a dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL, sua principal alteração. **d) Adoção de novas normas emitidas pelo BCB com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022: i. Resolução BCB nº 92, de 06 de maio de 2021:** Dispõe sobre a utilização do Padrão Con-

Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes da Resolução CVM nº 80/2022, em seu Artigo 27, a Diretoria do Daycoval Leasing declara que discutiu, reviu e concorda com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como que reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2022.

Agradecimentos

A Administração do Daycoval Leasing agradece aos acionistas, clientes, fornecedores e à comunidade financeira o indispensável apoio e a confiança depositada, assim como aos nossos profissionais que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 08 de fevereiro de 2023.

A Administração

Demonstrações do resultado

para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	Referência nota explicativa	2º Semestre de 2022			2021
		de 2022	2022	2021	
Receitas da Intermediação Financeira		208.020	372.763	209.643	
Operações de crédito	16.a	21.313	39.254	24.617	
Arrendamento mercantil financeiro	16.b	170.807	302.228	160.091	
Arrendamento mercantil operacional	16.b	15.900	31.281	24.935	
Despesas da Intermediação Financeira		(125.170)	(211.000)	(58.305)	
Operações de captação no mercado	16.c	(117.555)	(200.438)	(49.060)	
(Provisão) para créditos de liquidação duvidosa	7	(7.615)	(10.562)	(9.245)	
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		82.850	161.763	151.338	
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(16.085)	(31.324)	(30.208)	
Receitas de prestação de serviços		78	400	272	
Despesas de pessoal	16.d	(6.336)	(12.882)	(12.356)	
Outras despesas administrativas	16.e	(1.775)	(3.209)	(3.663)	
Despesas tributárias	13.a	(12.471)	(23.844)	(19.073)	
Outras receitas operacionais	16.f	4.870	9.099	5.417	
Outras despesas operacionais	16.g	(451)	(888)	(805)	
Resultado Operacional		66.765	130.439	121.130	
Resultado não Operacional	16.h	12.134	19.496	17.033	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		78.899	149.935	138.163	
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	(34.659)	(66.437)	(65.242)	
Provisão para imposto de renda		-	(21)	(13.240)	
Provisão para contribuição social		14.785	-	(31.625)	
Ativo fiscal diferido		(49.444)	(66.416)	(20.377)	
Participações no Resultado		(470)	(999)	(1.060)	
Lucro Líquido		43.770	82.499	71.861	

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações do resultado abrangente

para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Lucro Líquido	43.770	82.499	71.861
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes	43.770	82.499	71.861

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa

para o semestre findo em 31 de dezembro de 2022 e para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais - R\$)

	2º Semestre de 2022	2022	2021
Atividades Operacionais			(Reapresentado)
Lucro Líquido	43.770	82.499	71.861
Ajustes de Reconciliação entre o Lucro Líquido e o Resultado Líquido			
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais			
Depreciação do imobilizado de arrendamento mercantil operacional	55.374	107.607	85.162
Depreciações e amortizações	122	258	239
Provisão para desvalorizações de imobilizado de arrendamento operacional	178	790	466
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.615	10.562	9.245
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	49.444	66.415	20.377
Provisão para imposto de renda e contribuição social correntes	(14.785)	21	44.865
Provisão para participações no lucro	470	999	1.060
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	437	838	250
Reversão provisões operacionais	-	(8)	(256)
Atualização monetária - imposto de renda e contribuição social	(1.490)	(1.490)	-
Total dos Ajustes de Reconciliação	97.365	185.992	161.408
Lucro Líquido Ajustado	141.135	268.491	233.269
Variação de Ativos e Passivos	(89.607)	(170.450)	(54.929)
(Aumento) Redução da carteira de arrendamento mercantil	(446.049)	(696.936)	(530.287)
(Aumento) Redução da carteira de crédito	(7.492)	19.168	(96.612)
(Aumento) Redução em outros créditos	(76.214)	(55.821)	32.823
(Aumento)			

Daycoval Leasing

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

	2021	
	Valor divulgado	Valor reclassificações reapresentado
Daycoval Leasing		
Demonstrações dos fluxos de caixa		
Aumento (Redução) em outras obrigações	19.651	7.654
Aumento (Redução) em resultados de exercícios futuros	7.654	(7.654)

Estas reclassificações não resultaram em alterações no lucro líquido do período.

3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis são: a) As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Daycoval Leasing. b) O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço. c) Caixa e equivalentes de caixa, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com prazo original igual ou inferior a 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. d) As aplicações interfinanceiras de liquidez são demonstradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável. e) Operações de arrendamento mercantil: i. A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN. ii. As operações de arrendamento mercantil são apresentadas pelos montantes totais a receber previstos em contrato. No cálculo do valor presente de cada operação, é utilizada taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não houver previsão contratual, a taxa que equaliza o valor do bem arrendado, na data da contratação, ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos previstos ao longo do prazo contratual. iii. Imobilizado de arrendamento operacional: É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstas na legislação vigente. f) As operações de crédito, de outros créditos com características de concessão de crédito e de arrendamento mercantil são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando-se em consideração as experiências anteriores com os tomadores de recursos, a avaliação dos riscos desses tomadores e seus garantidores, a conjuntura econômica e os riscos específicos e globais da carteira, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo - perda). g) As rendas das operações de crédito e de arrendamento mercantil vendidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receitas quando efetivamente recebidas. As operações em nível "H" permanecem nesta classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos, não mais figurando no balanço patrimonial. h) Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear à taxas anuais, mencionadas na Nota 9, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens. i) Redução do valor recuperável de ativos não-financeiros (*impairment*): Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidências de que tenha ocorrido redução de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é reconhecida uma perda, ajustando o valor contábil líquido. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. j) Outros ativos e passivos são demonstrados pelo seu valor de realização, incluindo, quando aplicável, juros e variações monetárias ou cambiais, incorridos em base "pro rata" dia. k) O cálculo do imposto de renda e da contribuição social, bem como a composição dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas estão, respectivamente, apresentadas nas Notas 13.a.i e 13.d. Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrentes da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para créditos de liquidação duvidosa, são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842/20, são atendidos. Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. l) Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Ativos fiscais correntes e diferidos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação, ajustes a valor justo dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Obrigações fiscais correntes e diferidas", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda. A previsão de realização dos créditos tributários está apresentada na Nota 13.e. m) Os ativos não financeiros mantidos para venda, de acordo com a Resolução CMN nº 4.747/19, devem ser classificados como: i. Próprios - cuja realização esperada seja pela venda, estejam disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano; ou ii. Recebidos - cujo recebimento pela instituição em liquidação de instrumento financeiro de difícil ou duvidosa solução não destinados ao uso próprio. n) Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são reconhecidos, mensurados e divulgados, da seguinte forma:

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Contingências passivas - são reconhecidas nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão ou divulgação.
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, provisionado e atualizado mensalmente, de acordo com a sua probabilidade de perda. o) O lucro por ação é calculado com base em critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determinado a Resolução BCB nº 2/20. p) Uso de estimativas contábeis - A preparação das Demonstrações Contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e do imobilizado de arrendamento; (ii) amortizações de ativos diferidos; (iii) provisão para operações de crédito e de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa; (iv) avaliação de instrumentos financeiros; e (v) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. q) Resultado não recorrente: (i) Oriundos de operações/transações realizadas pelo Daycoval Leasing que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas; (ii) Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Daycoval Leasing; e (iii) Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 16.h.

4 - SUPERVENIÊNCIA (INSUFICIÊNCIA) DE DEPRECIAÇÃO

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações de arrendamento mercantil financeiro atendem às normas do Banco Central do Brasil. Em consequência, de acordo com a Instrução CVM nº 58/86 e Circular BACEN nº 1429/89, o Daycoval Leasing registrou o ajuste de superveniência de depreciação, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$216.219 (R\$89.935 em 2021), classificada no resultado de arrendamento mercantil, equivalente ao ajuste a valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento mercantil, determinado com base nas taxas internas de retorno de cada operação. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo acumulado de ajuste de superveniência de depreciação, no montante de R\$532.126 (R\$323.401 em 2021) compõe o valor presente das operações de arrendamento mercantil financeiro, conforme desmembramento da nota 6.e.

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Disponibilidades	903	251

6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Resumo da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil

	2022	2021
Empréstimos	31.873	52.971
Financiamentos	235.499	234.660
Total de operações de crédito	267.372	287.631
Arrendamento mercantil financeiro	2.286.458	1.591.383
Arrendamento mercantil operacional (1)	177.322	187.920
Total de operações de arrendamento mercantil	2.463.780	1.779.303
Outros créditos	18.402	9.385
Total de outros créditos com características de concessão de crédito	18.402	9.385
Total	2.749.554	2.076.319

(1) A carteira de arrendamento mercantil está apresentada a valor presente.

b) Composição da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil por nível de risco:

i. Por tipo de operação e nível de risco

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Empréstimos	15.750	14.116	1.658	-	-	349	-	-	-	31.873
Financiamentos	4.294	52.255	151.630	16.667	5.906	1.431	72	-	3.244	235.499
Arrendamento mercantil	552.433	965.785	789.592	123.169	20.998	1.753	3.975	57	6.018	2.463.780
Outros créditos com características de concessão de crédito	4.982	4.127	9.293	-	-	-	-	-	-	18.402
Total	577.459	1.036.283	952.173	139.836	26.904	3.533	4.047	57	9.262	2.749.554

Segregação das operações

Operações em curso normal (1)	577.459	1.035.802	944.752	137.167	26.638	2.737	540	57	2.857	2.728.009
Operações em curso anormal (2)	-	481	7.421	2.669	266	796	3.507	-	6.405	21.545
Total	577.459	1.036.283	952.173	139.836	26.904	3.533	4.047	57	9.262	2.749.554
2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Empréstimos	39.195	11.289	1.973	-	-	-	514	-	-	52.971
Financiamentos	8.471	56.230	141.927	8.994	8.911	5.213	168	-	4.746	234.660
Arrendamento mercantil	501.479	610.626	573.863	67.369	18.769	3.984	1.496	133	1.584	1.779.303
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.866	3.519	-	-	-	-	-	-	-	9.385
Total	555.011	681.664	717.763	76.363	27.680	9.197	2.178	133	6.330	2.076.319

Segregação das operações

Operações em curso normal (1)	555.011	681.560	712.273	71.633	22.903	8.969	1.345	-	4.764	2.058.448
Operações em curso anormal (2)	-	114	5.490	4.730	4.777	228	833	133	1.566	17.871
Total	555.011	681.664	717.763	76.363	27.680	9.197	2.178	133	6.330	2.076.319

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

ii. Por faixa de vencimento, nível de risco e distribuição da provisão associada ao risco de crédito

2022	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	577.459	1.035.802	944.752	137.167	26.638	2.737	540	57	2.857	2.728.009
Parcelas vencidas	577.459	1.033.639	943.417	136.973	26.354	2.685	536	57	2.846	2.723.966
Até 3 meses	77.827	120.551	122.587	17.357	4.986	520	158	57	553	344.596
De 3 a 12 meses	139.442	274.368	276.827	41.265	9.501	1.197	270	-	1.122	743.992
De 1 a 3 anos	249.919	470.285	440.146	66.551	10.487	968	108	-	1.171	1.239.635
De 3 a 5 anos	110.247	155.851	100.898	11.798	1.380	-	-	-	-	380.174
Acima de 5 anos	24	12.584	2.959	2	-	-	-	-	-	15.569
Vencidas até 14 dias	-	2.163	1.335	194	284	52	4	-	11	4.043
Operações em curso anormal (2)	-	481	7.421	2.669	266	796	3.507	-	6.405	21.545
Parcelas vencidas	-	461	7.364	2.399	241	590	2.680	-	4.931	18.666
Até 3 meses	-	56	1.146	336	51	138	631	-	597	2.955
De 3 a 12 meses	-	151	2.602	891	125	303	1.595	-	1.567	7.234
De 1 a 3 anos	-	254	3.611	1.172	65	149	454	-	2.759	8.464
De 3 a 5 anos	-	-	5	-	-	-	-	-	8	13
Parcelas vencidas	-	20	57	270	25	206	827	-	1.474	2.879
Até 60 dias	-	20	57	270	23	98	434	-	437	1.339
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	2	53	238	-	235	528
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	55	155	-	487	697
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	315	315
Total	577.459	1.036.283	952.173	139.836	26.904	3.533	4.047	57	9.262	2.749.554

Provisão associada a risco de crédito

Mínima requerida (3)	-	5.181	9.522	4.195	2.690	1.060	2.024	40	9.262	33.974
Total	-	5.181	9.522	4.195	2.690	1.060	2.024	40	9.262	33.974

2021	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total
Operações em curso normal (1)	555.011	681.550	712.273	71.633	22.903	8.969	1.345	-	4.764	2.058.448
Parcelas vencidas	555.003	681.458	711.983	71.625	22.895	8.965	1.340	-	4.764	2.058.033
Até 3 meses	76.275	97.743	99.196	11.945	3.426	1.014	425	-	578	290.602
De 3 a 12 meses	119.893	185.059	212.748	20.438	7.616	2.775	439	-	1.517	550.485
De 1 a 3 anos	238.154	310.920	327.487	31.070	10.173	4.949	471	-	2.398	925.622
De 3 a 5 anos	112.743	86.931	71.063	8.172	1.678	227	5	-	271	281.000
Acima de 5 anos	7.938	805	1.489	-	2	-	-	-	-	10.234
Vencidas até 14 dias	8	92	290	8	8	4	5	-	-	415

Operações em curso anormal (2)	-	114	5.490	4.730	4.777	228	833	133	1.566	17.871
Parcelas vencidas	-	108	5.385	4.297	3.695	185	759	98	559	15.086
Até 3 meses	-	19	661	746	1.479	30	92	16	108	3.151
De 3 a 12 meses	-	53	1.486	1.523	2.216	65	333	44	210	5.930
De 1 a 3 anos	-	36	2.940	2.028	-	90	334	38	202	5.668
De 3 a 5 anos	-	-	298	-	-	-	-	-	39	337
Parcelas vencidas	-	6	105	433	1.082	43	74	35	1.007	2.785
Até 60 dias	-	6	105	433	1.082	21	48	11	172	1.878
De 61 a 90 dias	-	-	-	-	-	11	26	6	92	135
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	-	11	-	18	292	321
De 181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	451	451
Total	555.011	681.664	717.763	76.363	27.680	9.197	2.178	133	6.330	2.076.319

Provisão associada a risco de crédito

Mínima requerida (3)	-	3.408	7.178	2.291	2.768	2.759	1.089	93	6.330	25.916
Total	-	3.408	7.178	2.291	2.768	2.759	1.089	93	6.330	25.916

(1) Operações que não possuem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

(2) Operações que possuem pelo menos uma parcela vencida acima de 14 dias.

(3) Refere-se à provisão para perdas associadas ao risco de crédito considerando os percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN nº 2.682/99, e alterações posteriores.

c) Diversificação por setor econômico da carteira de crédito, de outros créditos e de arrendamento mercantil:

	2022		2021	
	Valor	% de exposição	Valor	% de exposição
Setor privado				
Indústria	627.365	22,82	529.218	25,49
Comércio	523.364	19,03	380.907	18,35
Intermediários financeiros	349.276	12,70	310.040	14,93
Outros serviços	1.161.537	42,24	846.788	40,78
Pessoas físicas	88.012	3,21	9.366	0,45
Total				

Daycoval | Leasing

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Diversas:

	2022		2021	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Credores diversos (1)	80.877	-	30.763	-
Provisão para pagamentos a efetuar (2)	2.021	179	2.479	-
Credores por recursos a liberar (3)	1.099	-	616	-
Despesas administrativas a pagar (4)	116	31	88	28
Valores a pagar sociedade ligadas	74	-	9	-
Total	84.187	210	33.955	28

(1) Referem-se substancialmente a fornecedores de equipamentos de arrendamento e resultado de exercícios futuros

(2) Referem-se a provisões para despesas de pessoal, férias e 13º salário.

(3) Referem-se a fornecedores de despesas administrativas.

(4) Referem-se substancialmente à despesas administrativas e honorários advocatícios de sucesso no valor de R\$31 (R\$28 em 2021).

13 - TRIBUTOS

Os impostos e contribuições são calculados conforme legislação vigente. As alíquotas aplicadas foram:

Impostos e contribuições	Alíquota
Imposto de renda	15,00%
Adicional de imposto de renda (sobre o excedente a R\$ 240.000,00)	10,00%
Contribuição social - instituições financeiras (1)	21,00%
PIS	0,65%
Cofins	4,00%
ISS	até 5,00%

(1) Conforme Lei 14.446/22, a alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) foi elevada de 20% para 21%, de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022.

a) Despesas com impostos e contribuições: i. Demonstração do cálculo do imposto de renda (IR) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):

	2022	2021
Resultado antes do IR e CSLL e participações no resultado	148.936	137.103
Encargos (IR e CSLL) às alíquotas vigentes (1)	67.031	65.227
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de IR e CSLL		
Despesas indutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(615)	128
Outros valores	21	(113)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	66.437	65.242
Imposto corrente	(21)	(44.865)
Imposto diferido	(66.416)	(20.377)

(1) As alíquotas vigentes do IRPJ e CSLL consideradas até julho de 2022 eram de 45% e a partir de agosto de 2022 são de 46%.

ii. Despesas tributárias

	2022	2021
Contribuições ao COFINS	6.818	6.571
Contribuições ao PIS / PASEP	1.108	1.462
ISS	15.817	10.983
Outras despesas tributárias	101	57
Total	23.844	19.073

b) Ativos e obrigações fiscais

	2022	2021
Ativos fiscais		
Correntes	22.753	21.567
Impostos e contribuições a compensar (1)	22.753	21.567
Diferidos	40.176	14.530
Créditos tributários (nota 13.d)	40.176	14.530
Total	62.929	36.097
Obrigações fiscais		
Correntes	3.450	48.052
Provisão para imposto de renda sobre o lucro	-	13.149
Provisão para contribuição social sobre o lucro	-	31.625
Impostos e contribuições a recolher	3.450	3.278
Diferidos	172.913	80.850
Obrigações fiscais (nota 13.d)	172.913	80.850
Total	176.363	128.902

(1) Referem-se substancialmente à antecipação de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 no montante de R\$18.473 (R\$21.205 em 2021).

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre adições e exclusões temporárias (ativo e passivo): Conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.842/20, o reconhecimento contábil dos ativos e passivos fiscais diferidos ("créditos tributários" e "obrigações fiscais diferidas") decorrentes de diferenças temporárias, deve atender, de forma cumulativa, as seguintes condições: (i) apresentação de histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, comprovado pela ocorrência dessas situações em, pelo menos, três dos últimos cinco exercícios sociais, período esse que deve incluir o exercício em referência; e (ii) expectativa de geração de lucros ou receitas tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico interno que demonstre a probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de dez anos.

d) Origem dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas

	2021	Constituição (Realização)	2022
Créditos tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	710	377	1.087
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	12.806	3.240	16.046
Prejuízo fiscal do imposto de renda	-	21.672	21.672
Outras adições temporárias	1.014	357	1.371
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	14.530	25.646	40.176
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre superveniência	80.850	92.063	172.913
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	80.850	92.063	172.913

	2020	Constituição (Realização)	2021
Créditos tributários			
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:			
Provisões para contingências	598	112	710
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	11.868	938	12.806
Outras adições temporárias	802	212	1.014
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	13.268	1.262	14.530
Obrigações fiscais diferidas:			
Imposto de renda diferido sobre superveniência	59.212	21.638	80.850
Total das obrigações fiscais diferidas sobre diferenças temporárias	59.212	21.638	80.850

e) Previsão de realização dos créditos tributários:

	2022		Total de impostos diferidos
	Diferenças temporárias	Total de impostos diferidos	
	Imposto de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	2.229	1.783	4.012
Até 2 anos	2.990	2.392	5.382
Até 3 anos	2.229	1.783	4.012
Até 4 anos	2.229	1.783	4.012
Até 5 anos	12.040	9.632	21.672
Acima de 5 anos	604	483	1.087
Total	22.320	17.856	40.176

	2021		Total de impostos diferidos
	Diferenças temporárias	Total de impostos diferidos	
	Imposto de renda	Contribuição social	
Até 1 ano	4.110	3.288	7.398
Até 2 anos	2.377	1.902	4.279
Até 3 anos	1.094	875	1.969
Até 4 anos	385	308	693
Até 5 anos	106	85	191
Total	8.072	6.458	14.530

Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente do total de créditos tributários é de R\$24.769 (R\$12.495 em 2021) e foi calculado com base na expectativa de realização das diferenças temporárias, descontadas pela taxa média de captação do Daycoval Leasing, projetada para os períodos correspondentes. As projeções de lucros que possibilitam a geração de base de cálculo tributável incluem a consideração de premissas macroeconômicas, taxas de câmbio e de juros, estimativa de novas operações financeiras, entre outras, e que podem variar em relação a dados e valores efetivos.

14 - ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Daycoval Leasing não reconheceu ativos contingentes.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias: O Daycoval Leasing é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal. A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na Nota 3.n). A Administração do Daycoval Leasing entende que as provisões constituídas são suficientes para atender perdas decorrentes dos respectivos processos. O saldo de provisões para riscos cíveis e trabalhistas constituído e as respectivas movimentações estão apresentados a seguir:

	2022	2021
Processos cíveis	728	645
Processos trabalhistas	15	-
Processos fiscais	1.839	1.098
Total	2.582	1.743

	2022	2021
Saldo no início do exercício	645	-
Constituição	83	15
741		
Saldo ao final do exercício	728	15

	2021	Fiscais
Saldo no início do exercício	543	47
Constituição (reversão)	102	(47)
285		
Saldo ao final do exercício	645	-

c) O Daycoval Leasing vem contestando judicialmente os Autos de Infração e Imposição de Multas lavrados pelo Estado de São Paulo descritos a seguir: **Processo nº 1013470-42.2021.8.26.0068** Mandado de Segurança Cível, para a suspensão de exigibilidade do pagamento do ISS lançado pelo município de Barueri-SP com fundamentos na decisão da ADPF 189. Classificado como perda possível. A ação de Barueri-SP lançou contra o Daycoval Leasing a importância de R\$6.623, valor referente a diferença do ISS devido nos anos de 2016 e 2017, calculado entre a alíquota em vigor à época, estabelecida pelo próprio município, e a alíquota de 2%, que julgou o magistrado ser o legalmente aplicável para o serviço de arrendamento mercantil. O valor atualizado é de R\$12.609. Em 31 de dezembro de 2022, há processos judiciais referentes ao PAT provisionados pelo Daycoval Leasing no montante de R\$166. Não houve processos referentes ao PAT provisionados em 31 de dezembro de 2021. O Daycoval Leasing está questionando a base de cálculo do PIS e da COFINS em juízo, com liminar favorável para o recolhimento com base no pedido. Em 31 de dezembro de 2022, o montante de impostos não pagos, esperando o julgamento favorável das ações, é de R\$1.673 (R\$1.098 em 2021). **d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis:** Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente e estão representados por processos de natureza cível e trabalhista. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as ações cíveis e trabalhistas não apresentam valores com a referida classificação. Não existem em curso processos administrativos por descumprimento das normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas, que possam causar impactos representativos no resultado financeiro do Daycoval Leasing.

15 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: O capital social é de R\$ 343.781 (R\$ 343.781 em dezembro de 2021), totalmente subscrito e integralizado, está representado por 5.780.078.463 ações ordinárias nominativas (5.780.078.463 em 2021), sem valor nominal.

b) Reservas de capital e lucros:

	2022	2021
Reserva de capital	350	350
Reservas de lucros	328.827	265.922
Reserva legal (1)	11.324	7.199
Reservas estatutárias (2)	317.503	258.723

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, conforme legislação vigente.

(2) É constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

c) Dividendos: Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam a, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei societária. i. Demonstração dos dividendos obrigatórios:

	31/12/2022	% (1)
Lucro líquido	82.499	
(-) Constituição de reserva legal	(4.125)	
Lucro líquido ajustado	78.374	
Valor dos dividendos obrigatórios	19.594	25,00

(1) Conforme disposição estatutária.

Em Assembleia realizada em 08 de fevereiro de 2022, foi deliberado e aprovado a não distribuição de dividendos aos acionistas, referentes ao lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

d) Lucro líquido por ação

	2022	2021
Lucro líquido atribuível aos acionistas	82.499	71.861
Lucro líquido atribuível a cada grupo de ações		
Ações ordinárias	82.499	71.861
Média ponderada de ações emitidas e integrantes do capital social (1)		
Ações ordinárias	5.780.078.463	5.780.078.463
Lucro líquido por ação - Básico		
Ações ordinárias	0,01427	0,01243
Lucro líquido por ação - Diluído		
Ações ordinárias	0,01427	0,01243

(1) A quantidade média ponderada de ações foi calculada com base na movimentação de ações ocorrida durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, também, considerando os critérios e procedimentos estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 41 - Resultado, considerando o que for aplicável às instituições financeiras, conforme determina a Resolução BCB nº 2/20.

16 - DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

	2022	2021
a) Operações de crédito	39.254	24.617
Empréstimos e financiamentos	39.254	24.617
Total do resultado com operações de crédito	39.254	24.617
b) Operações de arrendamento mercantil	2022	2021
Arrendamento mercantil financeiro		
Arrendamento mercantil financeiro - recursos internos	992.743	627.481
Lucro na alienação de bens arrendados	36.638	32.603
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo (Nota 6.h)	556	3.519
(-) Despesas de arrendamento mercantil financeiro	(727.709)	(603.512)
Rendas com operações de arrendamento mercantil financeiro	302.228	160.091

	2022	2021
Arrendamento mercantil Operacional		
Arrendamento mercantil operacional - recursos internos	140.190	108.260
Lucro na alienação de bens arrendados	37	4.627
(-) Despesas de arrendamento mercantil operacional	(108.946)	(87.952)
Rendas com operações de arrendamento mercantil operacional	31.281	24.935

	2022	2021
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		
a) Operações de captação no mercado		
Depósitos interfinanceiros	(200.438)	(49.060)
Total do resultado de operações de captação no mercado	(200.438)	(49.060)

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	2022	2021
d) Despesas de pessoal		
Proventos	(7.166)	(7.025)
Encargos sociais	(2.668)	(2.573)
Benefícios	(1.915)	(1.717)
Honorários da diretoria	(1.111)	(972)
Acordos trabalhistas	-	(47)
Treinamento	(18)	-
Remuneração de estagiários	(4)	(22)
Total de despesas com pessoal	(12.882)	(12.356)
e) Outras despesas administrativas		
2022	2021	
(985)	(1.345)	
(1.006)	(1.145)	
(462)	(445)	
(324)	(295)	
(259)	(239)	
(71)	(107)	
(17)	(21)	
(62)	(42)	
(23)	(23)	
-	(1)	
(3.209)	(3.663)	

	2022	2021
Despesas de processamento de dados	(985)	(1.345)
Despesas com serviços de terceiros, técnicos e especializados	(1.006)	(1.145)
Outras despesas administrativas	(462)	(445)
Despesas de alugueis e seguros	(324)	(295)
Despesas de depreciação e amortização	(259)	(239)
Despesas de promoções, propaganda e publicações	(71)	(107)
Despesas de comunicações	(17)	(21)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(62)	(42)
Despesas de água, energia e gás	(23)	(23)
Despesas com materiais	-	(1)
Total de outras despesas administrativas	(3.209)	(3.663)

	2022	2021
f) Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais (1)	9.093	5.247
Variação monetária (2)	6	123
Reversão de contingências trabalhistas de exercícios anteriores	-	47
Total de outras receitas operacionais	9.099	5.417

(1) Substancialmente composto por ganhos nas cessões de operações de crédito no montante de R\$5.846 em 31 de dezembro de 2022 (R\$1.111 em 2021).

(2) Refere-se à variação monetária dos contratos de operações de crédito indexados ao CDI.

g) Outras despesas operacionais

	2022	2021
Contingências Fiscais	(740)	(513)
Outras despesas operacionais	(50)	(190)
Contingências Trabalhistas	(15)	-
Contingências Cíveis	(83)	(102)
Total de outras despesas operacionais	(888)	(805)

	2022	2021
Lucros na alienação de valores e bens arrendados	19.758	17.467
Prejuízo na alienação de valores e bens arrendados	(303)	(434)
Outras rendas não operacionais	41	-
Total de resultado não operacional	19.496	17.033

i) Resultado não recorrente: Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há resultados não recorrentes nas demonstrações de resultado.

17 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) O Daycoval Leasing realiza transações de captação, com o próprio conglomerado, em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis as médias praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas da operação, assim como nas datas de suas respectivas liquidações.

O quadro a seguir apresenta as transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	2022		2021	
	Ativo (passivo)	Receita (despesa)	Ativo (passivo)	Receita (despesa)
Transações Controlador Banco Daycoval S.A.	(1.858.955)	(200.438)	(1.348.589)	(49.060)
Disponibilidades	782	-	86	-
Depósitos interfinanceiros	(1.859.737)	(200.438)	(1.348.675)	(49.060)

b) O quadro a seguir apresenta as taxas de remuneração e os respectivos prazos das transações do Daycoval Leasing com suas respectivas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, quais sejam:

	Taxa de remuneração	Passivo	
		De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros		(1.859.737)	(1.859.737)
Controlador Banco Daycoval S.A. 2021	109% CDI	(1.859.737)	(1.859.737)

	Taxa de remuneração	Passivo	
		De 3 a 12 meses	Total
Depósitos interfinanceiros		(1.348.675)	(1.

Daycoval Leasing

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

lorigação, principalmente o método de “fluxo de caixa descontado”, nos quais todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis do mercado.

19 - GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Daycoval Leasing faz parte do Conglomerado Daycoval que exerce a gestão de governança de forma integrada, valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias e ferramentas de mensuração e controle, para isso se utiliza de estrutura comum de Gestão de Riscos e Compliance; Auditoria Interna; Ouvidoria e Comitê de Auditoria. A Gestão de Riscos, subordinada à Alta Administração, desempenha papel institucional atuando sobre o aperfeiçoamento dos processos, procedimentos, critérios e ferramentas de gestão de riscos operacionais, de mercado, liquidez, crédito, conformidade, social, ambiental e climática e de gerenciamento de capital, com o objetivo de garantir um elevado grau de segurança em todas as suas operações, de forma integrada. O Daycoval Leasing, além de estar alinhado com as exigências contidas na Resolução CMN nº 4.557, entende a gestão integrada de riscos como um instrumento essencial para disseminar atitudes que estimulem a formação de uma cultura orientada para gerenciá-los. Sendo assim, estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de crescimento, de retorno de investimentos e dos riscos a eles associados, permitindo explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização. A estruturação do processo de Gestão Integrada de Riscos contribui para melhor Governança Corporativa, que é um dos focos estratégicos do Daycoval Leasing, estando alinhado com as diretrizes da Administração, Comitê Executivo e Integrado de Gerenciamento de Riscos e Capital, para nortear as ações visando garantir o cumprimento à regulamentação vigente, assegurar a implantação das ações e acesso às informações necessárias para a gestão. As responsabilidades para identificação de riscos e seu gerenciamento, estão estruturadas de acordo com o conceito de três linhas de defesa, com o objetivo de mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar os objetivos das unidades de negócio. Nesse contexto, o Comitê de Riscos e os gestores de riscos desempenham papel importante nas diversas áreas do Banco, para assegurar o crescimento contínuo e sustentável da instituição. As Gerências de Risco têm como atribuição identificar, mensurar, controlar, avaliar e administrar os riscos, assegurando a consistência entre os riscos assumidos e o nível aceitável do risco definido pela Instituição e, informar a exposição à Administração, às áreas de negócio e aos órgãos reguladores. Nesse contexto, o apetite de riscos define a natureza e o nível dos riscos aceitáveis para a instituição e, a cultura de riscos orienta as atitudes necessárias para gerenciá-los. O Daycoval Leasing investe no desenvolvimento de processos de gerenciamento de riscos apoiados pelos valores corporativos (agilidade, segurança, integridade, austeridade, relacionamento e sustentabilidade), que reforçam a responsabilidade dos colaboradores com a sustentabilidade dos negócios. **a) Risco de mercado:** É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras resultantes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pela instituição, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação das taxas de juros. **i. Principais riscos de mercado aos quais o Daycoval Leasing está exposto: Risco de preço de taxa de juros:** Definido como a possibilidade de que as variações nas taxas de juros possam afetar em forma adversa o valor dos instrumentos financeiros. Podem ser classificados em: • Risco de movimento paralelo: sensibilidade dos resultados a movimentos paralelos na curva de juros, originando diferenciais iguais para todos os prazos; • Risco de movimento na inclinação da curva: sensibilidade dos resultados a movimentos na estrutura temporal da curva de juros, originando mudanças na forma da curva. **ii. Metodologias de gestão de Risco de Mercado: Valor em Risco (VaR):** O Valor em Risco ou VaR (Value-at-Risk) é o padrão utilizado pelo mercado e uma medida que resume em forma apropriada e estatística a exposição ao risco de mercado derivado das atividades de Trading (carteira de negociação). Representa a máxima perda potencial no valor de mercado, considerando um grau de certeza (nível de confiança) e um horizonte temporal definidos. Dentre as diferentes metodologias disponíveis para o cálculo do VaR (paramétrico, simulação histórica e simulação de Monte Carlo), o Daycoval Leasing entende que a metodologia paramétrica é a mais adequada às características das posições da sua carteira de negociação. **Metodologia Paramétrica:** Baseia-se na hipótese estatística de normalidade na distribuição de probabilidades das variações nos fatores de risco, fazendo uso das volatilidades e correlações para estimar a mudança potencial de uma posição. Para tanto, deve-se identificar os fatores de risco e alocar as posições em vértices definidos. Posteriormente, aplicam-se as volatilidades de cada fator de risco e as correlações às posições. **Carteira bancária (Banking Book):** A gestão do risco de variação das taxas de juros em instrumentos financeiros classificados na carteira bancária IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*) é realizada com base nas seguintes métricas: • ΔEVE (Delta Economic Value of Equity): diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros; • ΔNII (Delta Net Interest Income): diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros. **iii. Teste de Estresse:** É uma ferramenta complementar às medidas de VaR, utilizada para mensurar e avaliar o risco ao qual está exposta a Instituição. Baseia-se na definição de um conjunto de movimentos para determinadas variáveis de mercado e quantificação dos efeitos dos movimentos sobre o valor do portfólio. Os resultados dos testes de estresse são avaliados periodicamente pelo Comitê de Risco de Mercado. **iv. Análise de Cenários:** O objetivo da análise de cenários é apoiar a alta administração da Instituição a entender o impacto que certas situações provocarão no portfólio da Instituição. Por meio de uma ferramenta de análise de risco em que se estabelecem cenários de longo prazo que afetam os parâmetros ou variáveis definidas para a mensuração de risco. Diferente dos testes de estresse, que consideram o impacto de movimentos nos fatores de risco de mercado sobre um portfólio de curto prazo, a análise de cenários avalia o impacto de acontecimentos mais complexos sobre a Instituição como um todo. Na definição dos cenários, são considerados: • A experiência e conhecimento dos responsáveis das áreas envolvidas; • O número adequado de variáveis relevantes e seu poder explicativo, visando evitar complicações desnecessárias na

análise e dificuldade na interpretação dos resultados. Como prática de governança de gestão de riscos, o Daycoval Leasing, possui um processo contínuo de gerenciamento de riscos, que envolve o controle da totalidade de posições expostas ao risco de mercado. Os limites de risco de mercado são compostos conforme as características das operações, as quais são segregadas nas seguintes carteiras: • Carteira Banking: refere-se às operações que não são classificadas na carteira Trading e são representadas por operações oriundas das linhas de negócio do Banco. A segregação descrita anteriormente está relacionada à forma como a Administração gerencia os negócios do Daycoval Leasing e sua exposição aos riscos de mercado, estando em conformidade com as melhores práticas de mercado, com os critérios de classificação de operações previstos na regulamentação vigente emanada do BACEN e no Acordo de Basileia. Desta forma, de acordo com a natureza das atividades, a análise de sensibilidade foi aplicada sobre as operações classificadas na carteira Trading e Banking, uma vez que representam exposições relevantes para o resultado do Daycoval Leasing. O quadro a seguir demonstra análise de sensibilidade da Carteira Banking para as datas-base de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

Fatores de risco	2022			2021		
	Cenários			Cenários		
	1	2	3	1	2	3
Pré-fixado	(55.941)	(131.430)	(199.197)	(52.983)	(116.995)	(174.712)
Pós-fixado	(3.736)	(9.130)	(14.359)	(2.758)	(6.328)	(9.798)

A análise de sensibilidade foi realizada considerando-se os seguintes cenários: • Cenário 1: refere-se ao cenário de estresse considerado provável para os fatores de risco, e foram tomadas como base para a elaboração deste cenário as informações disponíveis no mercado (B3 S.A., ANBIMA, etc.). Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) taxa de juros prefixada de 16,13% a.a. (14,50% a.a. em 2021); (ii) Ibovespa de 89.982 pontos (85.954 pontos em 2021); e (iii) cupom de índice de preços de 7,57% a.a. (7,21% a.a. em 2021). • Cenário 2: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 25%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) taxa de juros prefixada de 20,16% a.a. (18,13% a.a. em 2021); (ii) Ibovespa de 67.486 pontos (64.466 pontos em 2021); e (iii) cupom de índice de preços de 9,46% a.a. (9,01% a.a. em 2021). • Cenário 3: para este cenário foi considerada uma deterioração nos fatores de risco da ordem de 50%. Desta forma, os fatores de riscos considerados foram: (i) taxa de juros prefixada de 24,20% a.a. (21,75% a.a. em 2021); (ii) Ibovespa de 44.990 pontos (42.977 pontos em 2021); e (iii) cupom de índice de preços de 11,36% a.a. (10,82% a.a. em 2021). É importante mencionar que os resultados apresentados nos quadros anteriores refletem os impactos para cada cenário projetado sobre uma posição estática da carteira para os dias 31 de dezembro de 2022 e de 2021. A dinâmica de mercado faz com que essa posição se altere continuamente e não obrigatoriamente reflita a posição na data de divulgação destas Demonstrações Contábeis. Além disso, conforme mencionado anteriormente, existe um processo de gestão contínua das posições da Carteira Banking, que busca mitigar os riscos associados a ela, de acordo com a estratégia determinada pela Administração e, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, com o objetivo de maximizar a relação risco retorno para o Daycoval Leasing. **b) Risco de liquidez:** Define-se Risco de Liquidez a possibilidade de decorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis – descasamentos entre pagamentos e recebimentos – fato que pode afetar a capacidade de pagamento da organização, levando-se em consideração as diferentes moedas, localidade e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. Os principais fatores de risco de liquidez podem ser de origem externa ou interna: **i. Principais Fatores de Riscos Externos:** • Fatores macroeconômicos, tanto nacionais como internacionais; • Políticas de Liquidez estabelecidas pelo órgão regulador; • Situações do comprometimento de confiança e consequentemente da liquidez do sistema; • Avaliações de agências de ratings: risco soberano e risco da Instituição; • Escassez de recursos no mercado. **ii. Principais Fatores de Riscos Internos:** • Apetite de risco do Daycoval Leasing e definição do nível aceitável de liquidez; • Descasamentos de prazos e taxas causados pelas características dos produtos e serviços negociados; • Política de concentração, tanto na captação de recursos como na concessão de crédito; • Exposição em ativos ilíquidos ou de baixa liquidez; • Alavancagem. Nas instituições financeiras, este tipo de Risco é particularmente importante, pois eventos econômicos / políticos / financeiros e até mesmo mudanças nas percepções de confiança ou expectativas podem se traduzir rapidamente em grandes dificuldades quanto à solvência. Este é um Risco que precisa ser constantemente gerenciado e com minucioso cuidado quanto aos casamentos de prazos entre recebimentos e compromissos; tanto no curto, quanto no médio e longo prazos. **c) Risco de crédito:** É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados; a desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; a reestruturação de instrumentos financeiros; ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. **i. Classificação das Operações:** Para classificação das operações de crédito e de arrendamento mercantil, o Daycoval Leasing utiliza-se de critérios consistentes e verificáveis que combinam as informações econômico-financeiras, cadastrais e mercadológicas do tomador, com as garantias acessórias oferecidas à operação. As ponderações desses itens estabelecerão o provisionamento mínimo necessário para fazer frente aos níveis de riscos assumidos, em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.682/99, e alterações posteriores, do Banco Central do Brasil. **ii. Modelos de Credit Scoring Daycoval Leasing:** São modelos desenvolvidos com abordagem estatística e utilizados para classificação de risco no processo de concessão de crédito, após a aplicação das políticas de crédito pré-analisadas e aprovadas com dados do cliente, bem como operações confirmadas e procedentes. Destaca-se ainda, que os bens objetos de financiamentos, para efeito de desenvolvimento do modelo de score são categorizados e obtida uma classificação do risco para cada produto. **iii. Tesouraria –**

Financiamento de Títulos Públicos, Derivativos de Balcão e Corretoras: Na estruturação de operações utilizam-se estratégias de baixo risco, através de análise de limites de exposição versus patrimônio líquido das contrapartes, contratos de negociação previamente acordados e dentro de condições técnicas de avaliação objetiva do risco de crédito das contrapartes e criteriosa escolha de corretoras ligadas a bancos de grande porte no trato de posições alocadas. **d) Risco operacional:** É o risco associado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas. Na gestão de riscos operacionais, o Daycoval Leasing conta com uma estrutura de gerenciamento capacitada a identificar, monitorar, controlar e mitigar os riscos operacionais, assim como disseminar a cultura de mitigação destes riscos. Nestes processos, a área de GRC - Governança, Riscos e Compliance trabalha, em sinergia com os gestores das áreas executivas, na aplicação das metodologias e ferramentas de análise corporativas dos seguintes fatores: • Mensuração do impacto do risco; • Avaliação de frequência de ocorrência do risco; • Cálculo da severidade do risco (impacto x probabilidade); • Mensuração da efetividade do controle. Entendemos que esta atividade permeia os processos realizados por todas as áreas e, o resultado é construção de uma Matriz de Riscos e Controles, que apresenta uma visão detalhada da exposição ao risco operacional, sendo possível analisar os riscos que possuem maior nível de exposição para, se necessário, alinhar plano de ações de mitigação. Para fins de continuidade dos negócios, a estratégia definida é manter em funcionamento todas as áreas e linhas de negócios, incluindo serviços relevantes prestados por terceiros, em contingência. Objetivando cumprimento da deliberação da alta administração, a gestão de continuidade de negócio deve ser implantada visando assegurar as condições de continuidade das atividades e limitando perdas decorrentes de possível interrupção dos processos críticos de negócio. **e) Risco de conformidade:** Definimos como risco associado a sanções legais ou regulamentares, de perdas financeiras ou mesmo de perdas reputacionais decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais, regulamentares e códigos de conduta. No Daycoval Leasing, o acompanhamento das atividades para atendimento às leis e regulamentos é realizada pela Gestão de Riscos e Compliance, com o objetivo de assegurar a conformidade no atendimento dos prazos e dos objetivos da Instituição e do Conglomerado, bem como gerenciar, de maneira integrada, este risco em conjunto com os demais, garantindo a efetividade das atividades relacionadas à função de conformidade para o cumprimento das normas regulamentares, legais e internas. **f) Responsabilidade social, ambiental e climática:** É a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos associados a risco social, ambiental e climático, em cada entidade individualmente, pertencentes ao Conglomerado Daycoval, respeitando os princípios de relevância e proporcionalidade. A Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRASC) estabelece diretrizes que norteiam o Conglomerado Daycoval em aspectos sociais, ambientais e climáticos, proporcionais ao seu modelo de negócio, a natureza das operações e à complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição, bem como, na relação com as partes interessadas e prever a estrutura de governança para garantir a avaliação e o gerenciamento contínuo do risco social, ambiental e climático, considerando os princípios de relevância, proporcionalidade e eficiência. As ações de mitigação do risco social, ambiental e climático são efetuadas por meio de mapeamentos de processos, riscos e controles, no acompanhamento de novas normas relacionadas ao tema e, na gestão do risco social, ambiental e climático efetuada pela primeira linha de defesa em suas operações diárias, contando com suporte, conforme o caso, das áreas GRC e da área jurídica. A estrutura de governança conta ainda com o Comitê Executivo de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, que tem como principal competência orientar sobre entendimentos institucionais que norteiam as ações de natureza social, ambiental e climática nos negócios e na relação com as partes interessadas, visando assegurar adequada integração com a PRASC.

20 - OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Relacionamento com auditores: Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa contratada para revisão das Demonstrações Contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não prestou outros serviços ao Banco e às instituições integrantes do Consolidado que não o de auditoria independente. A nossa política de atuação, incluindo as empresas controladas, em caso de haver a contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. **b) Impactos da Pandemia COVID-19:** O Daycoval Leasing monitora os efeitos da pandemia COVID-19 que possam afetar adversamente seus resultados e observa os protocolos adotados pelo Ministério da Saúde e pela demais Autoridades para mitigar os efeitos da COVID-19, o que garante a manutenção de nossas atividades operacionais e administrativas. Desde a decretação do estado de pandemia pela Organização Mundial da Saúde - OMS, em março de 2020, estruturamos Comitê de Crise formado pelos Diretores Executivos, Recursos Humanos e Gestão de Riscos Operacionais, que reporta periodicamente as avaliações sobre a evolução da COVID-19 e seus reflexos nas operações do Daycoval Leasing ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores. A mensuração dos impactos relacionados à Pandemia sobre as condições econômicas continuará sendo apurada e monitorada pela Administração. Todas as projeções econômicas têm abrangido o efeito e o controle desta Pandemia, tendo em vista que sua duração ou agravamento não podem ser estimados com segurança, impactando de forma adversa as economias ao redor do mundo por tempo indeterminado, o que pode afetar negativamente o resultado e o desempenho das operações.

A ADMINISTRAÇÃO

Contador: LUIZ ALEXANDRE CADORIN – CRC 1SP243564/0-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 8 de fevereiro de 2023

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/0-8
Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/0-5

Deloitte